



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EDNA BERNARDO DA SILVA

**O SINTEP/MT COMO LÓCUS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE MATO GROSSO**

**CUIABÁ-MT
2019**

EDNA BERNARDO DA SILVA

**O SINTEP/MT COMO LÓCUS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação - Área de Concentração – Educação. Linha de Pesquisa: Organização, Formação e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ozerina Victor de Oliveira

**CUIABÁ-MT
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

B523s SILVA, Edna Bernardo da.

O SINTEP/MT como lócus de formação dos profissionais da educação de Mato Grosso / Edna Bernardo da SILVA. -- 2019

154 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Ozerina Victor de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

Inclui bibliografia.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "O SINTEP/MT como locus de formação dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso"

AUTORA: Mestranda Edna Bernardo da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 19 de março de 2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora	Doutora	Ozerina Victor de Oliveira
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor	Ademar de Lima Carvalho
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Externa	Doutora	Juçara Maria Dutra Vieira
Instituição:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL	
Examinador Suplente	Doutor	Odorico Ferreira Cardoso Neto
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

CUIABÁ, 19/03/2019.

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial aos meus filhos **Larissa Mariana** e **Alex Arthur**. Aos profissionais da Educação de Mato Grosso, em especial aos companheiros/as de luta do SINTEP/MT, que na troca de energias somaram forças para que este trabalho fosse possível.

AGRADECIMENTOS

O sentimento que enche meu peito e transborda neste momento se chama felicidade, por isso quero agradecer a todos/as que contribuíram direta ou indiretamente para a finalização deste trabalho. Entretanto, alguns agradecimentos são especiais e eu não poderia deixar de citar.

Agradeço imensamente,

Ao meu porto seguro, **Larissa Mariana** e **Alex Arthur**, meus filhos que estiveram presentes e que compartilharam comigo todos os momentos dessa caminhada e mesmo na dificuldade procuraram entender, que em diversos momentos não era possível a minha atenção.

Aos meus pais, **José Bernardo**, conhecido popularmente como **Neno**, e **Aparecida**, que mesmo com as poucas letras sempre me apoiam e incentivaram a estudar. Aos meus irmãos **Marlene**, **Mauro**, **José** e **Ana Maria** e estendo o agradecimentos aos meus sobrinhos que acompanharam esse momento me encorajando com palavras de ânimo e conforto.

À minha orientadora, Professora **Ozerina Victor de Oliveira**, pessoa sábia que eu admiro pelos posicionamentos e coerência de vida, sempre indignada com as injustiças e comprometida com a luta pelos menos favorecidos. Obrigada Professora, por dividir comigo esta pesquisa, direcionando as reflexões e os caminhos a seguir.

Ao **Grupo de Pesquisa em Políticas Contemporâneas de Currículo e Formação de Professores**, lugar onde aprendi muito por meio de estudos e trocas afetivas.

Ao **Programa de Pós-graduação em Educação** da Universidade Federal de Mato Grosso, em especial aos professores do curso, pela imensidão de novos conhecimentos que apresentaram. Aos funcionários da secretaria e coordenação do

curso, pois sempre estiveram presentes para ajudar nos trâmites burocráticos para o cumprimento dos prazos.

À banca examinadora, professores **Ademar, Juçara e Odorico** pelas ricas contribuições, maneira pela qual tornaram-se copartícipes desta pesquisa, que não é só minha, mas daqueles e daquelas que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Obrigada pelo carinho e pelas orientações

Aos **colegas de curso** que, durante esses dois anos, foram impensáveis em palavras de força, em ajuda teórica e companherismo.

À **Adriana Silva da Costa**, que chegou de mansinho e tornou-se grande companheira e amiga, sempre disposta a ajudar e a dizer que “a vida segue” e que acima de tudo devemos buscar ser feliz. Obrigada por segurar a barra e me ouvir sempre que necessitei. Essa amizade fica para a vida... que segue...

À **Rosângela** que incansavelmente esteve comigo na salinha de estudos, contribuindo com as leituras de meus textos e compartilhando momentos no Restaurante Universitário.

À **Thayla** companheira que sempre esteve presente com uma palavra amiga e de encorajamento e que apesar de estar vivendo as mesmas aflição de final de curso, nunca soltou a minha mão.

À todos os companheiros e companheiras do **SINTEP/MT**, que de forma fraterna sempre estiveram comigo nessa caminhada. Não citarei nomes por ser humana e haver a possibilidade de falhar, esquecendo alguém. Quero agradecer a cada gesto de carinho, de atenção e incentivo de todos e todas.

Preciso, contudo, mencionar duas pessoas que contribuíram significativamente para este momento e que infelizmente não puderam ver o resultado final desse trabalho.

À **Julio César** (in memoriam) que me mostrou o valor da luta e sempre foi meu mestre como sindicalista, seus ensinamentos estarão sempre presentes.

À **Jocilene** (in memoriam) companheira que é exemplo de determinação e dedicação para a luta sindical, com quem pude partilhar muitos momentos de alegria e tensões

e que também contribuiu nas análises dos dados apresentadas neste trabalho, visto seu conhecimento teórico do Ciclo de Políticas.

À minha comadre/irmã/companheira **Guelda**, pessoa que sempre esteve presente na minha vida, compartilhando todas as emoções, seja nas alegrias ou nas tristezas. E, que foi a principal responsável pelo meu ingresso no curso de mestrado, por meio de incentivos e orientações para o projeto de pesquisa.

Aos profissionais da Educação da **Escola Estadual 14 de Fereveiro** (Pontes e Lacerda), lugar onde me constituiu profissional da educação, na qual estive lotada por 16 anos; e, da **Escola Estadual Professor Nilo Póvoas**, (Cuiabá) lugar que me acolheu em 2017, como profissional da educação devido a remoção forçada, por ser a única possibilidade de cursar o mestrado.

Ao grupo **#amizadesufmtmedeu**, Adriana, Thayla, Jorge, Fernando, Luciana, Talita, Flora e Vanessa. Pessoas que receberam a mim e aos meus filhos e que fizeram a diferença em momentos de angústia e solidão. Obrigada pelo afeto, pelo carinho, pelas risadas regadas por muita comida e conversas interessantes.

Obrigada Deus, por ser possível chegar até aqui!

A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de “ser mais” inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa está ancorada no campo da formação de profissionais da educação e parte do seguinte questionamento: Como as atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT têm contribuído para o processo formativo de seus filiados? O objetivo deste estudo é compreender como se desenvolve essa formação e como os filiados a percebem. A investigação ora apresentada se justifica, visto que o tema é de relevância social e política, além de ser pouco explorado nas pesquisas acadêmicas e por existirem poucas publicações na área de educação. O referencial teórico sobre formação está fundamentado na perspectiva epistemológica da pedagogia crítica, tendo como principais referências os autores Paulo Freire (1979; 1987; 1996; 2000; 2001) e Henry Giroux (1997). Como método de análise utilizamos o Ciclo de Políticas proposto pelo sociólogo Stephen J. Ball, que recomenda a análise das políticas educacionais a partir de contextos, reconhecendo que as políticas são construídas de forma imbricada entre elas. Tal procedimento oportuniza a pluralidade de olhares para os dados. A abordagem metodológica é qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e, para o processo de coleta de dados, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram efetuadas em atividades do SINTEP/MT em Cuiabá/MT, que ocorreram entre os meses de junho e setembro de 2018, sendo elas: o Encontro Estadual e o Conselho de Representantes. Para a coleta dos dados foram realizadas 15 entrevistas; sendo que entre os sujeitos entrevistados estão: professores, técnicos administrativos educacionais e de apoio administrativo. A escolha desses atores está relacionada à participação recorrente nas atividades dos últimos cinco anos. Serviram de base para as análises apresentadas, os cadernos de texto de sete congressos e três encontros estaduais. Como resultados, é possível destacar que a pesquisa nos possibilitou compreender que o SINTEP/MT tem contribuído significativamente para a formação de seus filiados e que essa formação produz efeitos na prática pedagógica dos mesmos. Destaca-se na fala dos entrevistados, no que tange à relevância da participação nas atividades formativas, que estas contribuem para a reflexão quanto à visão de mundo e a forma de inserção nele. Além disso, a pesquisa mostrou que o SINTEP/MT não tem tratado somente das questões salariais e de carreira. Os registros mostram que o sindicato tem se preocupado com uma pluralidade de temas correspondentes às temáticas diversas da educação.

Palavras-chave: Sindicato. Formação. Profissionais da Educação.

ABSTRACT

The present research is anchored in the field of training of education professionals and start from the following question: How have the activities developed by the Mato Grosso Public Teachers' Union - SINTEP / MT contributed to the training process of its members? The aim of this study is to understand how this formation develops and how affiliates perceive it. The research presented is justified, since the subject has social and political relevance, besides being little explored in the academic researches and because there are few publications in the area of education. The theoretical reference on formation is based on the epistemological perspective of critical pedagogy, having as main references the authors such as Paulo Freire (1979, 1987, 1996, 2000, 2001) and Henry Giroux (1997). As a method of analysis, we use the Policy Cycle proposed by sociologist Stephen J. Ball, who recommends the analysis of educational policies from contexts, recognizing that policies are built in enmeshed between them. Such a procedure allows the plurality of looks for the data. The methodological approach is qualitative, of bibliographical and documentary character, moreover, for the data collection process, semi-structured interviews have been also carried out. The interviews were conducted in SINTEP / MT activities in Cuiaba, Mato Grosso state, which occurred between June and September in the year 2018, being: the State Meeting and the Council of Representatives. For the data collection 15 interviews were carried out; and among the subjects interviewed there are: teachers, educational technical-administrative and administrative support technicians. The choice of these actors is related to the recurring participation in the activities of the last five years. They served as a basis for the analysis presented, the textbooks of seven congresses and three state meetings. As results, it is possible to emphasize that the research enabled us to understand that SINTEP / MT has contributed significantly to the formation of its affiliates and that this formation produces effects in their pedagogical practice. It is important to emphasize in the interviewees' talk about the relevance of participation in training activities that they contribute to the reflection about the world view and the way of insertion in it. In addition, the survey showed that SINTEP / MT has not only dealt with salary and career issues. The records show that the union has been concerned with a plurality of themes corresponding to the different themes of education.

Keywords: Syndicate. Formation. Education Professionals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE – Apoio Administrativo Educacional.

AMPP - Associação Mato-grossense de Professores Primários.

AMP - Associação Mato-grossense de Professores.

AMPE – Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEB – Câmara de Educação Básica.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CPB - Confederação dos Professores do Brasil.

CF- Constituição Federal.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação.

SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.

SEDUC/MT – Secretaria de Educação de Mato Grosso.

TAE – Técnico Administrativo Educacional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Levantamento de Teses e Dissertações no Banco de Dados da BDTD.....	26
Quadro 02 - Relação das atividades realizadas pelo SINTEP/MT nos últimos cinco anos.....	44
Quadro 03 - Perfil dos entrevistados da base.....	47
Quadro 04 - Demonstrativo dos municípios divididos por polo e por macrorregião.....	49
Quadro 05 - Linha cronológica dos Encontros Estaduais do SINTEP/MT.....	67
Quadro 06 - Linha cronológica dos Congressos do SINTEP/MT.....	68
Quadro 07 - Organização do curso de Formação Sindical SINTEP/MT.....	107
Quadro 08 – Estrutura dos cadernos de textos dos congressos (1998-2014)	114

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Inter-relações dos dados levantados nas falas e nos cadernos de texto.....	121
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1- FORMAÇÃO E SINDICATO: UM OLHAR PARA AÇÕES DO SINTEP/MT	23
1.1 - Os sindicatos como espaço de formação dos profissionais da educação: o que dizem as pesquisas?	23
1.2 - A busca por caminhos metodológicos da pesquisa e o <i>Ciclo de Políticas</i> como método de análise	31
1.2.1 - Inquietações e problematização da pesquisa	39
1.2.2 - O processo de seleção dos entrevistados: do universo à amostra.....	42
1.2.3 - Perfil dos entrevistados selecionados.....	47
1.3 - Nascimento e trajetória do SINTEP/MT: 53 anos de história	52
1.3.1 - Unificação da carreira dos Profissionais da Educação básica em Mato Grosso: tecendo o amanhã.....	57
1.3.2 - Espaços de debate do SINTEP/MT: instâncias estatutárias e outras atividades coletivas	63
2 - A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS	70
2.1 - Formação dos Profissionais da Educação no contexto da legislação brasileira	70
2.2 - O desenvolvimento profissional e a formação do educador: Como um profissional da educação se constitui?	83
2.3 - A Formação dos profissionais da educação em uma perspectiva crítica	90
3 - INTER-RELACIONANDO CONTEXTOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO DO SINTEP/MT	100
3.1 - Concepção de formação e educação do movimento sindical	100
3.2 - Labirintos da pesquisa: em busca de elementos textuais para análise	110
3.3 - Cadernos de textos: que temas e que contextos estão presentes?	113
3.4 - Entrevistas: conhecendo e explorando o conteúdo e os contextos das entrevistas	117
3.5 - A formação dos profissionais da educação e o sindicato nos contextos do <i>Ciclo de Políticas</i>: inter-relações entre dados e seus contextos	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
APÊNDICE 01 – Ofício solicitando autorização para pesquisa	149
APÊNDICE 02 – Ofício autorizando a pesquisa	150
APÊNDICE 03 – Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TLCE	151
APÊNDICE 04 – Roteiro para Entrevistas	154

INTRODUÇÃO

As inquietações que me levaram a esta pesquisa estão ligadas à minha vivência e práxis como profissional da educação básica, na rede estadual de ensino de Mato Grosso. Iniciei minha carreira como servidora efetiva da educação no ano de 2000, de lá para cá me constituí enquanto profissional da educação. Ainda no meu primeiro ano de trabalho, na escola, passei a cursar o Projeto Arara Azul¹ e foi nesse espaço de formação conheci o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) e fiz minha filiação.

Durante minha trajetória enquanto educadora passei por diversos momentos marcantes, porém, dois realmente fizeram a diferença em minha vida profissional: a profissionalização específica por meio do Projeto Arara Azul e minha filiação e participação no sindicato da categoria. Esses espaços me impulsionaram a participar do Conselho Escolar, a debater coletivamente o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a participar ativamente da vida da escola e, inclusive, concorrer à eleição de direção da escola, função a qual estive por dois mandatos.

O transitar entre a escola e o sindicato, me levou a perceber a importância da formação permanente para os profissionais da educação. Além disso, percebi que, no espaço da escola, alguns conceitos e informações aparecem de forma tênue, durante os momentos de formação, diferente dos debates suscitados nas reflexões dos momentos de reunião no sindicato. Diante disso, passei a questionar e a querer entender a formação proporcionada nos espaços de debates sindical aos profissionais da educação.

Foi ao longo de minha trajetória de participação das atividades do sindicato que fui ganhando conhecimentos os quais passei a usar tanto na minha vida profissional como na minha vida pessoal. Essa experiência pessoal de formação no espaço de convivência no sindicato tornou-se questionamento, visto que eu não

¹ Projeto de Profissionalização para os Funcionários da Educação em serviço, ofertado pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) e que depois se transformou no Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIONÁRIO.

conseguia compreender se de fato isso acontecia com mais pessoas ou somente comigo.

Ao ingressar no Mestrado, no ano de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de Pesquisa Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas e participar do grupo de Pesquisa Políticas Contemporâneas de Currículo e Formação Docente, minhas inquietações a respeito de formação permanente dos profissionais da educação foram aguçadas, se desdobrando nesta pesquisa de mestrado com o título: O SINTEP/MT como *lócus*² de Formação dos Profissionais da Educação da Rede Pública de Mato Grosso, esta pesquisa tem como objetivo geral: compreender processos formativos proporcionados pelo SINTEP/MT e suas contribuições para a formação profissional dos trabalhadores da educação, especialmente no que diz respeito à participação destes profissionais na política-pedagógica da escola.

Com esse intuito, o nosso o foco é problematizar como os espaços e conteúdos de debate oportunizados pelo SINTEP/MT em seus encontros, seminários, congressos, conselhos de representantes contribuem para formação dos/as trabalhadores/as em educação da rede pública de Mato Grosso.

Compreendendo a formação como uma ação coletiva e horizontal, buscamos saber qual é o olhar que os profissionais direcionam aos espaços e/ou conteúdos debatidos nesse espaço formativo e como os mesmos influenciam na prática pedagógica como educador.

Os objetivos específicos da pesquisa desdobram-se em questões pertinentes aos estudos e que foram compondo os caminhos para chegarmos aos resultados deste estudo. Entre os objetivos específicos estão: compreender a relação entre formação, formação sindical e desenvolvimento profissional na educação básica; registrar quais os temas de destaque abordados em eventos realizados pelo SINTEP/MT que dialogam com estratégias pedagógicos-formativa; analisar sob a perspectiva do ciclo de políticas, os contextos de influência, produção de textos e práticas da formação dos profissionais da educação; registrar como os

² *Lócus*, etimologia (origem da palavra). Do latim *locus*, lugar. Significa também: lugar determinado; *lócus* in Vocabulário Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2017-07-25 17:36:13]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/vocabulario/locus> > Acesso em julho de 2017.

profissionais da educação percebem a formação nos espaços de debate do SINTEP/MT; analisar qual a expectativa dos profissionais da educação quando participam dos espaços de debate do SINTEP/MT.

Nesta pesquisa, o uso do termo *profissionais da educação* está ancorado no Art. 1º da Lei 12.014/09 de 06 de agosto de 2009, que possui como finalidade discriminar as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação, nas quais se enquadram todos os trabalhadores com formação específica que atuam no espaço da escola.

Conforme consta na referida lei:

Art. 1º - O art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III - Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, Lei 12.014/09).

Diante do exposto, um dado importante precisa ser destacado, o mesmo trata da abrangência e organização do lócus desta pesquisa. O SINTEP/MT é um sindicato se constituiu como protagonista da unificação da categoria de trabalhadores em educação em Mato Grosso, tendo como bandeira a defesa pela compreensão de que a escola é um espaço educativo e que o ato de ensinar e/ou educar é tarefa de responsabilidade coletiva, portanto, atribuída a todos os trabalhadores que estão na escola, dentro e fora da sala de aula.

Pensar o sindicato como lócus de formação nos permite muitas indagações, foi a partir de nossa problematização que construímos reflexões pertinentes à trajetória de desenvolvimento profissional oportunizada nesse espaço formativo.

O desenvolvimento da pesquisa se encontra sustentado em orientações metodológicas concernentes à abordagem qualitativa de pesquisa das ciências sociais. Uma dessas orientações é o desenvolvimento da pesquisa que se compõe

em três fases: exploratória; trabalho de campo, análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2009).

Durante a fase exploratória, realizamos a tarefa de delimitar o objeto de pesquisa. Este procedimento consistiu em um processo intenso, exigindo tempo para maturação de ideias, momento em que realizamos as perguntas: que tema será pesquisado? Onde pesquisar? Que sujeitos serão envolvidos? Porquê pesquisar? Quais teorias vão orientar a pesquisa?³

Entendemos que as descobertas durante esse caminho, ainda pouco trilhado, são produtoras para o campo da pesquisa educacional. Por isso, nossa jornada começou pela busca de outros trabalhos referentes à temática. Assim, seria possível saber como o tema já havia sido explorado e como essas pesquisas poderiam contribuir para o nosso caminhar.

Na fase exploratória da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD Ibcit).

Durante a pesquisa exploratória foi possível notar que, no campo da educação, há significativo número de trabalhos sobre formação. Contudo, poucos tratam da formação nos espaços sindicais. Tal evidência nos motivou a continuar com as questões expostas inicialmente e ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Na fase do trabalho de campo, realizamos visitas à organização, a partir desse contato buscamos saber o que tínhamos como possibilidade para nossa pesquisa, sendo que todo o acervo de dados foram disponibilizados. Para o desenvolvimento da discussão ora apresentada usamos os livros atas, listas de presenças, livros de presença, cadernos de textos dos encontros e congressos, fotografias, revistas, panfletos e outros materiais impressos.

Os dados de levantamento foram registrados em forma de anotações e fotocopiados. Alguns dos dados foram acessados por meio de arquivo digitalizado. A última etapa do trabalho de campo foi desenvolvida por meio de coleta de entrevistas, efetivadas em atividades realizadas em Cuiabá.

³ Nesse sentido, a primeira experiência como pesquisadora e a dificuldade para a apropriação de um referencial teórico pouco conhecido se tornou incentivo para um mergulho cada vez mais profundo em um oceano de conhecimentos novos nunca desvendados em sua totalidade.

Após a coleta de dados, passamos à fase de organização do material coletado, incluindo tratamento e análise do mesmo. No capítulo referente à metodologia descrevemos como esse procedimento foi desenvolvido, exemplificando o critério para a escolha dos entrevistados, bem como o tratamento dos dados, com as transcrições e análise crítica.

Nesse tocante é necessário destacar que observamos tudo que coletamos como material empírico e não descartamos nenhuma informação encontrada no percurso, desse modo, todo o material está guardado com a pesquisadora, conforme orientação do Comitê de Ética/Humanidades (CEP/Humanidades) da UFMT, campus Cuiabá.

A exposição sistemática de todas as fases desta pesquisa, considerando as conexões entre elas, se desdobrou em três capítulos, os quais, em metáfora, estiveram em nossas mãos como uma massa fermentada, como uma mistura sovada várias vezes para tomar corpo e crescer.

Nesta perspectiva, até que se finalize a pesquisa, “sovamos” o texto quantas vezes foram necessárias, o colocamos para descansar e para crescer, não em estatura ou tamanho, mas em robustez de conteúdos. Nesse processo, muitas partículas se juntaram, articularam-se dando forma e consistência ao trabalho.

Como não conseguimos trabalhar a análise das fotos encontradas durante a coleta de dados, optamos por colocar duas fotos de momentos históricos na abertura de cada capítulo. Dessa forma, possibilitamos o enriquecimento do trabalho e oportunizamos aos leitores a visualização de alguns momentos registrados pela organização.

Nem tudo o que encontramos foi possível e pertinente de ser agregado à pesquisa. As decisões referentes ao recorte dos dados foram tomadas conforme orientação metodológica, sendo que todas as escolhas prezavam pela integridade do objeto de pesquisa e pela obtenção de um resultado coerente com o fenômeno pesquisado. Desse modo, o material advindo da pesquisa se encontra organizado na estrutura apresentada a seguir.

No primeiro Capítulo tratamos do objeto de estudo e sua problematização a partir de quatro tópicos: o estudo exploratório realizado em banco de teses e dissertações para compreender como estão as pesquisas sobre o tema no Brasil; o percurso metodológico da pesquisa com vistas ao Ciclo de Políticas, como método

de análise crítica dos dados. Para tal, descrevemos como o trabalho foi desenvolvido e pormenorizamos como cada etapa do trabalho foi sendo construída. No terceiro, versamos sobre os aspectos históricos da entidade pesquisada, focalizando o nascimento e a trajetória do SINTEP/MT como sindicato da educação. Abordamos, ainda, a unificação da carreira dos profissionais da educação em Mato Grosso, as instâncias estatutárias como espaços de formação e, por fim, destacamos a problematização do objeto de estudo enfatizado neste estudo.

No segundo Capítulo dissertamos sobre a formação dos profissionais da educação sob a perspectiva da legislação, para compreendermos como a terminologia, “*Profissionais da Educação*” e como as políticas de formação têm sido tratadas pela legislação. No capítulo, discorremos sobre o referencial teórico escolhido para refletirmos sobre o tema formação dos Profissionais da educação a partir da perspectiva da pedagogia crítica e destacamos a formação como desenvolvimento profissional.

O terceiro Capítulo deste trabalho argumenta sobre os dados levantados na pesquisa de campo, buscamos saber qual é a concepção de formação do SINTEP/MT, descrevemos como realizamos a coleta dos dados documentais e entrevistas, por fim, registramos nossas descobertas durante as análises do material coletado, dentro da delimitação que a pesquisa buscou compreender.

Figura – 01



Mobilização contra a tentativa de privatização da Educação pública – anos 90

CAPÍTULO 01

Figura – 02



Encerramento da greve da Rede Estadual de Educação em maio de 2013

1- FORMAÇÃO E SINDICATO: UM OLHAR PARA AÇÕES DO SINTEP/MT

Ao começarmos este trabalho buscamos compreender como as pesquisas tratavam a temática formação dos profissionais da educação no sindicato. Este capítulo apresenta o campo e objeto de estudo, os caminhos metodológicos observados para a pesquisa qualitativa. Abordamos o processo de seleção e o perfil dos sujeitos que contribuíram como participantes e discorremos sobre o *Ciclo de Políticas*, referencial teórico de análise. Por fim, apresentamos a história de organização do SINTEP/MT, a unificação dos profissionais da educação e as principais instâncias de debate da organização.

1.1 - Os sindicatos como espaço de formação dos profissionais da educação: o que dizem as pesquisas?

Para iniciarmos uma pesquisa precisamos saber sobre quais bases ela será construída e quais ferramentas serão necessárias para sua realização. Para esta pesquisa, optamos pelo recorte revisional no banco de teses e dissertações CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BDTD Ibict (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). O levantamento de dados sobre o tema é uma importante ferramenta para se iniciar uma pesquisa científica. Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39), “[...] o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento”, tendo em vista esse apontamento, nosso propósito será realizar o estado do conhecimento referente ao tema de nossa pesquisa no banco da CAPES e da BDTD Ibict.

Ao definir um tema de investigação ou objeto de estudo, um dos primeiros passos é saber se o assunto já foi explorado, dessa forma o pesquisador evitará investigar algo que já foi pesquisado. Nesse sentido, cabe retomar Charlot (2006) quando o autor alerta acerca da memória, segundo ele,

As ciências da educação na França, a pesquisa educacional no Brasil, carecem de memória. A principal consequência disso é que refazemos continuamente as mesmas teses, as mesmas dissertações, sem sabermos o que foi produzido anteriormente. Fazemos uma tese que já foi feita há dez anos, no mesmo país ou no exterior, e até mesmo, às vezes, uma tese que foi defendida uma semana antes, em outra universidade, sem que tivéssemos conhecimento disso (CHARLOT, 2006, p. 17).

Nesse sentido, levantar dados sobre o objeto de estudo, por meio de estudo exploratório em banco de teses e dissertações, é constituir uma memória do que já se tem produzido sobre o assunto. Tal procedimento é considerado muito importante para a pesquisa, pois permite saber como estão as produções acadêmicas que tratam do tema sob investigação.

Para ampliar a reflexão sobre a formação dos profissionais da educação, mediada pelo sindicato, é necessário saber quais e quantas produções acadêmicas já foram realizadas sobre a temática, dessa forma, é possível apresentar um panorama dos estudos realizados, destacando em que a pesquisa pode acrescentar ao já produzido.

Além disso, a pesquisa sobre teses e dissertações já produzidas auxilia o trabalho na melhoria da produção, oportunizando o surgimento de novos conceitos e paradigmas já estudados por outros pesquisadores de forma a enriquecer o trabalho desenvolvido.

Novamente, recorrendo às metáforas, quando iniciamos uma viagem, seja ela curta ou longa, planejamos os lugares por onde passaremos, onde encontraremos comida, água e descanso, para minimizar os imprevistos que acontecem o trajeto. O estudo do estado do conhecimento sobre um tema torna-se um mapa que nos guiará, mostrará as rotas e os caminhos já abertos, o que indicará por quais caminhos poderemos trafegar, quais foram mais os explorados e quais ainda são desconhecidos.

Outra função desse tipo de estudo é possibilitar a compreensão da realidade ou a complexidade do caminho a seguir, afinal, existem diversas realidades e olhares. Diante das muitas possibilidades não ficamos com apenas uma lente para olhar o mundo, mas com várias. Nessa busca é preciso observar diversos detalhes, sendo eles descritivos e analíticos de cada pesquisa encontrada, tais como: a historicidade e os seus aspectos econômicos, políticos, culturais e as formas e as condições de produção.

Um levantamento e uma revisão do conhecimento produzido sobre o tema é um passo indispensável para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento. Este tipo de estudo caracteriza-se por ser descritivo e analítico (ROMANOWOSKI e ENS, 2006, p.43).

A sistemática de estudos sobre o estado do conhecimento acerca da formação em sindicatos desenvolveu-se a partir do levantamento dos trabalhos com catalogação descritiva do ano, da universidade, do grau de estudo, do nome do autor e do objetivo e título do trabalho encontrado. Posteriormente, foi feita a leitura dos resumos e das introduções, a partir das quais realizamos um balanço dos conteúdos encontrados. Optamos pelas seguintes fontes de busca: bancos de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da BDTD Ibict (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

Nos últimos anos houve crescimento e avanço tecnológico das bibliotecas digitais *online*, o que contribuiu em grande medida para as pesquisas. Essa base de dados *online* democratizou o acesso às publicações científicas e acadêmicas, viabilizando a coleta de dados. O que antes levaria muito tempo ou dispêndio financeiro com deslocamento, buscas e leituras em bibliotecas físicas, hoje está dinamizado pelo acesso público em alguns cliques.

Para realizarmos as buscas nesses bancos de dados, foi preciso definir as palavras-chave. Segundo André apud Romanowoski e Ens (2006) “[...] são palavras-chave que servem para indicar a essência da pesquisa ao final dos resumos”. Estas palavras indicam o que é central em cada pesquisa. Portanto, definimos a busca pelos seguintes descritores: “sindicato”, “formação” e “profissional da educação”.

Realizamos busca no banco de dados da CAPES com esses descritores e tivemos o seguinte resultado: sem refinação o banco apresentou 969.675 trabalhos, usando a refinação, área de concentração Educação e Educação no nome do programa de pós-graduação, obtivemos um resultado de 8.684 trabalhos. Enquanto procedimento, realizamos leitura dos títulos dos 100 primeiros e nenhum era sobre formação no espaço do sindicato, portanto não encontramos dados relacionados ao nosso trabalho em tais refinamentos de busca. O banco de teses e dissertações da CAPES foi uma fonte de pesquisa, na qual não encontramos nenhum trabalho que dialogou com a nossa proposta de pesquisa.

No levantamento feito no banco de dados da BDTD Ibict, usamos as

mesmas palavras-chave. No referido site, a pesquisa possui mais opções, pois podemos escolher onde queremos encontrá-los, como descritores as opções foram: todos os campos, título, autor, assunto, recursos e ano de publicação. Como critério utilizamos para o descritor “sindicato” a opção somente no “título”, para “formação” e “profissional da educação” selecionamos a opção em “todos os campos”.

Como resultado, obtivemos sete trabalhos, desses, quatro teses e três dissertações. Ao verificar os registros, vimos que uma tese era repetida. O resultado encontrado, portanto, foi de seis trabalhos. Desses, quatro dialogavam com o tema de nosso interesse, assim baixamos os dados para uma leitura dos resumos e das introduções das teses e dissertações encontradas. O quadro abaixo detalha os procedimentos realizados.

Quadro 01 – Levantamento de Teses e Dissertações no banco de dados da BDTD IbiCT:

Título	Objetivo	Ano	Universidade e nível	Autor
A participação do Sindicato dos professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP na formação político pedagógica do professor	Discutir a proposta de formação político-pedagógica oferecida pela APEOESP a seus associados.	2005	UNICAMP (mestrado)	Salatiel dos Santos Hergesel
Educação: campo de luta – um estudo sobre os congressos do Sindicato dos professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP – (1997-2006)	Analisar os temas educacionais nos congressos da APEOESP. Investigando se o sindicato tem tido preocupação de formular políticas públicas educacionais.	2008	PUC-SP (mestrado)	Reni Gomes da Silva
O sindicato como espaço de construção da profissão docente	Estudar o sindicalismo docente no Vale do São Francisco, examinando nas ações desse movimento sindical suas repercussões no processo de formação dos professores.	2009	UFRN (doutorado)	Josenilton Nunes Vieira
Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores	Investigar a formação política dos professores da Educação Básica, medida pela luta sindical em defesa da educação num momento de greve por maior investimento na escola pública.	2012	UFS (mestrado)	Maria Oliveira dos Santos

Fonte: organizado pela autora.

Nosso intuito com o procedimento de investigação, foi saber como foram desenvolvidas as pesquisas sobre formação dos profissionais da educação no espaço do sindicato da categoria. A leitura dos resumos e introduções da tese e das dissertações encontradas nos possibilitou um olhar ampliado e aprofundado do que já foi pesquisado sobre a temática.

O trabalho de Hergesel (2005) consiste em pesquisa documental desenvolvida entre o período de 2000 a 2004, com objetivo de analisar a contribuição do Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor. Verificamos que o pesquisador faz parte do contexto da pesquisa e milita no sindicato. “É nesse ambiente que vivo o que pesquiso: sala de aula, o pátio da escola, a sala dos professores, os horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), as reuniões sindicais e os encontros dos movimentos populares. Tudo isso é meu laboratório de pesquisa, minha fonte de estudo”.

Nessa dissertação, segundo o autor,

A pesquisa revelou que teoricamente o sindicato tem um projeto político-pedagógico que norteia sua estrutura e seu funcionamento pautado na gestão democrática, na autonomia sindical, na reflexão crítica sobre a prática, na aproximação entre teoria e prática e na articulação entre o político e o pedagógico. [...]. Demonstrou-se também o interesse da entidade na politização dos professores para a melhoria da articulação entre o específico da sala de aula com as questões sociais, políticas e econômicas do Brasil e do mundo (HERGESEL, 2005, n.p.).

O trabalho de Silva (2008), também foi realizado no Sindicato APEOESP, com objetivo principal de entender se a entidade possui como preocupação formular políticas públicas educacionais. A pesquisadora se apresenta como militante do movimento. É uma pesquisa documental, com um recorte de análise dos congressos da entidade entre os anos de 1997-2006. Buscamos garimpar nesse trabalho as questões que a autora trata sobre formação dos profissionais da educação. Conforme consta no resumo, a pesquisadora usou como base de análise cinco categorias: organização do trabalho pedagógico na escola, financiamento, gestão e organização do sistema educacional, formação profissional e carreira e condições de trabalho.

Parte do Capítulo quatro da dissertação está direcionada ao tema formação profissional, para tal, apresenta e faz explanação dos temas que têm relação direta e indireta com a formação e ressalta que dos “setenta e quatro temas levantados,

vinte e dois foram sobre formação profissional, carreira e condições de trabalho” (SILVA, 2008, p. 12). Já na sua introdução, a autora avalia que não seria possível analisar e apresentar a proposição da entidade em cada um dos temas pesquisados.

Esses dois primeiros trabalhos tiveram como lócus de pesquisa o Sindicato APEOESP, que é um espaço específico da categoria docente, localizado na região sudeste do Brasil. A seguir apresentaremos as duas últimas pesquisas que encontramos, essas foram realizadas em sindicatos que estão localizados em estados do nordeste brasileiro. Pelo vasto território que temos no Brasil, achamos interessante identificar as regiões onde os pesquisadores interessaram-se por esse tema de pesquisa, mostrando que a região Centro-oeste, local de nossa pesquisa, ainda não possui trabalho publicado acerca dessa temática.

O sindicato como espaço de construção da profissão docente é o título da tese de doutorado de Josenilton Nunes Vieira, o objetivo específico do pesquisador foi estudar o sindicalismo docente no Vale do São Francisco, examinando as ações desse movimento sindical e suas repercussões no processo de formação e profissionalização dos professores. Os sindicatos estudados localizam-se nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. A metodologia de trabalho usado, segundo o autor, foi de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético e não houve delimitação de tempo cronológico para a pesquisa. Suas categorias, conceitos-chave foram: sindicalismo e profissionalização. Como fontes de dados foram delimitadas as documentais e com base em entrevistas. Os sindicatos pesquisados foram: Associação dos Professores Licenciados da Bahia - APLB/Sindicato; Sindicato dos trabalhadores em Educação de Pernambuco - SINTEPE e Sindicato dos Servidores Municipais de Petrolina - SINDSEMP. Segundo resumo do trabalho o autor conclui que:

A contribuição do sindicato, no processo de profissionalização dos professores, é mais evidente na sua **dimensão externa** que caracteriza o profissionalismo, nos aspectos relacionados: às formas de participação na definição e na gestão da política educacional; às lutas políticas pelas conquistas do status profissional, do reconhecimento social e da sua consequente valorização. As ações sindicais repercutem com menor intensidade na **dimensão interna** que define a profissionalidade, nos aspectos relacionados: à gestão dos processos pedagógicos na escola e na sala de aula; à aquisição dos saberes disciplinares; à crítica epistemológica dos conhecimentos mobilizados no ensino; às questões curriculares; e às mediações que possibilitam a aprendizagem na escola e na sala de aula (VIEIRA, 2009, n.p., *grifo nosso*).

Algo importante a ser destacado na pesquisa de Vieira (2009) se relaciona aos estudos desenvolvidos na base de pesquisa, Formação e Profissionalização Docente do CCSA/UFRN (Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que indicam a necessidade de aprofundar as investigações sobre o tema, o autor complementa que:

Os trabalhos que estabelecem uma relação entre profissionalização docente e a questão do movimento sindical são **quantitativamente tímidos**, demonstrando assim, uma necessidade de produção de mais trabalhos que possam ser incorporados a reflexões envolvendo a temática (VIEIRA, 2009, p.18, *grifo nosso*).

O quarto e último trabalho analisado, foi o de autoria de Maria Oliveira dos Santos, tendo como título: Prática Sindical docente e seus nexos com a formação política dos Professores. O objetivo principal desta pesquisa foi investigar a formação política dos professores da educação básica, medida pela luta sindical em defesa da educação em um momento de paralisações e greves, por maior investimento na escola pública.

O estudo foi realizado no Sindicato dos trabalhadores em educação Básica da rede oficial do Estado de Sergipe - SINTESE. A pesquisadora usou documentos e entrevistas como base de dados para sua investigação. Ela registra que seu trabalho tem como fundamentação teórica o marxismo, que concebe o trabalho educacional como fenômeno próprio dos homens, portanto, imaterial e imensurável. O estudo busca demonstrar a relação entre prática sindical e formação política docente. A autora afirma que:

Os professores buscam participar do sindicato porque almejam a construção de uma sociedade diferente [...] reconhecem o espaço formativo da luta sindical, a qual possibilita ampliar a consciência sobre a realidade e isso implica também, na organização da prática pedagógica[...] (SANTOS, 2012, p.8).

Após leitura, não foi possível entender qual o resultado final da pesquisa, o trecho acima é uma afirmação que a autora faz quanto ao resultado de análise das entrevistas, porém é importante a afirmação dela, em entender que os pesquisados reconhecem o espaço formativo da luta sindical e que essa formação implica na

organização da prática pedagógica.

A pesquisa relatada anteriormente e essa nos possibilitam entender, no olhar dos pesquisadores, que o sindicato é um espaço que possibilita a construção da profissionalidade e da profissionalização, na perspectiva da construção de uma sociedade diferente, outro dado interessante registrado pela autora.

Aproximar-nos do estado do conhecimento que se relaciona ao tema abordado em nossa pesquisa foi de extrema relevância, pois os dados, as afirmações e as conclusões de autores que já se dedicaram a estudar o espaço do sindicato, como lugar de formação, serviu de base para continuarmos nosso trabalho.

Nosso olhar destaca três pontos importantes nos textos encontrados. O primeiro é quanto ao período das pesquisas, pois mesmo não restringindo ou recortando um tempo, verificamos que elas datam de anos relativamente recentes, ocorreram entre 2005 e 2012. O segundo aspecto é que o tema tem demonstrado um interesse crescente para pesquisas acadêmicas ainda que seja pouco explorado. O terceiro é quanto a quantidade de trabalhos encontrados, mesmo o tema formação sendo um tema de inúmeras pesquisas na área de educação, a formação no espaço do sindicato ainda é um tema pouco estudado.

O exemplo foi a busca no banco de dados da CAPES, que apesar do grande número de trabalhos, nenhum tratou da formação no espaço do sindicato, com os descritores que usamos em nossa pesquisa de estado do conhecimento. Ainda sobre a quantidade de pesquisa, a tese de Vieira (2009) fala da incipiência de estudos dessa temática, não declarando os motivos dessa pouca produção, sendo tais dados motivador para nossa pesquisa. A partir da ausência de dados referentes ao Mato Grosso, entendemos a pertinência de nossa pesquisa para o campo de conhecimento, algo que contribuiu para nos impulsionar para a pesquisa.

A continuidade da investigação permitiu-nos fazer escolhas metodológicas para nosso trabalho, foi a partir do olhar que lançamos sobre nosso objeto que começamos a encontrar as possibilidades de análise. A exigência desse momento no início da pesquisa possibilitou nossa reflexão e compreensão acerca do tema, o estado do conhecimento corresponde ao primeiro exercício metodológico da pesquisa, a partir de então buscamos outros procedimentos para fazermos nossa opção metodológica.

1.2 - A busca por caminhos metodológicos da pesquisa e o *Ciclo de Políticas* como método de análise

Enquanto abrangência de concepção metodológica, este trabalho assumiu como base a perspectiva de cunho qualitativo. Nosso caminho levou em conta os estudos bibliográficos realizados sobre autores que discorrem acerca da metodologia do trabalho científico, observando a necessidade de zelar pelo rigor das escolhas. “Os investigadores de estudos qualitativos preocupam-se com o rigor e abrangência dos seus dados” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 69).

Por se tratar de um caminho não linear que serpenteia como um rio, dado às escolhas necessárias para essa trajetória e as possibilidades para percorrê-lo, buscamos entender sobre o conceito de metodologia da pesquisa em pesquisa social, compreendida por Minayo (2009) como:

[...] o caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas (MINAYO, 2009, p. 14).

A escolha da metodologia está ligada ao campo de estudo e a escolha do objeto de pesquisa, não é algo feito aleatoriamente, todo pesquisador precisa problematizar o que pretende entender, precisa saber se terá condições para desenvolver sua pesquisa, buscar o que está oculto, para afirmar seu objetivo de pesquisar, deve ainda delimitar o foco do estudo. Para André (2013), “[...] a importância de limitar os focos da investigação decorre do fato de que não é possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado” (ANDRÉ, 2013, p. 99). Refletimos muito sobre isso, devido ao prazo do curso de mestrado.

Sendo nosso objeto investigar a formação dos profissionais da educação no sindicato, escolhemos para nosso estudo analítico do tema a abordagem do *Ciclo de Políticas*. Essa escolha se deu em função dos contextos que aparecem e envolvem as políticas de formação, também pelo fato do sindicato aparecer como ator que disputa os contextos da influência e da prática, quando o assunto é a formação dos profissionais da educação.

Levando em consideração esse e outros fatores, quem pesquisa precisa compreender quais procedimentos metodológicos utilizará para desenvolver sua pesquisa. Gatti (1999) alerta que “[...] temos problemas no domínio da teoria. Enfrentamos problemas de base nas abordagens metodológicas” (GATTI, 1999, p.64). Segundo ela “[...] muitos trabalhos carregam erros primários, com uma apropriação muito superficial e às vezes equivocada”.

Ao fazer suas escolhas, quem pesquisa precisa ter muito cuidado na seleção de seu referencial teórico. Nessa escolha precisa debruçar-se sobre ele para conhecê-lo e como será sua apropriação na construção na especificidade de sua pesquisa, com a humildade na percepção de seus próprios limites, não forçando a junção entre metodologias ou linhas teóricas divergentes. O amálgama ou a mistura só ocorrerá se houver liga, pontos de articulação e complementaridade, caso contrário teremos um resultado improvável, inconsistente e impreciso. Gatti (1999) afirma, ainda, que “[...] é comum os trabalhos reivindicarem estatuto de científico, com discrepâncias entre a teoria e a metodologia”. (GATTI,1999, p.71). Observando isso, buscaremos trabalhar com o rigor necessário de forma a manter a coerência ao que escolhermos fazer enquanto pesquisa teórico-metodológico.

Outro ponto de destaque, que a citada autora nos chama a atenção, é a questão do método, que consideramos de primordial importância. Para ela “Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações na organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos o mundo”. (GATTI, 1999, p. 63). A autora diz, ainda, que “O método nasce do embate de ideias, perspectivas e teorias com a prática. Ele não é somente um conjunto de regras que ditam um caminho” (GATTI, 1999, p.72). Nessa perspectiva,

O método não é um roteiro fixo, é uma referência. Ele, de fato, é construído na prática, no exercício do “fazer a pesquisa”. O método, nesse sentido, está sempre em construção. Não se pode deixar que prescrições metodológicas aprisionem o pesquisador como uma couraça. O método oferece a orientação de base necessária à garantia de consistência e validade, mas ele não pode se transformar numa “camisa de força” (GATTI, 1999, p. 77).

Sendo assim, nosso caminhar será em direção a alcançar o objetivo proposto, qual seja, compreender se os espaços formativos proporcionados pelo SINTEP/MT têm contribuído para a formação profissional dos trabalhadores da educação e uma maior participação na política-pedagógica da escola.

Nossa opção por uma pesquisa com abordagem qualitativa se deve ao fato de a mesma permitir observar a realidade empírica a qual “[...] exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista [...]” (BODGAN e BIKLEN, 1994, p. 49).

Pensando nisso, parte de nossa coleta de dados, as entrevistas foram realizadas durante atividades do SINTEP/MT, momento em que os sindicalizados vivem e falam das suas experiências. Nesse sentido, cabe destacar que “Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhores compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BODGAN e BIKLEN, 1994, p. 48).

Destacamos que a fonte de nossos dados se constitui de: pesquisa bibliográfica, estudo documental (estatuto, livros de ata, cadernos de textos, livros de presença, listas de presença e fotografias), nos valem ainda de entrevistas semiestruturadas, buscamos, por meio dessas estratégias metodológicas, a compreensão para nossa indagação acerca do objeto.

A pesquisa bibliográfica nos acompanhou desde a definição do projeto, depois, ao longo de nosso caminhar, durante a pesquisa exploratória, foi nossa companheira diária. Segundo Gil (2002, p. 46), “[...] boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica”. Durante essa fase buscamos diversas fontes, tanto para o levantamento do estudo das pesquisas, na área, como na sustentação do nosso referencial teórico de análise.

Em busca de compreender o que o Sindicato tem defendido sobre formação, incluímos em nossas fontes de dados a pesquisa documental. Por ser uma organização atuante no contexto da produção de textos, o SINTEP/MT tem participado constantemente dos debates sobre a legislação educacional de Mato Grosso, a pesquisa documental nos possibilita compreender como essas ações estão registradas nos documentos oficiais e nos textos produzidos pelo Sindicato. Para Gil (2002 p. 46), “A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados”. Outra vantagem que esse autor descreve é que a “[...] pesquisa documental não exige contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível”.

Nesta pesquisa as entrevistas representam fontes profícuas para compreender “se” ocorre e “como” ocorrem os processos formativos. Por isso, decidimos realizar entrevistas, por serem uma técnica privilegiada de comunicação.

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo [...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa (MINAYO, 2009 p. 64).

O uso da entrevista dialoga com nosso referencial de análise no que diz respeito às práticas dos profissionais da educação em seus ambientes de trabalho, o contexto da prática é o momento que as políticas são ressignificadas ou reinterpretadas. Nesse sentido, ouvir esses profissionais promove condições de compreensão de como o sindicato tem contribuído para a formação dos mesmos.

No que diz respeito ao formato, optamos pela entrevista “*semiestruturada*”, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2009, p. 64).

O propósito dessa escolha foi entender como essa ferramenta potencializa o entrevistado a expor sua percepção sobre os assuntos abordados de forma espontânea e conforme a condução do entrevistador. Os sujeitos das entrevistas são profissionais da educação sindicalizados, que frequentaram os espaços de debate do sindicato nos últimos cinco anos, bem como ex-dirigentes selecionados conforme critérios que relatamos no próximo item desta seção.

A concepção de análise dos dados da pesquisa está pautada no *Ciclo de Políticas* e contribui para nossas análises a própria concepção de entendimento das políticas educacionais, visto que essas se constituem de acordo com os diversos contextos da nossa realidade. Portanto, buscar a compreensão de como o sindicato tem contribuído para a formação dos profissionais da educação durante suas atividades é um convite à reflexão e, também, uma forma de compreendermos o contexto da construção das políticas nacional e estadual. Esse método permitirá, ainda, compreender como o SINTEP/MT tem se apresentado nesses contextos.

A opção metodológica de usar o *Ciclo de Políticas* por Ball e Bowe apud Mainardes (2006) como referencial é uma proposta que está firmada com base nos

contextos que compõem esse movimento das políticas. Inicialmente os autores do *Ciclo de Políticas* tratam três contextos: *contexto de influência*, *contexto da produção de texto*, *contexto da prática*. Posteriormente, avançaram na proposta epistemológica e indicaram na proposta de análise mais dois contextos: o *contexto resultados/efeitos* e o *contexto de estratégia política*.

O ciclo de políticas [...] adota uma perspectiva pós-estruturalista cujas características incluem desconstrução de conceitos e certezas do presente, engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e microcontextos (MAINARDES, 2006, p. 58).

Quando partimos para análise em pesquisa educacional, essa perspectiva permite estudos e julgamentos que ampliam nossas possibilidades de interpretação e compreensão analítica das políticas educacionais, sendo uma forma de verificar como essas políticas se efetivam desde a sua concepção até a sua prática e efeitos. Com base na leitura de Mainardes (2006), apresentamos os principais contextos evidenciados em nossa pesquisa:

a) Contexto da influência:

[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social (MAINARDES, 2006, p. 51).

Em nossa pesquisa percebemos o contexto de influência sobre várias representações, sendo elas formadas pela: a conjuntura política do país; a situação material dos profissionais da educação; mas também pelo projeto neoliberal que reincide na América Latina, a partir da década de 90, principalmente; as lutas sociais empreendidas pela CUT e pelo sindicalismo, em geral, influenciam as ações, eventos e textos para discussão no coletivo, enfim, diversas possibilidades interligadas no aspecto formativo da educação.

Queremos enfatizar que contexto de influência ou qualquer dos contextos que nos determos a discutir, não estão separados dos demais, os contextos são comutativos (OLIVEIRA, 2008) e como tal precisam ser considerados desse modo.

b) Contexto da produção de texto:

A conceituação de política como texto baseia-se na teoria literária que entende as políticas como representações que são codificadas de maneiras complexas. Os textos das políticas terão uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores. Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas (MAINARDES, 2006, p. 53).

Quanto a este contexto observamos em resultados ainda parciais uma grande influência do sindicato na produção da legislação em Mato Grosso, algo que deve ser ressaltado. Como exemplo temos Lei Orgânica dos Profissionais da Educação – LOPEB. Uma análise desse conjunto de leis, entretanto, demandaria pesquisa mais aprofundada e não é nosso foco principal.

Ainda no contexto da produção de texto, ao analisar os cadernos de textos dos congressos e encontros do SINTEP/MT, percebemos que os conteúdos, tornam-se parte da política de formação dos profissionais da educação pela pertinência dos temas e sua relação com a realidade das redes de educação pública municipal e estadual de Mato Grosso.

c) Contexto da Prática:

[...] é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas” [...] **Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.** [...] Os textos das políticas terão uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores. Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas (MAINARDES, 2006, p. 53, *grifo nosso*).

Nesta pesquisa observamos que o contexto da prática é o que mais se evidencia nas falas dos entrevistados. Mostrando como os profissionais da educação possuem papel ativo em seus espaços de trabalho na reinterpretação e ressignificação dos documentos, principalmente quando tratam de seus direitos.

A apresentação dos três contextos do *ciclo de políticas* mostra-nos a complexidade dos contextos e das arenas de disputas em que se dão as políticas públicas em educação. Nesse sentido, é importante destacar que,

[...] os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE *et al.*,1992, *apud* MAINARDES, 2006, p. 50).

A exposição que fizemos dos contextos foi para que haja uma compreensão abrangente da proposta do *Ciclo de Políticas*. Nossa proposta é ter nesse referencial o suporte para a análise crítica dos dados levantados em nossa pesquisa, observando em quais contextos esses dados estarão inseridos.

O *Ciclo de Políticas* orientará as nossas análises, por entendermos que o mesmo contribuirá para reflexão. Isso nos permitirá ter dimensão e condições para uma reflexão crítica sobre a trajetória das políticas educacionais de formação que se faz em diversas arenas de disputa, entre elas o sindicato, de forma a perpassar os contextos apresentados por Ball, dando-nos a possibilidade de compreendermos as políticas de formação desde a formulação inicial até sua tradução e seus impactos no contexto da prática.

A decisão de usar a abordagem do *Ciclo de Políticas*, se deve, em nosso entendimento, à contribuição para a compreensão macro e micro dos processos de formação e como os processos que estão fora da esfera institucional, nesse caso, o espaço de formação proporcionado pelo SINTEP/MT, podem exercer influências nessas decisões.

Mainardes (2006), ao apresentar as ideias centrais do *Ciclo de Políticas*, destaca que

A abordagem do “ciclo de políticas”, que adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Essa abordagem

destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articular processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que **este referencial teórico analítico não é estático, mas dinâmico e flexível** (MAINARDES, 2006, p. 49, *grifo nosso*).

Por se tratar de um referencial que nos permite lançar um olhar analítico, inter-relacionado à dialeticidade que se entrecruza nos diferentes contextos, possibilitando entender com flexibilidade o contexto que vamos analisar, a apreciação durante a análise por diversas lentes se torna algo possível, contribuindo para a visualização para além da aparente realidade. Isso nos levará aos detalhes que constituem o nosso objeto de pesquisa e que compõem os processos formativos dos profissionais da educação.

Nesse tocante, destacamos que “a abordagem do *Ciclo de Políticas* traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro” (MAINARDES, 2006, p.55).

Mainardes afirma que “[...] uma das vantagens dessa abordagem é a sua flexibilidade, uma vez que é apresentada como uma proposta de natureza aberta e como um instrumento heurístico”. Por isso, “[...] os pesquisadores que tomam tal abordagem como referencial teórico-analítico precisam refletir sobre as questões que poderiam ser incluídas na análise”. (MAINARDES, 2006, p.58) O que possibilita uma variedade de questões que podem ser levantadas em relação ao objeto, com análises mais abertas, as possibilidades de compreensão se ampliam à medida que a pesquisa indica caminhos/questões ainda não exploradas.

Diante dessas possibilidades que citamos, nesta pesquisa buscamos incluir questões referentes à formação dos profissionais da educação, que possibilitem uma compreensão e visibilização da forma como o SINTEP/MT foi construído como entidade de defesa de uma categoria e como isso tem se materializado na convergência das políticas de formação dos educadores. Por isso, levamos em conta cada contexto do *Ciclo de Políticas* durante o confronto de nossas descobertas em contato com o material coletado para análise.

Uma questão que consideramos essencial contemplar em nossa pesquisa foi a necessária visibilidade e audiência ao conjunto de trabalhadores que compõem a categoria dos profissionais da educação (professores, técnicos e apoios

administrativos), visto que, historicamente, vivemos uma separação entre os mesmos. E, ainda, como esses, por meio do sindicato, tem se constituído subjetivamente quando tratamos de sua formação e atuação no espaço escolar como profissional.

1.2.1 - Inquietações e problematização da pesquisa

Comum entre os seres humanos, a curiosidade nos leva a querer saber mais, a conhecer os detalhes, a chegar mais próximo, a tentar ver o que não está aparente. Foi por meio desse pensamento curioso sobre o campo profissional que nos movemos para o campo ora estudado. Seria necessário buscar mais, compreender mais, saber mais. Assim, nossa curiosidade transformou-se em “curiosidade epistemológica”, em projeto de pesquisa.

A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade epistemológica, sua capacidade crítica de tomar distância do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, de “cercar” o objeto ou fazer aproximações metódicas, sua capacidade de comparar, de perguntar (FREIRE, 1996, p. 85).

Essa vontade de querer saber mais sobre a formação dos profissionais da educação motivou a pesquisa e desafiou o afastamento do conhecido. Esse exercício foi preciso para compreendermos as entrelinhas, entendermos o desconhecido, o que não estava evidente até então. Consiste em tarefa difícil, a de buscar saber mais do que já conhecemos, ou pensamos conhecer. O primeiro desafio é questionar o que vislumbramos como aparência, para assim buscarmos nessa empreitada entender a essência.⁴

Foi a partir de muita reflexão teórica que entendemos que os sujeitos são construídos e conectados socialmente, de maneira que,

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...] Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve

⁴ Minha trajetória como sindicalista, por horas, fez-me pensar que não seria possível a continuidade desse projeto, pela dificuldade de afastar-me do objeto de pesquisa, somente durante o percurso comecei a entender que não era preciso cortar a conexão entre mim e o sindicato.

apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos (GATTI, 2002, p. 9,10)

Em busca desse entendimento que ultrapassa o imediato, assumimos nossas inquietações e compreendemos que são as inquietações que movem o pesquisador e, é a partir delas que conseguimos avançar no conhecimento epistemológico.

Segundo pesquisa do estado do conhecimento de Brzezinski (2014), realizada via Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira, sobre Formação de profissionais da educação (2003-2010), o tema possui amplitude quanto às concepções e há uma diversidade teórica e uma multiplicidade de experiências sobre a formação dos profissionais da educação. A autora destaca questões que julgamos importantes e que também foram parte de nossos questionamentos durante nossos estudos e levantamentos bibliográficos. Segundo ela, no momento histórico, as mudanças ocorrem em uma velocidade muito grande, a autora afirma que:

Não resta dúvida de que a amplitude da concepção de profissionais da educação, a diversidade de enfoques teóricos, a pluralidade de temáticas e assuntos e a multiplicidade de experiências formativas de profissionais da educação espelham as profundas e rápidas mutações culturais da sociedade do conhecimento, da ciência, da educação, das tecnologias, do setor produtivo, do mundo do trabalho e das formas de poder e de saber ocorridas no atual momento histórico, de mudanças paradigmáticas tanto no campo epistemológico, como no campo das formações sociais (BRZEZINSKI, 2014 p.12).

O estudo em pauta revela que mesmo diante dessa amplitude e dessa diversidade de produções sobre formação, a pesquisa de Brzezinski (2014) possibilita compreender que a formação dos profissionais da educação em seus sindicatos ainda é pouco estudada.

Em suas palavras: “São silenciadas as questões de formação continuada na militância dos sindicatos da categoria[...]” Isso nos motivou ainda mais a continuar nossos estudos de pesquisa. Ainda em fase exploratória da investigação, fomos em busca de dados por meio de pesquisa bibliográfica, e chegamos aos portais online das bibliotecas digitais de teses e dissertações.

Em pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD Ibict), realizada entre junho e setembro de 2017, foi possível constatar que o tema da pesquisa tem tímida produção, sendo que os estudos localizados datam de anos relativamente recentes, entre 2005 e 2012. Encontramos número significativo de trabalhos sobre formação, porém, poucos tratam da formação no espaço do sindicato.

Ao pesquisar os bancos de dados da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, encontramos duas pesquisas feitas sobre o SINTEP/MT, a primeira de (ALENCAR, 2013) que faz uma análise sócio-histórica de 1988-2012, a segunda de (DINIZ, 2014) tratando da formação político-sindical do professor.

Esses dados mostraram que o tema ainda é pouco explorado, o que nos instigou, sobremaneira, a realizar a pesquisa. Nessa perspectiva, fomos delineando e buscando o caminho para realizar os estudos. A partir de então passamos a conjecturar sobre as nossas inquietações. Como essa entidade é organizada? Como o SINTEP/MT pensa e encaminha a formação de seus filiados? O SINTEP/MT tem uma política de formação consolidada? Os eventos da organização têm contribuído para a formação político-pedagógica de seus filiados? Como o SINTEP/MT tem encaminhado seus encontros? Como os filiados têm visto os momentos de encontros? Muitas questões surgiram durante o processo de maturação do projeto de pesquisa e foram a partir delas que buscamos aprofundar nossa compreensão acerca do nosso problema de pesquisa.

Ao buscar uma compreensão da formação dos profissionais da rede pública de educação de Mato Grosso, nos espaços de debate do SINTEP/MT, e indagar o sindicato como lócus de formação, outros questionamentos surgiram: De qual formação estamos falando? Formação para quê? E para quem? Qual tem sido a especificidade da formação do SINTEP/MT? Questionamentos como esses e outros foram propulsores para nos lançarmos nesse universo de reflexão e busca de compreensão. Como os sujeitos envolvidos nesse âmbito compreendem esses espaços, qual a intensidade e o alcance desse espaço formativo?

Por mais que a primeira resposta ao questionamento, seja dizer que existe formação no cotidiano das atividades sindicais do SINTEP/MT, isso ainda não fica claro, é um dado empírico, por isso a necessidade de pesquisar o que questionamos e como questionamos. Charlot (2006, p.10) nos chama a atenção sobre os discursos

espontâneos e alerta, “[...] quem deseja fazer pesquisa em educação deve sair da esfera da opinião e entrar no campo do conhecimento”. Para ele uma pesquisa precisa querer saber o que ninguém sabe e precisa saber concretamente como será desenvolvido, ou como será feito. Necessita de planejamento e rigor científico.

Nossa visão, até então, foi de que os estudos já realizados contribuíram para que continuássemos a investigar essa entidade, a qual congrega todos os trabalhadores que atuam no ambiente escolar, com sua territorialidade por todo o estado de Mato Grosso, com possibilidades de pesquisa tão abrangentes. Em depoimento à Revista Novos Rumos, especial 50 anos da entidade o presidente da CNTE afirma que:

O Sintep/MT é um sindicato de vanguarda na defesa dos direitos dos (as) trabalhadores (as) em Educação em Mato Grosso e da classe trabalhadora em geral. É referência também na luta, pelo direito à educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade social para todos (as). Com visibilidade local, nacional e internacional (SINTEP/MT, 2015, p. 7).

Essa amplitude das ações do SINTEP/MT repercute com grande intensidade, mostra o quanto a organização cresceu, desde a sua fundação, ganhando notoriedade e reconhecimento nacional e internacionalmente.

1.2.2 - O processo de seleção dos entrevistados: do universo à amostra

Para chegarmos aos sujeitos entrevistados na presente pesquisa passamos por uma minuciosa e difícil tarefa. Conforme projeto de pesquisa, planejamos fazer a seleção por meio dos livros de registros de presença do Sindicato, observando quais nomes apareciam recorrentemente nas atividades realizadas pelo SINTEP/MT.

Em fevereiro de 2018, visitamos a entidade com a finalidade de conhecer o material de registro disponível para pesquisa. A sede central está localizada à Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 – Bairro Bandeirantes, Cuiabá-MT. Encontramos na Secretaria Geral um arquivo com livros de atas e livros de presença de forma manuscrita, um acervo histórico que data desde a ata de fundação.

Todavia, ao olharmos para o recorte de tempo feito pelo projeto, que era verificar quem exerceu sua atividade de profissional da educação na escola, durante

os últimos 5 anos participando também das atividades do SINTEP/MT, descobrimos que além do livro de presença dos participantes, a entidade possui as listas dos eventos conforme relação expedida pelo sistema de credenciamento que é feito pelo programa, conforme banco de dados do cadastro do filiado.

Assim, descobrimos que o credenciamento dos participantes das atividades, nos últimos cinco anos, já é feito em listas informatizadas próprias para os eventos. Isso é possível porque o sindicato possui um programa próprio, no qual tem o banco de dados dos filiados, realizando diversas funções, entre elas a de produzir a lista para o credenciamento em eventos.

O processo de confecção das listas começa nas subsedes/municípios, que encaminham para a Secretaria Geral a ata com o registro dos nomes do/s participante/s, eleitos em assembleia locais, algo que é enviado antecipadamente para a Secretaria Geral. Cada nome indicado é registrado no programa, que gera uma lista para o credenciamento no evento separada por regional e por município. Naquele período de visita, ficamos de voltar em outro momento, pois as listas estavam guardadas em caixas arquivo e não estavam em ordem formando um volume expressivo de documentos.

No dia 25 de março de 2018 visitamos novamente a entidade, em conversa com o secretário de infraestrutura, sobre a necessidade de saber quem participava ativamente das atividades, ele relatou que tinha controle de todos os participantes em uma lista criada no programa *Excel* para controle de hospedagem, na casa do educador e nos hotéis.

O secretário explicou que as listas possuíam as seguintes informações: nome e data do evento, nome do participante, nome do município do participante, nome do hotel que ficou hospedado e quantidade de dias que ficou hospedado. Esse controle de frequência nos hotéis é feito para que se saiba quem são as pessoas e a qual município pertencem, com isso, a Secretaria de Infraestrutura tem contabilizado o percentual de participação dos sindicalizados nos eventos, separados por regional e por subsele.

A partir dessa informação, entendemos que o controle feito pela secretaria de infraestrutura continha os mesmos nomes da lista de credenciados e que pelo formato em *Excel* seria possível selecionar com maior facilidade os participantes mais frequentes. Perguntamos sobre o acesso aos arquivos, que, de prontidão, foi

disponibilizado, bastava um *pen drive* para que as informações fossem gravadas. As informações repassadas para nossa pesquisa foram referentes às atividades realizadas entre os anos de 2013 a 2017, perfazendo os cinco anos que propusemos a analisar, para escolher os sujeitos das entrevistas, consideramos como critério que os sujeitos deveriam estar atuando no seu cargo e/ou função da carreira nos últimos cinco anos.

Descreveremos agora a quantidade de eventos que o SINTEP/MT realizou nos últimos cinco anos, conforme dados do arquivo da Secretaria Geral da entidade. Além do levantamento foram as listas desses encontros que serviram de suporte para escolha de nossos entrevistados.

Quadro 02 – Relação das atividades realizadas pelo SINTEP/MT nos últimos cinco anos

Ano 2013	
Conselho de Representantes.	16 e 17 de fevereiro de 2013
III Encontro de Dirigentes do SINTEP/MT.	12 e 13 de abril de 2013
Conselho de Representantes e Assembleia Geral.	26 de abril de 2013
Seminário Pré-Congressual XV Congresso Estadual do SINTEP/MT.	14 de maio de 2013
Conselho de Representantes.	08 e 09 de junho de 2013
Seminário Comemoração Aniversário SINTEP/MT - Resgate Histórico, Balanço e Plano de Lutas.	29 de junho de 2013
Conselho de Representantes.	03 e 04 de agosto de 2013
XV Congresso Estadual do SINTEP/MT.	26 a 29 de setembro de 2013
Ano 2014	
4º Encontro de Dirigentes das Subsedes do SINTEP/MT.	14 e 15 de março de 2014
Conselho de Representantes.	15 e 16 de março de 2014
V Encontro Estadual de Funcionários da Educação.	25 e 26 de abril de 2014
Seminário Preparatório do Encontro Estadual.	30 de maio de 2014
IX Encontro Estadual de Educação do SINTEP-MT.	18 a 20 de setembro 2014
V Seminário do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE.	14 de novembro de 2014
V Encontro Estadual de Dirigentes de Subsedes do SINTEP/MT.	12 e 13 de dezembro de 2014
Ano 2015	
Conselho de Representantes.	06 e 07 de março de 2015
1º Congresso Estadual Extraordinário do SINTEP/MT.	08 de março de 2015
6º Encontro Estadual de Dirigentes de Subsedes do SINTEP/MT.	15 de maio de 2015
Conselho de Representantes e Assembleia Geral.	16 e 17 de maio de 2015
Conselho de Representantes.	06 e 07 de junho de 2015
Seminário: Mais investimento com humanização: a qualidade que a educação precisa.	27 e 28 de junho de 2015
Conselho de Representantes.	15 e 16 de agosto de 2015
7º Encontro Estadual de Dirigentes de Subsedes do SINTEP/MT.	19 e 20 de setembro de 2015
III Seminário Estadual sobre Gênero e Diversidade Sexual do SINTEP/MT e VI Seminário Estadual de Saúde e Prevenção	20 e 21 de novembro de 2015

nas Escolas.	
Conselho de Representantes.	12 e 13 de dezembro de 2015
Ano 2016	
Conselho de Representantes.	27 e 28 de fevereiro de 2016
1º Encontro Estadual da Juventude do SINTEP/MT.	22 e 23 de abril de 2016
VI Encontro de Funcionários/as da Educação.	29 e 30 de abril de 2016
3º Encontro de Aposentados do SINTEP/MT.	05 e 06 de maio de 2016
Conselho de Representantes.	21 e 22 de maio de 2016
Seminário de Sistema Único de Ensino.	27 de maio de 2016
XVI Congresso Estadual do SINTEP/MT.	13 a 16 de outubro de 2016
Conselho de Representantes.	12 e 13 de novembro de 2016
Ano 2017	
Conselho de Representantes.	10 e 11 de fevereiro de 2017
Conselho de Representantes.	18 e 19 de março de 2017
Movimento Pedagógico Latinoamericano “Paulo Freire” Educação Pública: Democracia e Resistência.	27 a 29 de abril de 2017
Conselho de Representantes.	20 e 21 de maio de 2017
Seminário Estadual de Educação do SINTEP/MT- 52 Anos de Lutas, Resistências e Conquistas.	29 de junho de 2017
Seminário Ampliado da Direção Central – <i>Diálogo teórico sobre a educação inclusiva e a escola na perspectiva de Gramsci: Escola Unitária.</i>	31 de agosto de 2017
X Encontro Estadual de Educação do SINTEP/MT.	12 a 14 de outubro de 2017
Conselho de Representantes.	16 e 17 de dezembro de 2017

Fonte: organizado pela autora.

De posse aos dados, passamos a organizar como faríamos a formatação para chegarmos ao que buscávamos, levantamos quantas vezes cada nome da lista havia participado de eventos realizados pela entidade, nos últimos cinco anos, e, assim, chegamos até os nomes dos entrevistados, aqueles que tinham maior frequência nas atividades.

O programa *Excel* é uma ferramenta que nos permite, por meio de tabelas, classificar e filtrar dados selecionados. Trabalhamos da seguinte maneira: primeiro separamos os arquivos por ano e gravamos os dados em uma única tabela. Selecionamos, na tabela, somente a coluna com o nome do participante e o município. Após, selecionamos somente a coluna com o nome dos municípios e fizemos a ordenação de “A-Z”, com esse recurso foi possível ter uma seleção por município e, ao lado da coluna, os nomes dos participantes nos eventos. Criamos um arquivo por município, nesse arquivo classificamos a coluna com os nomes dos participantes, obtendo a frequência com que o nome aparecia, sendo possível saber quais nomes se repetiam mais vezes.

Para a média de corte, utilizamos como critério a participação de no mínimo 6 vezes de atividades, durante os últimos cinco anos, confeccionamos as tabelas por nome e quantidade de participação por município.

Ainda nessa tarefa de selecionar os sujeitos para as entrevistas, separamos as tabelas dos municípios por regional⁵, conforme a divisão estatutária, (15 regionais). Com os dados do relatório já formatado por município, verificamos que apareciam o nome de 107 municípios. Por fim, tomamos a decisão de gerar uma tabela por macrorregiões⁶, também, conforme a divisão estatutária usada pelo SINTEP/MT. Nessa última tabela, conseguimos visualizar os nomes dos participantes mais frequentes nas atividades. Para ter uma seleção equânime, decidimos entrevistar 3 sujeitos por macrorregião, totalizando um número de 15 entrevistados.

Com essa relação em mãos, foi necessário aguardarmos um evento estadual para encontrarmos com os sujeitos. O contato foi efetuado na reunião do Conselho de Representantes, realizada em Cuiabá em junho. O segundo momento de entrevistas foi no Conselho de Representantes, realizado em agosto de 2018. O terceiro momento foi em outubro de 2018, durante o Encontro Estadual Extraordinário, realizado no Hotel Fazenda Mato em Cuiabá. Para nossa felicidade, todos os sujeitos abordados concordaram em participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas por meio de roteiro semiestruturado (anexo), a gravação foi feita em um aparelho de celular marca Motorola modelo Moto G5 Plus, no programa “Pro” baixado da *Google play Store*. Os entrevistados assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE), conforme modelo submetido e aprovado na Plataforma Brasil, as falas foram transcritas e compõem o material para análise.

O fato de conseguirmos entrevistar um número significativo de sujeitos participantes desta pesquisa se deu em função da organização da infraestrutura do SINTEP/MT, que realiza as suas principais atividades em Cuiabá. Porém, conta com a representatividade da categoria do estado inteiro em função da sua organização estatutária.

⁵ O Art. 21 versa sobre a divisão das regionais da seguinte maneira “São 15 (quinze) os Polos Sindicais”,

⁶ O Art. 21 diz também como que os polos são divididos “cinco grandes regiões” e/ou macrorregiões

1.2.3 - Perfil dos entrevistados selecionados

A presente pesquisa tem abrangência estadual, o SINTEP/MT possui um total de 25.000 filiados. Como relatamos no tópico anterior, fizemos um trabalho de seleção com base nos dados de registro do sindicato. Neste trabalho, não faremos a identificação nominal dos entrevistados (cada um terá um nome fictício), no perfil exposto no quadro abaixo, identificaremos apenas o gênero, formação acadêmica, tempo de atuação na educação, cargo que ocupa na educação, tempo de filiação no sindicato.

Quadro 03 – Perfil dos entrevistados

Cargo que ocupa	Formação acadêmica	Tempo de profissão	Tempo de filiação no SINTEP/MT	Gênero	Idade	Rede de Ensino onde atua
TAE	Ens. Médio/Cursando Pedagogia	12	08	Fem.	32	Estadual
Professora	Pedagoga	24	19	Fem.	48	Municipal
Professor	Educação física	22	5	Masc.	41	Est/Mun.
Professor	Filosofia/sociologia/psicologia/teologia	14	8	Masc.	49	Estadual
Professora	Pedagogia	32	28	Fem.	47	Est/Mun.
Professor	Física	22	22	Masc.	48	Estadual
AAE	Pedagogia	12	10	Fem.	36	Municipal
TAE	Pedagogia	18	06	Fem.	40	Estadual
Professora	Matemática	13	07	Fem.	34	Estadual
TAE	Pedagogia	09	08	Fem.	45	Estadual
AAE	Ens. Médio/Cursando Pedagogia	19	19	Fem.	42	Estadual
AAE	Pedagogia/Educação Física	18	18	Fem.	43	Estadual
Professora	Ciências Biológicas	23	15	Fem.	46	Estadual
Professora	História	25	21	Fem.	53	Estadual
Professora	Geografia	30	30	Fem.	62	Estadual

Fonte: organizado pela autora.

Consideramos relevante apontar os dados referentes ao perfil dos entrevistados e observamos o seguinte:

- ✓ **Gênero:** Com maior frequência nas atividades do SINTEP/MT, o gênero feminino se destaca com um percentual de 80%.
- ✓ **Idade:** Em relação à média de idade dos participantes entrevistados, entre 30 e 40 anos, 20%, entre 40 e 50 anos, 67%, acima de 50 anos,

13%. Não houve nenhum entrevistado abaixo de 30 anos e acima de 62 anos.

✓ **Tempo de Exercício:** sobre o quesito tempo de exercício na profissão, a média entre os entrevistados é de 05-10 anos, 7%, 10-15 anos, 27%, 15 a 20 anos, 20%, 20-25 anos, 33% e acima de 25 anos, 13%.

✓ **Cargos:** Referente aos cargos da carreira dos profissionais da educação exercidos pelos entrevistados, apresenta-se o seguinte percentual de participação. Apoio Administrativo, 20%, Técnico Administrativo, 20%, e professores com a maior frequência, 60%.

✓ **Formação acadêmica:** Em relação à formação acadêmica dos entrevistados, há uma variação, por isso vamos nominar de acordo com as Licenciaturas que apareceram, Física, Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Ensino Médio cursando Pedagogia, com duas licenciaturas Pedagogia e Educação Física. Um entrevistado possui quatro cursos superiores: Filosofia/Sociologia/Psicologia/Teologia e cinco são formados em Pedagogia. A maioria dos entrevistados, 41%, são formados ou estão cursando Pedagogia.

✓ **Tempo de Filiação:** O tempo de filiação dos entrevistados apresenta o seguinte percentual, entre 5-10 anos, 40%, entre 10-15 anos, 13,33%, entre 15-20 anos, 20%, entre 20-25 anos, 13,33% e por fim, acima de 25 anos, 13,33%. Não há uma linearidade entre tempo de profissão e sindicalização, ou seja, a maioria filiou-se e começou a participar das atividades depois de um tempo na profissão.

✓ **Rede de Ensino:** Com relação à rede de ensino que está exercendo as atividades como profissional da educação, 13,5% está na Rede Municipal, 13,5% está nas Redes Municipal e Estadual e 73% está na Rede Estadual.

Como tivemos como critério selecionar os entrevistados por macrorregiões, apresentamos como é a divisão por grandes e/ou macrorregiões, conforme estatuto do sindicato no Art. 48 – “São 15 (quinze) os Polos Sindicais, divididos entre as 05 (cinco) grandes regiões do Estado, assim constituídas”:

Quadro 04 – Demonstrativo dos municípios divididos por polo e por macrorregião

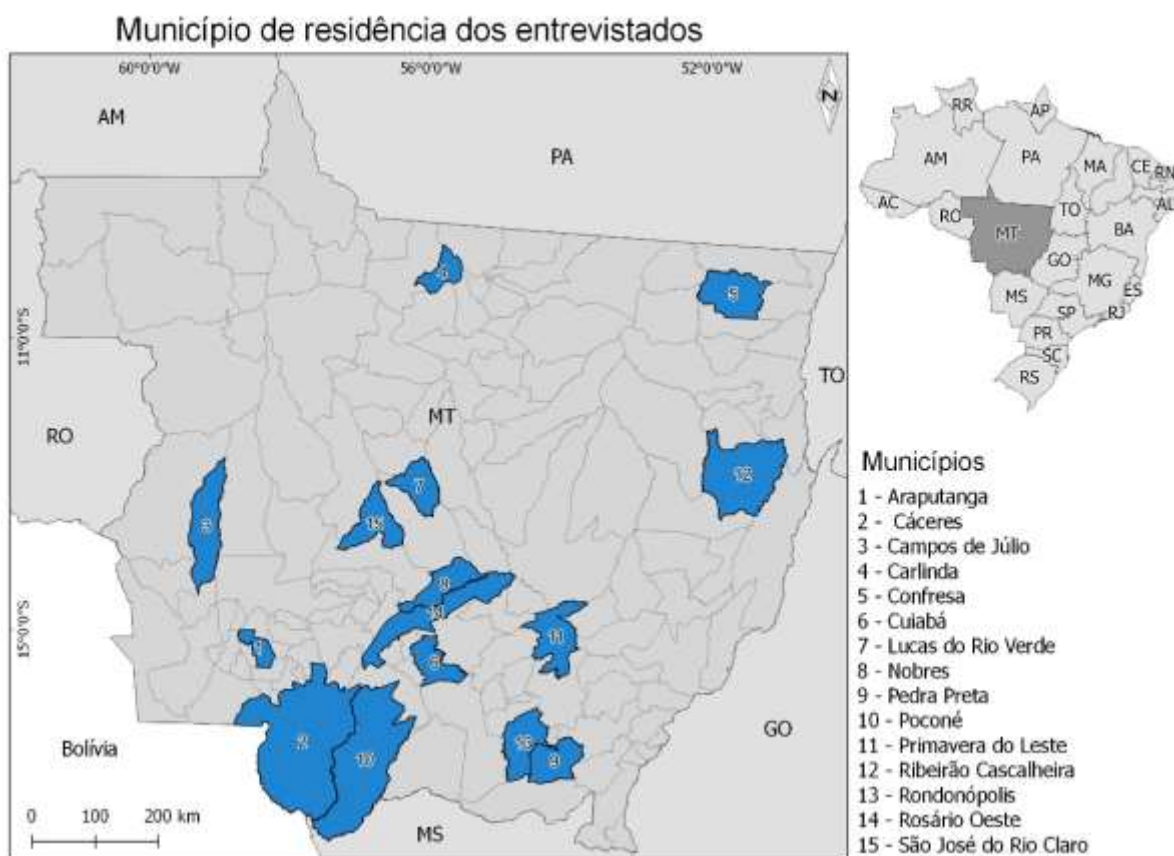
Macrorregião	Nome do Polo	Nº municípios
Oeste	Polo Sindical Oeste I Regional Baixada Cuiabana: Várzea Grande, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Jangada, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço e Cuiabá;	09
	Polo Sindical Oeste II Regional Paraguai – Cabaçal: Cáceres, Mirassol do Oeste, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Glória do Oeste, Figueirópolis do Oeste, Indiavaí, Araputanga e Curvelândia;	13
	Polo Sindical Oeste III Regional Vale do Guaporé: Campos de Júlio, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Jauru, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vale do São Domingos;	08
Nortão e Noroeste	Polo Sindical Nortão I Regional Alto Teles Pires: Guarantã do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Matupá, Terra Nova do Norte, Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Marcelândia, Novo Mundo e Nova Santa Helena;	11
	Polo Sindical Nortão II Regional Médio Teles Pires: Alta Floresta, Carlinda, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirante;	07
	Polo Sindical Nortão III Regional Vale do Teles Pires: Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Sorriso, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, União do Sul, Nova Ubiratã e Ipiranga do Norte;	10
	Polo Sindical Nortão IV Regional Vale do Arinos: Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Tapurah e Itanhangá	06
	Polo Sindical Noroeste Regional Vale do Juruena: Juína, Aripuanã, Brasnorte, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira, Rondolândia e Colniza;	08

Médio Norte	Polo Sindical Médio Norte I Regional Vale do Paraguai: Arenópolis, Nortelândia, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Santo Afonso, Nova Marilândia, Porto Estrela e Sapezal;	12
	Polo Sindical Médio Norte II Regional Alto Paraguai: Diamantino, Alto Paraguai, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Nobres, Rosário Oeste, Nova Maringá, Santa Rita do Trivelato;	08
Leste	Polo Sindical Leste I Regional Vale do Araguaia: Barra do Garças, General Carneiro, Torixoréu, Araguaiana, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguaína e Santo Antonio do Leste;	10
	Polo Sindical Leste II Regional Médio Araguaia: Nova Xavantina, Campinápolis, Cocalinho, Canarana, Querência, Água Boa, Novo Santo Antonio, Ribeirão Cascalheira, Nova Nazaré, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Gaúcha do Norte;	12
	Polo Sindical Leste III Regional Araguaia/Xingu: São Félix do Araguaia, Luciara, Vila Rica, Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista, Confresa, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu;	10
Sul	Polo Sindical Sul I Regional Serra da Petrovina: Rondonópolis, Pedra Preta, Itiquira, Guiratinga, São José do Povo, Tesouro, Alto Garças, Alto Araguaia e Alto Taquari;	09
	Polo Sindical Sul II Regional Vale do São Lourenço: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Primavera do Leste, Poxoréu, Paranatinga, Nova Brasilândia, Planalto da Serra.	10
Total de municípios		143

Fonte: organizada pela autora.

Esse quadro mostra a dimensão de territorialidade do SINTEP/MT, que está presente em todos os municípios de Mato Grosso. Nossos entrevistados, escolhidos conforme critérios anteriores, estão distribuídos nos seguintes municípios:

Mapa 01 – Mapa Mato Grosso com indicação do município de residência dos entrevistados⁷



Selecionar os entrevistados por macrorregião foi uma forma de ouvir sindicalizados de todo o estado de Mato Grosso, algo que possibilita uma dimensão abrangente quando tratamos do objeto pesquisado.

Além das entrevistas com os sindicalizados que frequentaram as atividades nos últimos cinco anos, entrevistamos, do mesmo modo, o atual Secretário de Formação Sindical que também é secretário de formação da CUT/MT. o objetivo foi compreender como o SINTEP/MT, tem encaminhado suas atividades de formação nos últimos anos.

O desafio de considerar os eventos realizados pelo sindicato, nesta pesquisa, nos é familiar, conforme já declaramos na introdução, pois desde que nos

⁷ Fonte: mapa organizado por Jose Renato Silva de Oliveira <joserenato@usp.br> QGIS Development Team, 2018. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://www.qgis.org/>⁷

filiamos ao SINTEP/MT passamos a participar de suas atividades. Ao olharmos para nosso objeto de pesquisa, buscando responder às perguntas feitas, essa foi a forma que encontramos para chegar ao objetivo geral e específico da proposta ora apresentada

Esse trajeto nos permitiu redirecionar a perspectiva do trabalho, reiterando a necessidade de estranhar o que nos é familiar. Conforme afirma Velho (1978, p. 131): “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”. Um exercício de pesquisa científica que não busca resolver algo e sim aprofundar o nível de conhecimento sobre o tema estudado.

Após conhecermos o perfil dos entrevistados, passamos a conhecer um pouco da história e das defesas da entidade pesquisada, sua constituição nesses 53 anos de existência.

1.3 - Nascimento e trajetória do SINTEP/MT: 53 anos de história

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) e sua história de organização foi construída por muitas mãos, por muitas marchas, por muitas greves, por muitas lutas. Por isso, consideramos importante saber um pouco da sua história de organização, da sua concepção e da sua estrutura de funcionamento. Neste trabalho faremos um breve histórico sobre como ocorreu a fundação desse sindicato.

Buscamos nos registros, a criação e um pouco da história, além de como a entidade de representação dos profissionais da educação está organizada, não encontramos nenhuma publicação em livro contando a história do SINTEP/MT, os registros que encontramos são de textos publicados em edições de jornais de comemoração do aniversário e de uma revista de comemoração dos 50 anos de existência, da entidade e a fonte principal de registro sobre a história da entidade está no Fascículo “O Movimento Sindical da Educação em Mato Grosso”⁸, de autoria do professor João A. C. Monlevade, que faz parte do Programa de Formação

⁸ Todos os dados desse texto são com base nessa revista de autoria do professor João Monlevade e que faz parte dos módulos do Programa de Formação Sindical do SINTEP/MT.

Sindical do SINTEP/MT, no Primeiro Eixo - Concepção Política e Sindical. Segundo esses registros, a entidade completou, em 29 de junho do ano de 2018, 53 anos de fundação.

O germinal do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, em Mato Grosso, começa com o movimento dos professores, um ano antes de sua fundação, em 1964, tempo que iniciou no Brasil o regime militar, que tem como característica a falta de democracia, a supressão dos direitos constitucionais, a perseguição política, a repressão, a censura e a tortura. Diante disso, a movimentação dos professores em resistência a esses ataques, mais tarde, culminaria na fundação da associação organizada, segundo notas do fascículo sobre a história do sindicato (MONLEVADE, 2007, p.5), foi um ano em que a inflação registrou um acúmulo de 80% e os professores sentiam-se motivados a lutar por melhorias salariais.

Um grupo de professores que estava em cursos de férias no CTM (Centro de Treinamento do Magistério, no Coxipó, atual 9º BEC), iniciou o movimento em busca de reajuste salarial. Tais professores resolveram fazer um protesto em frente ao Palácio do Governo, algo que foi tratado com desprezo, esse momento foi como um elixir que deu forças ao grupo para a fundação de uma associação em defesa e representação dos professores primários de Mato Grosso, que, nessa época, ainda era unificado com Mato Grosso do Sul.

O SINTEP/MT nasceu em 1965 com um grupo de professoras primárias, como Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP). Ao longo dos anos sua denominação foi sofrendo mudanças, em 1970 a AMPP passou a ser Associação Mato-grossense de Professores (AMP), tal mudança ocorre devido mudanças na legislação educacional em curso, com a reforma do Ensino do 1º e 2º graus, primário e ginásio se fundem no ensino obrigatório de oito anos, denominado de 1º Grau. Nesse período, não havia mais sentido investir numa Associação que se limitasse a professores das séries iniciais. A AMPP se transformou em AMP (MOLVEVADE, 2007, p.6), essa mudança permitiu um fortalecimento da associação com aumento do número de associados e ainda agregou diversos professores com formação universitária, que pelo acúmulo teórico contribuíram para uma nova formatação na direção da associação.

Seguindo o curso da história, a AMP, entre os anos de 1971 a 1979, alguns fatores contribuíram para esse momento, um deles foi a divisão de Mato Grosso, fato que fez a associação perder parte de seus filiados:

O crescimento populacional vertiginoso de Mato Grosso, especialmente pela abertura de novas frentes de colonização no oeste e norte, dispersou o movimento que tinha Cuiabá como epicentro. Em segundo lugar, porque em 1977 Mato Grosso perdeu os Municípios do Sul para a formação de um novo Estado, o Mato Grosso do Sul, o que fez a AMP ficar sem metade de seus associados contribuintes (MONLEVADE, 2007, p.7).

Durante esse período sucederam direções que não encamparam o enfrentamento aos governos da época. Mesmo caminhando lentamente, a AMP seguiu sua trajetória. A associação reafirmou sua existência, em 1979 um grupo de Renovação candidatou-se à direção, tendo como presidente Professor Osvaldo Ferreira da Silva. A nova direção da AMP liderou a primeira greve do Magistério Mato-grossense, o contexto clamava por mudanças, regulamentação do estatuto do Magistério e concurso público eram os pontos principais da greve, tal momento tencionou o governador do estado a abrir concurso público para quase quatro mil vagas no estado em 1980 (MONLEVADE, 2007, p. 7).

A nova direção fez enfrentamento ao governo, isso contribuiu para a adesão de muitos novos filiados, o movimento sofreu uma intervenção por parte do estado por meio de uma junta governativa que era auxiliada por professores próximos das autoridades educacionais de governo. O então presidente professor Osvaldo Ferreira da Silva e a secretária professora Maria Orly (gestão 1979-1980) chegaram a ser exonerados de suas funções, tentativa essa que o governo fez para dissuadir com o movimento de organização dos professores na época.

A junta governativa não era reconhecida pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1981 foi eleita para presidente a professora Senhorinha Ana Alves de Oliveira. Em 1982 a categoria organizada pressionou a direção da AMP para uma nova greve, a direção mesmo que a reboque teve que encaminhar a greve, registra-se que nesse momento houve um grande avanço com reajuste de 102% e recomposição de perdas salariais de 90% do ano anterior. A greve cobrava também concurso público, que foi realizado e as progressões da carreira foram efetivadas, momento que acalmou, até certo ponto, a categoria (MONLEVADE, 2007, p. 8).

O início da década de 80 foi de fortes tensões políticas no Brasil, marcado por grande recessão econômica, que gerou uma inflação crescente a cada ano. Nesse contexto, os movimentos sociais cresciam e buscavam organização para fazer o enfrentamento dos governos. Em 1984 os professores da rede estadual de Mato Grosso passaram a receber menos de um salário mínimo. A AMP ainda estava sob a direção da professora Senhorinha, o núcleo de Sinop declarou greve regional e forçou a direção da AMP a uma assembleia geral, pois a direção central estava desmobiada (MONLEVADE, 2007, p.8). O movimento grevista dessa época ganhou adesão do estado inteiro com paralisação das atividades e fortes mobilizações. O governo reagiu com violência contra as mobilizações, inclusive exonerando 30 líderes sindicais.

A greve avançou em duas frentes, a econômica e a política: com estudos das finanças do estado, feito pelo comando de greve e a equipe do governo, o piso salarial saiu gradativamente de 1,6 para 3 salários mínimos. O saldo político foi a formação e adesão de novos sindicalistas e a fundação de núcleos em diversos municípios no interior do estado. Isso foi fator determinante para na eleição de 1985, o grupo a vencer as eleições, foi a chapa Novos Rumos. Com isso as posições passam a ser independentes e de oposição ao governo, bem diferente das direções anteriores (MONELVADE, 2007, p. 8).

Em 1987, por ocasião do Congresso Estadual da entidade a AMP passa a ser AMPE – Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação, pois aprovou a filiação e representação de funcionários administrativos⁹. Novos filiados aderem ao processo associativo que amplia suas defesas em prol de entender que na escola todo o espaço é educativo e todo trabalhador do espaço da escola é um educador, fatores que mais tarde trouxeram a profissionalização e valorização desses trabalhadores.

Seguindo o curso da história, momento em que tudo acontecia com muita intensidade, era o período de redemocratização do país, os movimentos sociais intensificavam suas frentes em busca de garantia de direitos, a classe trabalhadora estava unida em busca de melhorias e conquista de direitos. Com o advento da nova

⁹ Sobre esse tema tratamos detalhadamente no próximo ponto desta seção.

Constituição Federal – CF, o direito da livre associação e organização dos sindicatos.

No ano de 1988, durante o congresso, a AMPE na cidade de Cáceres, foram tomadas duas decisões importantes: filiar-se a Central Única dos Trabalhadores – CUT e transformar-se em: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT, sendo a primeira associação a transformar-se em sindicato após a promulgação da Constituição Federal, em sete dias, fato que se tornou histórico para a entidade, que a partir de então passou a interiorizar-se, formando representações em diversos municípios e regiões do estado. De fato e de direito, o SINTEP/MT é instituído a partir desse período histórico, embora representasse a luta do magistério a sua organização tinha o caráter de associação.

Com 53 anos de história, a entidade possui atualmente mais de 25 (vinte e cinco) mil filiados e representa todos os profissionais da educação das esferas municipal e estadual de Mato Grosso. Todos os filiados gozam do direito de participar de todas as instâncias deliberativas e não deliberativas do SINTEP/MT. Os participantes são escolhidos pelos pares em assembleias locais. Nos últimos anos a direção tem orientado para que aconteça a participação paritária da categoria, sendo eles professores e funcionários e, também, contemplando as redes estadual e municipal.

As mobilizações da categoria ocorrem por meio de congressos e encontros estaduais, seminários temáticos, assembleias, manifestações de rua, paralisações, greves, acampamentos de greve, formação sindical e participação nos espaços de debate do controle social da educação, saúde, diversidade, relações étnicas raciais, meio ambiente e outros. A entidade é protagonista em nível municipal, estadual, nacional e internacional, quando tratamos dos profissionais da educação básica do ensino público.

O SINTEP-MT possui já uma trajetória histórica de mais de cinco décadas, relatar a diversidade dos momentos de forma detalhada demandaria outra pesquisa com um foco diferente de nossa. Entretanto, consideramos fundante situar a historicidade da constituição da organização e com base nessa construção histórica, encontramos os caminhos que julgamos relevantes em nosso tema de pesquisa, a formação dos profissionais da educação no espaço do SINTEP/MT.

A seguir abordaremos a unificação da carreira dos profissionais da educação em Mato Grosso, tratar desse assunto nos permite ver como isso contribuiu para o fortalecimento da categoria, sendo uma das bandeiras de luta defendida veementemente pelo SINTEP/MT.

1.3.1 - Unificação da carreira dos Profissionais da Educação básica em Mato Grosso: tecendo o amanhã

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

(João Cabral de Melo Neto)

Iniciamos esta seção com o trecho do poema “Tecendo a manhã” de João Cabral de Melo Neto, em uma alusão a unificação dos profissionais da educação básica. Os registros históricos encontrados nas publicações do sindicato mostram como a organização pensou esse espaço de integração, de consenso, de coletividade, por entender que a unidade é uma das estratégias para o fortalecimento. Pensando um pouco como funciona essa rede, poderíamos parafrasear o nome do poema como “Tecendo o amanhã”, pois foi pensando em um amanhã melhor que a ação pela unificação ganhou forças em Mato Grosso, de tal modo, professores e funcionários¹⁰ juntaram-se em busca de melhorias para a educação básica pública Mato-Grossense em um só sindicato.

Uma das características marcantes do SINTEP/MT é a de ser um sindicato unificado¹¹. Contudo, isso não ocorreu da noite para o dia, este amanhecer surge vagorosamente, esses galos iluminaram a noite a partir de vários cantos de lugares diversos do estado. Foi um processo de construção lento e com tensões, a história

¹⁰ Segundo caderno formação PROFUNCIÓNÁRIOS, Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores. Entende-se por funcionários o conjunto dos trabalhadores em educação que atuam no pátio, limpeza, cozinha, secretaria, laboratórios e bibliotecas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/584-funcionarios-de-escolas>

¹¹ Unificado no sentido de congregar todos os trabalhadores que atuam no espaço escolar, seja da rede Estadual ou Municipal, conforme preconiza a Lei 12. 014/09 e a Lei Complementar do Estado de Mato Grosso LC 50/98 em seu artigo 2º.

mostrou que essa foi uma decisão acertada da categoria de trabalhadores em educação do estado de Mato Grosso, que no ano de 2018 comemorou 30 anos de unificação. Como já abordamos, anteriormente, a unificação de professores e funcionários foi uma estratégia de fortalecimento da classe de trabalhadores da educação.

O movimento pela unificação, nas associações de professores, ocorreu em todo o Brasil, foi entre os anos de 1985-1988, que as discussões nacionais sobre a unificação dos trabalhadores em educação na Confederação dos Professores do Brasil - CPB, expandiu e, desse modo, repercutiu e aprofundou-se em Mato Grosso,

[...] foi um movimento nacional no qual os professores mobilizados promoviam a construção de entidades únicas com os outros segmentos de trabalhadores em educação, onde se reunissem os professores com os orientadores, supervisores e funcionários técnicos e administrativos; tanto das redes estaduais como municipais (GINDIN, 2013, p. 80).

A busca pela unificação foi uma estratégia que o movimento de educadores procurou para fortalecer a luta dos trabalhadores em educação. A revista “Novos Rumos”, edição 09, de março de 2018, de publicação da entidade, foi alusiva aos 30 anos de unificação em Mato Grosso, a edição trouxe relatos que mostravam como essa ação não foi pacífica e gerou um processo de disputa dentro da organização.

Tal documento registra ainda o histórico da mobilização em busca de carreira e a valorização profissional, reunindo muitos funcionários que queriam associar-se ao movimento de professores. O embrião, em Mato Grosso, nasceu por uma reivindicação feita pelo município de Alta Floresta e incentivada internamente pela militância da professora Marília Solomoni¹². Segundo relato de João Monlevade, a primeira votação foi feita no congresso da AMP/MT de 86, houve uma disputa interna fomentada por professores contrários a unificação.

Muitos consideravam inadmissível ter funcionários (as) no mesmo movimento, pois acreditavam que o trabalho deles era intelectual, diferente da atuação dos funcionários [...]. Sem o entendimento de trabalho como uma ação única, muitos docentes foram para o enfrentamento, criando inclusive, anos depois, uma chapa para disputar a gestão da associação, com o nome de Pró-professor (SINTEP/MT, 2018, p. 16).

¹² Militante da AMP/MT a professora Marília Solomoni, foi quem articulou internamente a proposição de unificação. Incentivou funcionários do interior a participar do próximo congresso que ocorreu em 1987.

Mesmo com as divergências internas, os funcionários não desistiram depois de serem derrotados no Congresso de 1986. No ano seguinte, continuaram a insistir e voltaram organizados para participar do congresso da AMP/MT, que ocorreu no ginásio Dom Aquino em Cuiabá, desta vez com caravanas do interior.

[...] dois ônibus com funcionários (as) de escola de Alta Floresta e Sinop, desembarcaram na capital, entrando no ginásio Dom Aquino, empunhando uma faixa em que estava escrito “Todos somos educadores, queremos ser Sintep”. A votação dessa vez foi favorável e a partir de 1987, os funcionários da educação pública passaram a integrar a Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação – AMPE (SINTEP/MT, 2018, p.17).

Mesmo com a votação favorável no congresso de 1987, ainda havia dificuldade de aceitação, por conta das divergências internas quando ao tema. E a unificação de fato aconteceu em 1988, quando a AMPE passou a ser SINTEP/MT, institucionalmente, ocorreu a unificação sindical, porém, os desafios da luta continuaram e somente em 1998 com o advento da LOPEB¹³, a rede estadual teve, por meio da Lei Complementar 50/98, a unificação na carreira. Nesse conjunto de leis veio também a Lei Complementar 7.040/98, igualmente conhecida como Lei de Gestão Democrática, que garantiu aos funcionários o direito de participar integralmente desse processo de gestão da escola, inclusive com o direito de candidatar-se a diretor escolar.

A unificação que ocorreu como uma estratégia de organização, evoluiu e passou a contribuir para a criação de políticas públicas educacionais da rede básica de ensino, os debates não cessaram, em 1998 Mato Grosso reconheceu, pela carreira LC 50/98, quem eram os profissionais da educação que compunham a carreira da rede estadual.

No entanto, o reconhecimento nacional só ocorreu em 06 de agosto de 2009, quando tivemos a promulgação da Lei 12.014/09 que alterou o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, passando a reconhecer o conjunto dos trabalhadores da educação, sendo eles, professores, especialistas e funcionários profissionalizados que atuam no espaço escolar como profissionais da educação.

¹³ Promulgada no governo de Dante de Oliveira (1995-2002) A Lei Orgânica dos Profissionais da Educação – LOPEB, é composta pelas seguintes leis: LC 49/98, LC 50/98 e LC 7.040/98.

Os sindicatos do ramo da educação continuaram os debates acerca da unificação e do reconhecimento dos funcionários como educadores. O Conselho Nacional de Educação – CNE também contribuiu por meio das Resoluções que indicaram e normatizaram as Diretrizes de Carreira e Diretrizes Curriculares de Formação dos Profissionais da Educação. Para Aguiar:

Esse conjunto de diretrizes tem sua base de sustentação conceitual em dispositivos da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) atinentes à matéria. E, correspondem a um momento peculiar da política educacional brasileira propiciado pelo clima de interlocução existente entre o CNE e órgãos ministeriais, associações acadêmicas, profissionais e sindicais, dentre outros (AGUIAR, 2017, p.50).

Mesmo com muitas dificuldades, os avanços da unificação só foram possíveis pelo diálogo, as reivindicações foram recebidas de forma democrática, impulsionadas por uma política de governo do campo popular, fortalecendo assim as políticas de formação e valorização dos profissionais da educação básica. Além do CNE, vale registrar que as duas conferências nacionais de educação que aconteceram em 2010 e 2014 abrigaram o protagonismo dos movimentos sociais resultando, assim, em um Plano Nacional de Educação – PNE democrático.

Todo esse processo foi materializado pela Lei 13.005/14, resultado das conferências que ocorreram no país inteiro com a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos na educação. Isso trouxe para seu bojo ênfase para o financiamento, formação e valorização de todos os profissionais da educação, consubstanciando metas e estratégias da referida lei.

Todo esse processo de reconhecimento na forma da lei se desdobrou com muita pressão por parte das organizações em defesa de uma educação pública de qualidade. Todavia, o mais significativo diante desse cenário foi a alteração na dinâmica do espaço escolar. Desse modo, a sala de aula não foi mais compreendida como o único espaço educativo da escola e os professores únicos atores nesse cenário, a mudança vem acontecendo aos poucos.

A profissionalização específica¹⁴ proporciona a possibilidade de funcionários se tornarem conhecedores do processo educativo em todo o ambiente escolar,

¹⁴ A profissionalização específica atualmente é política educacional que por meio do Projeto do Curso de Profissionalização dos Funcionários da Educação – PROFUNIONÁRIOS, oferece cursos de profissionalização em nível médio que os habilitem em identidades já consagradas no cotidiano

mostra ainda como um espaço coletivo e dialógico proporciona um espaço democrático. A profissionalização induz e mostra ao funcionário a necessidade da participação nas relações sociais que vão influenciar na maneira de ser no mundo dos estudantes.

A profissionalização específica problematiza e fomenta a integração do funcionário na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, lugar onde todos podem se sentir parte, contribuindo para a construção de uma escola democrática e participativa, comprometida com a construção de conhecimentos e a pluralidade existente nas escolas. Sobre essa participação, entendemos haver necessidade de pesquisa no sentido de compreender se de fato os funcionários que passam pela profissionalização têm contribuído para uma participação efetiva nesse momento de construção da política pedagógica da escola como ação educativa.

A ação educativa desenvolvida pelos funcionários, nas áreas de atuação, se configura como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na socialização e construção de conhecimentos e no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (AGUIAR, 2017, p. 59).

Por isso, entendemos que para desenvolver uma ação educativa intencional, é necessário constituir um entendimento quanto a concepção de conhecimento, para isso a formação é imprescindível, além disso, “Ninguém começa a ser educador numa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58), esse processo é uma construção que exige tempo de dedicação para refletir sobre a tarefa de educar no ambiente escolar.

O processo educativo não é uma tarefa que se realiza isoladamente, é um processo coletivo, que precisa ser planejado pelo grupo da escola. Em nossas entrevistas chamou-nos a atenção a fala de uma entrevistada que afirmou participar dos momentos de construção do projeto político pedagógico e o identificou como um momento “prazeroso”. Esse relato mostra que a unificação, permitiu a participação

escolar: técnicos em alimentação escolar, técnicos em administração escolar, técnicos em multimeios didáticos e técnicos em infraestruturas escolares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/valtrabedu_cur.pdf> acesso outubro de 2018 .

de todos, professores e funcionários para a construção do projeto político pedagógico da escola, dando a possibilidade para a construção de um espaço democrático e de uma construção coletiva das políticas pedagógicas do ambiente escolar. Porém, abre aqui uma lacuna para uma nova investigação, pois, é preciso saber se essa integração não é somente momentânea, mas se mantém na vida cotidiana da escola.

A configuração da sociedade atual trouxe para a escola funções que vão muito além do ensino de conteúdos acadêmicos prescritos, os conteúdos envolvem os conhecimentos culturais e científicos, que exigem uma ação curricular comprometida com temas que dizem respeito ao ser humano e sua identidade, e devem proporcionar conhecimentos para o exercício da cidadania.

Hoje a escola é referência para campanhas educativas, orientações de saúde, protetivas sobre o trabalho infantil, exploração sexual, pedofilia e outros. A prática pedagógica há muito vem exigindo atividades extracurriculares, aulas de campo, salas de informática, salas de leitura, laboratórios de ciências (SINTEP/MT, 2018, p. 46).

Tudo isso exige do conjunto de profissionais da educação que atuam no espaço escolar, formação e conhecimento. Essas são tarefas imperiosas que precisam ser executadas e têm como agente indutor o estado. Contudo, nesses casos, o sindicato faz a tarefa de fomentar o debate e exigir que esses preceitos sejam respeitados, tendo um papel importante nesse contexto de influência e prática.

A unificação dos profissionais da educação, aparece como um marco para o avançar e fortalecer da luta e na garantia de direitos. E, o SINTEP/MT tem como uma das suas bandeiras de luta a defesa de todos os profissionais da educação que atuam no espaço escolar, garantindo a participação de todos os profissionais da educação em suas instâncias de decisão, mobilizando a luta intransigente em defesa do direito de todos os profissionais da educação, promovendo a cultura de que o fazer pedagógico em que todos participam torna-se um espaço democrático e participativo, gerando sujeitos responsáveis tanto como educador como educando. Assim, defendendo que a formação/educação é a principal ferramenta para a mudança de uma sociedade que defenda a igualdade de direitos e a justiça social.

A luta pela organização sindical dos profissionais da educação nasceu junto com a redemocratização do país, que teve início no final da década dos 70 e prolongou-se pela década dos 80, foi o momento de amplo processo de reestruturação da sociedade, inúmeros setores da sociedade civil começam a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização. Nesse contexto, os espaços escolares passam a configurar-se como fundamental para o exercício da democracia. A organização dos profissionais da educação também mostra grande influência na mobilização pela formulação e promulgação da constituinte de 1988, momento que consideramos o cume da busca pela democratização do Brasil.

O SINTEP/MT mostrou-se, nesse ínterim, uma organização que manteve os seus princípios pautados na democracia, de modo que suas resoluções foram sempre debatidas democraticamente conforme preconiza a história e o próprio estatuto da entidade, visto que preza pela participação de todos os seus filiados nas atividades e decisões da organização.

1.3.2 - Espaços de debate do SINTEP/MT: instâncias estatutárias e outras atividades coletivas

É necessário levar em consideração que as instâncias deliberativas estão entre os principais momentos de reuniões coletivas do sindicato e que neles acontecem debates e tomadas de decisões que direcionam as políticas de enfrentamento da entidade, falaremos um pouco sobre esses espaços que reúnem a categoria dos profissionais da educação periodicamente.

As organizações que assumem personalidade jurídica possuem um estatuto que serve como regulamento ou conjunto de regras de organização e funcionamento de uma coletividade, esse deve ser reconhecido e aprovado pelo conjunto dos filiados e registrado em cartório. O SINTEP/MT, portanto, possui organização jurídica e seu estatuto compõe o conjunto de regras a serem observados por seus filiados. Para este trabalho, o que nos interessa especificamente são os momentos que o sindicato se reúne, também conhecidos como “instâncias deliberativas” da entidade.

Em análise do estatuto, observamos que o mesmo possui quatro instâncias de deliberação, sendo elas:

Art. 10 - O Congresso Estadual é a instância máxima de deliberação do SINTEP/MT, composta por delegados, reunindo-se, ordinária e extraordinariamente, para deliberar sobre Questões Estruturais do Sindicato: Política Educacional, Política Sindical e Reforma Estatutária.

Art. 19 - A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberações do sindicato, exceto para as questões que são de competência do Congresso Estadual, e nela terão direito à voz e voto todos os sindicalizados, em dia com as contribuições sindicais.

Art. 25 - O Conselho de Representantes do SINTEP-MT é composto pelos membros da Direção Central (Diretoria Executiva e Diretores Regionais), pelo presidente de cada Subsede ou representante, estando garantida a presença de mais 1 (um) representante por Subsede, eleito em assembleia local, para cada 150 (cento e cinquenta) sindicalizados no município.

Art. 32 - O Conselho Diretivo é órgão de natureza colegiada e deliberativa do Sindicato, funciona como parte integrante dos Polos Sindicais Regionais, com organização definida em regimento próprio, aprovado por Conselho de Representantes, constituído por representantes das Subsedes do respectivo polo, eleitos em Assembleia Local (SINTEP/MT, 2017, *grifo nosso*).

De acordo com o estatuto, as decisões da categoria devem ser tomadas conforme as competências de cada instância, respeitando a seguinte ordem crescente, conselho diretivo, conselho de representantes, assembleia geral e congresso. Uma não pode sobrepor a outra e deve observar o estatuto da entidade. Todas as decisões políticas e administrativas são debatidas e decididas nesses espaços, por isso nosso olhar se concentra em saber o potencial formador dessas instâncias.

Mas afinal, como é a dinâmica dessas reuniões? O que se discute em cada um desses momentos? Teceremos algumas considerações acerca dessas instâncias, começando da menor para a maior, para que pedagogicamente haja o entendimento de que uma não se sobrepõe.

Os conselhos diretivos ocorrem semestralmente nos polos regionais, essa é uma instância que trata das questões específicas da regional, os diretores regionais são responsáveis pela condução dos trabalhos e uma das suas principais funções é planejar as ações em âmbito local e encaminhar as decisões tomadas em nível estadual, analisando a conjuntura política de cada município para criar estratégias de enfrentamento. A participação é restrita aos dirigentes sindicais das subsedes.

O conselho de representantes do SINTEP/MT é uma instância estadual, que estatutariamente deve ocorrer a cada trimestre, porém pode ocorrer extraordinariamente sempre que a direção entender ser necessário fazer o debate de questões referente à pauta da categoria. Durante os conselhos de representantes há uma dinâmica de fazer uma análise de conjuntura que sempre está relacionada às questões educacionais e todos os participantes credenciados podem fazer o uso da fala, as decisões são tomadas por meio de voto, com debate prévio das questões. Essa instância é uma das que possui maior intensidade da entidade, haja vista que acontece com maior frequência e com participação, em média, de 250 filiados representando as subsedes dos 141.

O estatuto estabelece a quantidade de delegados que cada subsede deve conter para participar do conselho, o mesmo ocorre sempre na sede central em Cuiabá.

Art. 25 - O Conselho de Representantes do SINTEP-MT é composto pelos membros da Direção Central (Diretoria Executiva e Diretores Regionais), pelo presidente de cada Subsede ou representante, estando garantida a presença de mais 1 (um) representante por Subsede, eleito em assembleia local, para cada 150 (cento e cinquenta) sindicalizados no município.

Segundo dados da Secretaria Geral, nos ofícios encaminhados para as subsedes para essa atividade, a direção do SINTEP/MT tem feito a orientação para que as vagas sejam distribuídas entre todos os segmentos de filiados, de maneira que seja possível contemplar a participação de professores, funcionários e aposentados, tanto da rede municipal como da rede estadual.

Considerado o segundo maior momento das decisões coletivas, as Assembleias Gerais da categoria são abertas a todos os filiados e podem ocorrer em âmbito local, regional e estadual. Suas chamadas ocorrem sempre que necessário para decidir sobre a pauta de reivindicação da categoria e tomadas de decisões para as ações coletivas, em especial, nos casos de decisão de paralisação ou greve geral.

Por fim, a maior instância de deliberação do sindicato é o congresso estadual da categoria que ocorre a cada três anos. Por ser o local de decisões estratégicas, o congresso ocorre por etapas, sendo elas: municipal, regional e estadual. Desse modo, os delegados, para chegarem a etapa estadual, devem

participar de todas as etapas e serem eleitos pelos seus pares. O congresso possui regimento próprio e uma comissão organizadora, em média os congressos recebem para a atividade entre 1000 e 1.500 pessoas que são credenciadas como delegados, convidados e palestrantes. Durante o congresso são realizadas palestras magnas, mesas de interesses nas quais são debatidos os temas educacionais da conjuntura. Nessa organização, há o momento da plenária de decisões referentes a propostas de mudanças no estatuto, momento restrito aos delegados, no qual tudo é decidido por meio de votação.

Além das instâncias deliberativas, o estatuto do SINTEP/MT prevê a realização dos Encontros estaduais que devem ser em anos intercalados ao Congresso Estadual, para tratar e propor políticas educacionais e políticas públicas, conforme expressa o artigo 30.

Art. 30 – Com convocação pelo Conselho de Representantes, o SINTEP/MT realizará, em anos intercalados ao Congresso Estadual, seu **Encontro Estadual de Educação** para debater e propor políticas educacionais e políticas públicas.

Parágrafo Único – O **Encontro Estadual** terá definido em regimento próprio, aprovado no Conselho de Representante, o período de realização, sua forma de organização, sua composição, seu temário, programação e ordem do dia (SINTEP/MT, 2017, *grifo nosso*).

O sindicato realiza ainda Encontros e Seminários temáticos, essas atividades são pensadas estrategicamente para tratar temas diversos de acordo com a realidade vivida no momento e os temas que estão em discussão, seja em nível municipal, estadual ou nacional. Em geral, esses estão ligados a temas transversais que correspondem a questões importantes e urgentes e que precisam de enfrentamento por parte da categoria, podem participar dessas atividades todos os filiados, obedecendo a regras ou regimento prévio feito pela organização.

Quanto aos eventos, verificamos no estatuto da entidade informações sobre sua organicidade e como é a articulação para que ocorram as atividades, visto que o SINTEP/MT tem abrangência estadual e representa trabalhadores da educação básica da rede municipal e estadual.

Conforme organograma da entidade, a comunicação ocorre entre a direção central, as direções regionais e as sedes, o trabalho é articulado em forma de

rede a partir da comunicação via internet, a qual ajuda as informações chegarem em tempo real, promovendo uma interação entre todos em um curto espaço de tempo.

Para sabermos a periodicidade, temas tratados e média de participantes nos Congressos, Encontros, Seminários, Conselhos de Representantes e Assembleias gerais, realizamos visita na entidade de forma a levantar dados nos livros de registros. Verificamos que a entidade realiza um número substancial de atividades, por isso, decidimos levantar somente os Congressos e os Encontros Estaduais a partir de 1988, ano em que a entidade passou de associação para sindicato.

A finalidade do levantamento foi saber quais as temáticas abordadas por esses eventos, começamos pelos livros de ata, buscando ano a ano os registros de quando ocorreram os congressos e encontros da entidade. Contudo, ficaram lacunas em alguns anos em que deveriam ter ocorrido as atividades, mas que houve ausência de registros nos livros de ata e presença. Buscamos, então, no acervo de fotos da entidade e/ou registros que pudessem identificar encontros ou congressos, dessa forma, conseguimos preencher algumas lacunas do levantamento registramos, conforme consta no quadro a seguir.

Quadro 05 - Linha cronológica dos Encontros Estaduais do SINTEP/MT

Edição	Data	Local	Temática central
III Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	18 a 21 de julho de 1993.	São Felix do Araguaia	Qualidade do Ensino Educadores buscam a solução.
IV Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	07 a 10 de setembro de 1995.	Aripuanã	A desqualificação e requalificação da escola pública.
V Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	04 e 05 de outubro de 1997.	Cuiabá	Escola, Salário, Emprego - construindo um Plano Estadual de Educação.
VI Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	25 e 26 de setembro de 1999.	Cuiabá	Construindo os planos na consolidação do plano Estadual de Educação – por escola, emprego e soberania nacional.
VIII Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	14 e 15 de outubro de 2011.	Cuiabá	Demanda da educação e organização curricular A Escola de fases não é a que queremos.
IX Encontro Estadual de Educação do Sintep/MT	18 a 20 setembro de 2014.	Cuiabá	(Re) Significando os Planos de Educação para a garantia da Gestão Democrática e de Currículo Inclusivo no contexto escolar.

Quadro 06 - Linha cronológica dos Congressos do SINTEP/MT

LINHA CRONOLÓGICA DOS CONGRESSOS DO SINTEP/MT			
Edição	Data	Local	Temática central
VI Congresso Estadual do Sintep/MT	1989	Cuiabá	Em defesa da escola pública “alfabetize o analfabeto político”.
VII Congresso Estadual do Sintep/MT	10 a 13 de setembro de 1992	Várzea Grande	Escola: lugar de trabalho, espaço de saber.
VIII Congresso Estadual do Sintep/MT	07 a 10 setembro de 1994	(Não foi encontrado o registro)	Educação - Trabalho - Cidadania.
IX Congresso Estadual do Sintep/MT	15 a 18 de agosto de 1996	(Não foi encontrado o registro)	Sistema Único Sindicato orgânico (necessita confirmação documental)
X Congresso Estadual do Sintep/MT	15 a 17 de outubro de 1998	Jaciara/MT	Educação Pública Básica no caminho do Sistema Único.
XI Congresso Estadual do Sintep/MT	12 a 14 de outubro de 2000	Sinop/MT	A reestruturação produtiva no processo educativo: o olhar da cidadania e da ação sindical.
XII Congresso Estadual do Sintep/MT	08 a 10 de outubro de 2004	Cuiabá/MT	A educação nas mãos dos trabalhadores.
XIII Congresso Estadual do Sintep/MT	16 a 18 de outubro de 2008	Cuiabá/MT	Regime de colaboração na perspectiva do Sistema Único de ensino.
XIV Congresso Estadual do Sintep/MT	02 a 05 de setembro de 2010	Cuiabá/MT	Qualidade na aprendizagem com promoção profissional.
XV Congresso Estadual do Sintep/MT	26 a 29 de setembro de 2013	Cuiabá/MT	Articular os planos municipais e estadual de educação para a implantação do Sistema Único da educação básica em Mato Grosso.
XVI Congresso Estadual do Sintep/MT	13 a 16 de outubro de 2016	Cuiabá/MT	A função social da educação no contexto das relações democráticas.

Fonte: organizado pela autora.

No capítulo três, esses dados, coletados durante pesquisa de campo nos livros de registros da entidade, são tomados como objeto de análise.

Figura – 03



Noves dias de greve de fome para que o governo atendesse as reivindicações da categoria – março 1989

CAPÍTULO 02

Figura – 04



Luta feminista cobra o fim a violência contra as mulheres em março de 2013

2 - A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo contextualizamos as mudanças na legislação educacional tendo como intuito de mostrar a constituição da nomenclatura “Profissionais da Educação”, sob quais influência e quais contextos de forma a explicar como aconteceu a produção da legislação que temos atualmente, que versa sobre quem são e como devem ser formados os profissionais do âmbito educacional.

Abordamos também sobre o desenvolvimento profissional dos profissionais da educação, momento que perpassa as experiências de cada um de modo particular, aludindo nessa trajetória a possibilidade de que cada um se reconheça como profissional da educação.

Por fim, com intuito de dialogarmos acerca da formação dos profissionais da educação, destacamos nosso referencial teórico, que é o da pedagogia freireana. Abordagem que tem na formação permanente a possibilidade de mudanças tanto na vida pessoal como na profissional, essa possibilidade se dá a partir do seu contexto de vivência e de trabalho. Tal enfoque vê na capacidade de indagar a sua condição como possibilidades para que o homem saia do pensar ingênuo para o pensar crítico da realidade, nesse sentido, a Pedagogia do Oprimido e a da autonomia tornam-se referenciais importantes para o trabalho ora apresentado.

2.1 - Formação dos Profissionais da Educação no contexto da legislação brasileira

Propomos nesse momento compreender a formação dos profissionais da educação no Brasil, que historicamente passou por diversos momentos de construção, reconstrução e reformas legislativa. De início, destacamos que trataremos a formação de todos os profissionais (professores e funcionários administrativos) que se encarregam da tarefa de educar na escola.

Para tal, enfatizamos que a configuração que temos atualmente de “profissionais da Educação”, foi construída paulatinamente. Durante muito tempo

somente o professor de sala de aula tinha visibilidade, quando a legislação tratava da formação dos profissionais que atuavam no ambiente escolar.

Historicamente avançamos, e, atualmente, não é somente a sala de aula que é reconhecida como ambiente de aprendizagem, outros espaços da escola passaram a integrar os momentos de aprendizagem como: laboratórios, quadra, corredores, biblioteca, pátio, refeitório e outros.

Quando esses espaços ganharam visibilidade e reconhecimento, os profissionais que neles atuam também buscaram visibilidade e reconhecimento. Por isso, uma nomenclatura que agregasse todos os profissionais e não somente os professores foi se tornando necessária. Assim, passamos por um processo de disputas e embates em uma arena permeada pelo poder, movimentos sociais organizados, em especial os da educação, que foram imprescindíveis nesse processo, o qual culminou no que temos hoje reconhecido pela legislação.

No que tange à legislação brasileira, sobre os profissionais da educação e sua formação, buscaremos explicar sobre dois momentos: como foi construída a denominação “*Profissionais da Educação*” e como a legislação trata da formação deles. Esse interesse emerge devido ao contexto de nossa pesquisa ser um sindicato que congrega todos os profissionais (professores e funcionários administrativo) que atuam no espaço escolar e que em suas pautas de luta buscam a valorização e formação de todos esses profissionais.

O SINTEP/MT defende em suas teses que todos os profissionais que atuam na escola necessitam de uma formação específica para o desenvolvimento de suas atividades laborais. Defende ainda que todos devem ser reconhecidos à luz da legislação, com valorização paritária, fatores que agregam reconhecimento profissional.

Os documentos oficiais que nos darão suporte para reflexão acerca dessas duas questões, serão os seguintes textos:

- ✓ Constituição Federal (CF);
- ✓ Emenda Constitucional 53/06 - Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

- ✓ Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- ✓ Lei 12.014/08 - Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação;
- ✓ Lei 13.005/14 - Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024;
- ✓ Resolução 02/09 CNE/CBE - Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- ✓ Resolução 05/10 CNE/CBE- Fixa as diretrizes nacionais para os planos de carreira e remuneração para os funcionários da educação básica pública;
- ✓ Decreto 8.752/16 - Dispõe sobre a política de formação dos Profissionais da Educação.

O marco temporal para nosso diálogo sobre o tema se dá a partir de 1988, ano em que foi promulgada a última e atual Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil, conhecida como constituição cidadã. Importante destacar que foi também nessa constituição que os sindicatos foram reconhecidos legalmente como entidade de classe¹⁵ e deu aos trabalhadores o direito de livre associação sindical. Mas, nosso intuito nesse momento não é aprofundar esse tema, visto que já tratamos do mesmo no capítulo anterior. Nosso ensejo, nesse momento, é fazer uma leitura das políticas educacionais de formação para os profissionais da educação, contidas nesses textos, destacando sua evolução até o presente momento, por isso, buscamos amparo nos textos legislativos oficiais.

A CF, em seu texto original, traz o capítulo III, seção I dedicado ao tema “Educação”, e o artigo 206 trata da forma como o ensino seria ministrado. No inciso V, ao tratar da valorização, usa o termo: “profissionais do ensino”.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

¹⁵ O SINTEP/MT foi a primeira associação a transformar-se em sindicato, 7 dias após a promulgação da CF.

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos **profissionais do ensino**, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, texto original, *grifo nosso*).

O texto Constituinte de 1988 se ateve, apenas, a essa menção “profissionais do ensino”, no que tange ao nosso olhar, destacamos que somente os docentes foram citados e reconhecidos no texto da CF, deixando à margem os demais profissionais que atuam na escola. Contudo, posteriormente, a CF ganhou Emendas Constitucionais (EC) importantes que dialogavam com os reais debates que ocorreram durante a tramitação do texto constitucional e que fervilhavam entre os educadores com relação ao tema, mas que foram retirados do texto final.

Acerca do que estamos a dialogar e analisar, foi a EC nº 53/06 que fez a primeira mudança na nomenclatura, que passou de “Profissionais do Ensino” para “Profissionais da Educação” quando tratou da valorização e do piso salarial, essa emenda indicou ainda a necessidade de se reconhecer em lei específica quem são esses profissionais.

No que diz respeito ao artigo 206, a EC alterou o inciso V do artigo 206 da CF e incluiu o inciso VIII e o parágrafo único, conforme consta a seguir:

Art. 206.

V - valorização dos **profissionais da educação escolar**, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VIII - piso salarial profissional nacional para os **profissionais da educação escolar** pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. **A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica** e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2006, *grifo nosso*)

Isso não foi algo que aconteceu rapidamente, os debates sobre a nomenclatura dos profissionais da educação ganharam materialidade na legislação brasileira somente após 18 anos de sua promulgação.

Na nova redação do artigo 206 da Constituição, o parágrafo único veio com estatuto de requerer que uma Lei específica dispusesse sobre as categorias de trabalhadores, considerados profissionais da educação básica, para isso era necessário alterar o artigo 61 da LDB.

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi decisiva nessa formulação a atuação do deputado federal Carlos Abicalil (PT/MT), ex-dirigente do SINTEP/MT. O projeto de lei – PL nº 1.592, de 2003 (BRASIL, 2003), sobre princípios e diretrizes para a carreira dos profissionais da educação básica pública, de autoria do parlamentar, prevê:

Art. 2º. São considerados profissionais da educação básica: I - os professores habilitados para a docência na educação infantil e para os primeiros anos do ensino fundamental, em nível médio ou superior; II - os professores habilitados para a docência nos anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, em cursos de graduação ou pós graduação, com habilitação para determinadas áreas de conhecimento ou para conjuntos delas; III - os educadores com cursos de graduação em pedagogia, mestrado e doutorado em educação, habilitados para funções pedagógicas; IV - os educadores com habilitação profissional em nível fundamental, médio e superior para funções de suporte pedagógico e administrativo nas escolas e nos sistemas de ensino, desde que seu curso tenha incluído um terço da carga horária em formação pedagógica e trezentas horas de estágio supervisionado (BRASIL, 2003).

O projeto de lei é anterior à instituição da área profissional de Serviços de Apoio Escolar, conhecida como Área 21 (BRASIL, 2005); por isso, não inclui as habilitações dela decorrentes. Mesmo assim, traz elementos importantes para a valorização do segmento, entre os quais o reconhecimento de sua condição de “educador”.

Em 2009, a Lei 12.014/09 de autoria da então senadora Fátima Cleide (PT/RO), foi promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei alterou o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que tem no seu escopo a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Essa ação não só reafirmou o termo, “Profissionais da Educação”, já cunhado na EC nº 53/06, como também discriminou qual era a formação que cada um deveria ter para ser reconhecido como tal.

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009, Lei nº 12.014/09).

Na versão original da LDB, que data de 1.996, o artigo 61¹⁶, já usava a nomenclatura “profissionais da Educação”. Todavia, não dizia que formação acadêmica esse profissional deveria ter para atuar no contexto educacional, tratava sim, sucintamente, da formação para atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Com o advento da referida Lei, a questão da “formação dos profissionais da educação”, ganhou nova redação para o artigo 61 da LDB e em seu parágrafo único tratou como deveria ser a formação desse profissional.

Art. 61....

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (BRASIL, 2009, Lei nº 12.014/09).

Ao olhar pelo prisma da reconstrução da legislação, podemos observar que as mudanças foram ocorrendo paulatinamente, entretanto, passou-se um tempo considerável para avançar de um ponto ao outro, por isso, é preciso levar em consideração que esses termos e os conteúdos das leis foram objetos de disputa até

¹⁶ Art. 61. A formação de **profissionais da educação**, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (*grifo nosso*).

sua materialização. Nesse sentido, ressaltamos que as influências dos atores e grupos envolvidos nessa disputa não ocorre de uma só vez, mas vão avançando aos poucos. Fato é que a partir de 2009, a lei reconheceu o conjunto de trabalhadores em educação que atuam no espaço escolar, conforme sua formação acadêmica.

Em nosso entendimento isso significou um avanço. No entanto, no ano de 2017 o artigo 61 da LDB sofreu mais uma alteração, com a Lei nº 13.415/17. Infelizmente, essa foi para reconhecer o “notório saber” como formação para atuar no ensino básico, o que tem sido considerado um retrocesso pelos movimentos ligados à educação.

A LDB regulamentou a formação, no artigo 62, do texto original da lei, que trata da formação **docente** para atuar na educação básica.

Art. 62. A formação de **docentes** para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em **universidades e institutos superiores de educação**, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1998, LDB texto original, *grifo nosso*).

Esse artigo já passou por duas alterações, a primeira quando a educação básica passou o ensino fundamental de 8 para 9 anos, a Lei nº 12.796, de 2013; a segunda quando a educação infantil passou a fazer parte da educação básica. Em 2017, a Lei nº 13.415, de 2017, suprimiu do texto o termo “universidades e institutos superiores de educação”. O texto atual da LDB tem a seguinte redação.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017. Lei nº 13.415).

Nessa seção da LDB, que trata da formação dos profissionais da educação, não havia nenhuma menção à formação dos demais trabalhadores que atuam no espaço da escola, citava apenas os professores. Após a Lei 12.014/09 registrar qual seria a formação necessária para todos os profissionais da educação, em 2013 a Lei nº 12.796/13, que dispõe sobre a formação dos profissionais da educação, a qual já mencionamos, anteriormente, acrescentou o artigo 62-A,

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível

médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas (BRASIL, 2013, Lei nº 12.796, de 2013).

Os profissionais, aos quais se refere o inciso III do art. 61, são os trabalhadores que atuam na portaria, na merenda, na limpeza e infraestrutura, na secretaria, nos laboratórios de ciências e de informática, nas bibliotecas, e, embora realizem suas funções em contato direto com o educando, até então não tinham visibilidade na legislação, principalmente, no tocante a sua formação.

Passaremos agora a discorrer a Lei 13.005/14 (Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024) que trata da formação dos profissionais da educação. Construída por meio de conferências que contaram com a participação da sociedade civil organizada, pais, estudantes e trabalhadores da educação – Conferência Nacional de educação (CONAE).

A Lei 13.005/14 possui em seus anexos 20 metas que se desdobram em estratégias. Interessa-nos nesse momento as que tratam da formação dos profissionais da educação. Por isso, nos detivemos às metas 15 e 16 no PNE, pois destacam a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, **política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, Lei 13.005/14).

A meta 15 desdobra-se em 13 estratégias, como forma de alcançar os objetivos propostos na meta. Tais estratégias não serão comentadas, no entanto, a meta é clara quando trata do prazo para que os entes federados em regime de colaboração, construam uma política de formação que atenda a todos os profissionais que atuam no ambiente escolar. Nesse sentido, as propostas do sindicato têm sido de garantir que todos os profissionais da educação tenham formação mínima exigida para a atuação na sua função, seja ela dentro ou fora da sala de aula.

A meta 16 do PNE tratou da formação continuada, que também é objeto de defesa do sindicato, para que esses profissionais sejam reconhecidos e valorizados na forma da Lei em seus planos de carreira.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014, Lei 13.005/14).

Essa meta possui seis estratégias, ligadas às ações que corroboram para que de fato tenhamos profissionais qualificados atuando em suas funções. A referida meta ainda enfatiza que a pós-graduação seja destinada aos “professores”, fazendo uma cisão entre os profissionais da educação. No mesmo texto, a formação continuada na área de atuação é abordada para todos os “profissionais da educação”, ficando subentendido que a mesma seja para os demais profissionais que atuem no pátio, no portão, na merenda, na secretária ou nos laboratórios e bibliotecas das escolas, “consideradas as demandas”.

Todas as metas e estratégias do PNE foram objeto de debate, primeiro nas conferências e depois nas câmaras legislativas do Brasil¹⁷, foram muitos os momentos de embates e tensões para que chegássemos ao texto final, que assim como a CF e da LDB, não conseguiu expressar os anseios dos movimentos organizados da educação. Esse contínuo que foi a disputa, ainda permanece, visto que precisamos lutar para que o que está escrito na letra da lei se consolide em ações concretas nas políticas de formação dos profissionais da educação.

No PNE a formação não depende somente das metas e estratégias específicas de formação, para que uma política de formação aconteça é preciso metas de financiamento. Tais aspectos dependem ainda da luta e da resistência por parte dos sindicatos da categoria da educação e da vontade política por parte dos gestores, para que se materializem na prática, contexto em que acontecem as reinterpretções. “O processo de implementação da política, com suas contradições, sucessos e fracassos e a ação dos sujeitos que implementam a política no campo microssocial acaba sendo fonte de modificações da política (LIMA, GANDIN, 2012, p. 07)”.

No conjunto de leis sobre o qual lançamos nosso olhar para verificar como historicamente a categoria dos “profissionais da educação” se constituiu, observamos que processo de reconhecimento passou por diversos momentos e contextos, mostrando a disputa que há nessa arena. O contexto da produção de

¹⁷ Câmara dos deputados e Senado Federal

texto, que é o espaço da efetivação das leis, está tramado com o contexto da influência, constituído pelas pressões e cobranças feitas pelos grupos, sejam em audiências, conferências e em documentos que demandam da categoria. Esse movimento é feito pelos sindicatos da educação, entre eles, o SINTEP/MT, que possui protagonismo nacional. Pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, pelos parlamentares representantes dos trabalhadores em educação e pelas Centrais que representam os sindicatos no Brasil, compondo o contexto de influência, determinante na arena de disputa que resultam em tensões e acordos:

[...] resultado de disputas e acordos produzidos por grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos e que competem pelo controle das representações da política, possuindo uma relação simbiótica com o contexto de influência (REZENDE; BAPTISTA, 2015, p. 278).

Essa movimentação na produção de uma política pública por meio da legislação passa por diversos contextos. Todavia, mesmo depois da legislação pronta, o processo continua em curso e essa tarefa cobra disposição no sentido de resistir para que elas se efetivem e não ocorra o retrocesso, mostrando que mesmo no contexto da prática os conflitos continuam.

Até aqui, olhamos para as questões que propusemos no conjunto de leis que regem a educação básica, vamos abordar a seguir as questões à luz das Resoluções do Conselho Nacional de Educação¹⁸ (CNE) que tratam das diretrizes de carreira para os profissionais da educação e que estão imbricadas com a formação dos profissionais da educação.

Esse ponto merece destaque porque, como vimos, ocorreram mudanças na legislação, o reconhecimento por meio da lei mudou o conceito de quem são os profissionais da educação e indicou qual formação esses profissionais precisam ter para sua atuação. Um dos pontos que destacamos é que em princípio, somente o professor era visto como profissional da educação e, posteriormente, os demais profissionais passaram a ter reconhecimento¹⁹.

¹⁸ O Conselho Nacional de Educação-CNE, é um órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.

¹⁹ O professor Doutor João Antônio Cabral de Monlevade, dedicou-se a escrever sobre o tema: Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores – Profucionário (MEC/UnB, 2005); Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis

O CNE por meio da Câmara de Educação Básica (CEB) editou duas resoluções para fixar diretrizes de carreira para educação básica. A primeira foi a Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009, “Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública” e a segunda a Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2010, “Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública”.

O fato de dialogar com essas resoluções se deve ao intuito de destacar que, mesmo essas sendo específicas, dentro de suas singularidades, carregam entre si pontos convergentes, quando o assunto é o reconhecimento, valorização e formação dos profissionais que atuam no ambiente escolar.

A Resolução 02/09 CNE/CEB foi expedida logo após a aprovação da Lei 11.738/08²⁰, no que versa sobre as diretrizes prevê a possibilidade de os sistemas de ensino estenderem seus efeitos aos demais profissionais da educação, em planos de carreira unificados ou próprios, resguardando o mérito da Lei 11.738/08.

Art. 2º ...

§ 2º Os entes federados que julgarem indispensável a extensão dos dispositivos da presente Resolução aos demais profissionais da educação poderão aplicá-los em planos de carreira unificados ou próprios, sem nenhum prejuízo aos profissionais do magistério (BRASIL, Resolução 02/09).

Mesmo a resolução não tendo força de lei, orientava que os entes federados tivessem planos de carreira unificados, afirmando a necessidade da criação e reformulação de planos de carreira dentro das discussões em curso, naquele momento, reconhecendo todos os trabalhadores em educação, sendo essa uma das defesas da entidade ora destacada.

Dando continuidade ao processo de reconhecimento, na forma da lei, a Resolução 05/09 CNE/CEB, um ano após, trouxe diretrizes específicas para os

(2001); História e construção da identidade: compromissos e expectativas. Retratos da Escola (2009); Profissionalização ou terceirização: o futuro dos funcionários de educação à luz das conquistas e desafios do presente (2014).

²⁰ Lei 11.738/08 Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Conhecida popularmente como “Lei do Piso”.

funcionários, dando a possibilidade para que os entes federados reconhecessem os funcionários como parte da carreira dos profissionais da educação. Nesse sentido, a resolução buscou reafirmar a necessidade de os planos estarem de acordo com a nova redação dada ao artigo 61 da LDB, por meio da Lei 12.014/09, a qual já mencionamos anteriormente.

Reiteramos que nosso propósito nessa seção é o de compreender como chegamos à nomenclatura/terminologia “profissionais da educação” e como a legislação trata tal denominação, por isso, destacamos o Decreto Presidencial nº 8.752 de maio de 2016, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica”, com vistas a efetivação das Metas 15 e 16 do PNE, à luz do artigo 61 da LDB. Esse decreto é o que temos de mais recente sobre a política de formação dos profissionais da educação. Logo em seu início, no § 1º, do artigo 1º, o decreto nomeia os profissionais da educação.

§ 1º Para fins deste Decreto, consideram-se profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores elencadas no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber: **professores, pedagogos e funcionários da educação**, atuantes nas redes públicas e privadas da educação básica ou a elas destinados (BRASIL, Decreto 8.752/16).

Todo o texto do decreto sobre a “Política Nacional de Formação” está voltado para todos os “Profissionais da Educação Básica”, com princípios e objetivos claros no sentido de construir uma política nacional para atender as especificidades do exercício de todos os profissionais da educação nas diferentes etapas e modalidades da educação básica.

No entanto, o decreto nº 8.752/16 foi ignorado pelos atuais gestores do Ministério da Educação que lançou em 18 de outubro de 2017²¹, um pacote chamado “Política Nacional de Formação de Professores” (PNFP), sobre a qual a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) emitiu nota, em 30 de outubro de 2018²², mostrando o retrocesso referente a esse tema, entre eles a de

²¹<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>

²²<http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/notas-publicas/19239-politica-nacional-de-formacao-de-professores-mec.html>

que a atual política de formação é restrita somente aos professores, ignorando o que o artigo 61 da LDB e a metas 15 e 16 do PNE propõem.

Considerando que as mudanças ocorreram paulatinamente, não podemos perder de vista que ainda temos muitos desafios e perspectivas quando falamos da legislação para a formação dos profissionais da educação, por isso ainda temos muito a caminhar quando o assunto é formação, visto que as últimas mudanças colaboram para a desconstrução do avanços que pontuamos até aqui.

O grande desafio do momento é romper com a atual política de formação proposta pelo Decreto nº 8.752/16, que restringe a formação somente para os professores deixando de fora todos os demais profissionais que atuam no espaço escolar. Além disso, é preciso retomar o diálogo democrático e horizontal para a construção de políticas de formação, com a participação das entidades de classe que representam os profissionais da educação.

Outro ponto pendente que precisamos avançar é com relação ao piso salarial profissional para todos os profissionais da educação. Já existe o PLC 88/2018 (oriundo do PL 1.287/11, da Câmara dos Deputados), que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação básica pública de todo país. Porém, ainda há espera de continuidade e com necessidade de alguns ajustes em duas questões que necessitam ser corrigidas no projeto condizentes à regulamentação do piso salarial profissional nacional previsto no art. 206, VIII da Constituição Federal.

Buscamos mostrar o que temos como lei e orientações sobre a formação dos profissionais da educação, com vistas a compreender como esse contexto foi mudando ao longo dos últimos anos, em termos de políticas de formação dos profissionais da educação. Procuramos compreender como esse tema é/foi tratado pela legislação e como as leis foram mudando ao longo dos últimos anos no sentido de reconhecer todos os que atuam no ambiente escolar como educadores. Nesse sentido, sabemos que ainda é preciso muito caminhar e muita disputa para chegarmos no que de fato é ideal como valorização nos termos da lei para todos os profissionais da educação.

2.2 - O desenvolvimento profissional e a formação do educador: Como um profissional da educação se constitui?

Queremos refletir a partir da “constituição” como mais do que mera formação formal ou acadêmica. Constituir-se é *tornar-se*, o processo de *vir a ser*, não somos, *estamos sendo*, assim como o mundo, estamos em processo para *ser mais*.

Um profissional não se constitui somente com o ato de colar grau ou receber um diploma, ou ainda ao participar de uma palestra, de um seminário ou de um congresso. O mesmo constitui-se como profissional da educação durante sua trajetória profissional, por meio do desenvolvimento profissional. Por isso, o grande desafio da profissão de educador está na sua capacidade de constituir-se permanentemente e desenvolver-se profissionalmente, esse processo é complexo e contínuo, ou seja, consiste em um processo que se materializa no fazer pedagógico da ação-reflexão do educador, no exercício da sua profissão. O desenvolvimento profissional é um termo “polissêmico”, “complexo” e “multidimensional” (VAILLAND; MARCELO, 2002, p.169).

Mesmo sendo um termo abrangente, os sentidos convergem para uma mesma direção que é a capacidade de compreender-se e de construir-se no exercício profissional, impelido pela experiência e pelo contexto em que suas atividades são exercidas. Segundo Pereira e André (2017), “O desenvolvimento profissional docente está fortemente associado à concepção de formação permanente ou aprendizagem ao longo da vida e pode incluir possibilidades de melhoria da prática pedagógica” (PEREIRA; ANDRÉ, 2017, p. 07).

Ainda tratando do termo e seus significados, como já expusemos aqui, não se trata de eventos pontuais e sim como esses acontecimentos ocorrem durante a vida do profissional, que estão ligados a uma série de outras questões de cunho pessoal, emocional e contextual.

O desenvolvimento profissional não é tido como uma série de acontecimentos, mas como um processo que é influenciado por questões pessoais, profissionais e contextuais. Para algumas pessoas, ele parece ser algo estanque, linear, mas para outras, cheio de mudanças, oscilações, descontinuidades, regressões (FERREIRA, 2017 p. 80).

O desenvolvimento profissional é inerente ao viver a profissão, por isso é algo ligado à experiência pessoal e coletiva, que é muito marcante na profissão de educador. Monteiro (2014) a partir de sua pesquisa, a fim de compreender o desenvolvimento profissional dos professores no exercício da profissão, na qual concebe a experiência como um dos contextos formativos diferenciado no processo de tornar-se professor, afirma que o desenvolvimento profissional consiste em um constante:

Recontextualizar, [...] o que significa reconhecemos que o sentido desse processo para os professores vai sendo construído pelo entrelaçamento das dimensões pessoais/profissionais, dos contextos e demais aspectos constitutivos da profissionalidade docente, das políticas e práticas formativas num movimento permanente de indagação, problematização, experienciação e ressignificação do exercício docente (MONTEIRO, 2014, p. 718).

Para compreendermos a magnitude do que é o desenvolvimento profissional, é preciso juntar o

[...] conjunto de fatos, ações, opiniões, crenças e conhecimentos que se associam com a profissão, e que compreende aspectos tão diversos como a história pessoal de cada um, a formação acadêmica recebida, a trajetória profissional seguida, a experiência docente, etc. Esses aspectos configuram uma forma de ser professor, uma maneira de entender a profissão e uma evolução ou mudança na profissionalidade (FORNER, apud ALMEIDA, 1999, p.41).

Nessa trama de significados é que emerge o desenvolvimento profissional, ligado às mudanças que acontecem na sociedade em que as escolas convivem com muitas novidades em tempo real, exigindo dos profissionais da educação constante atualização. Vailland e Marcelo (2002, p. 167) afirmam que

[...] o desenvolvimento profissional, longe de ser uma questão voluntária e casual, transformou-se em uma necessidade de qualquer profissional, incluindo os docentes. Tornou-se necessário porque vivemos uma avalanche de transformações além disso as mudanças no macro interferem no micro, por isso é imperioso o atualizar-se.

Tendo em vista o exposto, salientamos que “A criação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento profissional, ao longo da carreira, não é apenas desejável, mas absolutamente necessário” (DAY apud BAPTISTA, 2010, p. 49), para que esse profissional consiga desenvolver seu trabalho de maneira harmônica com sua realidade. Todo esse contexto leva o profissional da educação a caminhar em

busca de atualização, incluindo o contexto cultural, político, econômico e tecnológico.

A possibilidade de ser esse profissional é inerente a formação, já que suas ações não podem ser voltadas somente aos conteúdos, mas também às questões referentes à comunidade escolar ou contexto espacial e temporal em que o profissional está inserido.

O desenvolvimento do docente vai além de uma etapa informativa; implica a adaptação às mudanças com o propósito de modificar as atividades de ensino, a mudança de atitude dos professores e a melhoria no rendimento dos estudantes. O desenvolvimento do docente abrange as necessidades pessoais, profissionais e organizativas (HEIDEMAN apud, VAILLAND e MARCELO, 2002, p. 168).

Nesse sentido, além de acompanhar as mudanças, o profissional precisa adequar-se a elas para que o seu trabalho alcance aquilo que foi planejado, qual seja, que o processo de ensino e aprendizagem aconteça efetivamente. Mudança é uma palavra que requer ação, intervenção, ressignificação, assim nascem as possibilidades de se construir e reconstruir enquanto profissional da educação, exige compromisso e conhecimento.

O desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planejadas, realizadas para benefício, direto ou indireto, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação na sala de aula. É o processo através do qual os **professores, enquanto agentes de mudança, reveem, renovam e ampliam, individual ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, jovens e colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e práticas profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais** (DAY, 2001, p. 20-21, *grifo nosso*).

A mudança das práticas solitariamente não há como ocorrer, o desenvolvimento profissional está intrinsecamente ligado ao contexto coletivo da escola Garcia apud Almeida (1999, p. 41), argumenta que, “[...] o desenvolvimento profissional do professor e a melhoria institucional escolar são duas faces da mesma moeda”. Por isso, precisamos levar em conta o contexto da organização, de modo a contemplar toda a comunidade e todas as ações desenvolvidas na escola. Isso,

pois, todas as ações contribuem de algum modo para o desenvolvimento pessoal e profissional na organização.

Almeida ainda ressalta que essa forma de trabalho “[...] envolve não apenas o professor, mas toda a pessoa com responsabilidade ou implicação na melhora da escola, sejam administradores, coordenadores, pessoal de apoio, etc.” (ALMEIDA, 1999, p. 41). Considerar todos os atores do ambiente escolar mostra como o desenvolvimento profissional não está ligado só à formação, mas sim, ao trabalho em equipe, pois o mesmo

[...] é um componente importante no processo de desenvolvimento profissional do professor, uma vez que o exercício docente ocorre no interior da escola. Além de tudo isso, deve haver, por parte do professor, um compromisso social, que implica lidar com o público, intervir no espaço público da educação, considerar que a realidade da escola não se esgota dentro da escola, mas vai além dela (PEREIRA; ANDRÉ, 2017, p. 10).

Promover a interação entre a escola e a comunidade escolar é uma tarefa que requer do profissional da educação um constante diálogo; nesse sentido, as escolas que possuem bom diálogo com o coletivo somam as possibilidades de aprendizagens, tanto para estudantes como para os educadores, contribuindo dessa forma com o desenvolvimento dos profissionais ligados a ela.

A experiência dialógica é uma forma de compreensão de tudo que a comunidade vive, facilitando a reflexão sobre a prática educativa e contribuindo para a formação de ambos, educadores e educandos em um trabalho colaborativo.

[...] os processos de desenvolvimento profissional demandam modos mais flexíveis de organização e desenvolvimento do trabalho docente com foco em um trabalho mais colaborativo, necessidade de tempo e espaço para consolidação das aprendizagens oriundas de diferentes contextos e formas coletivas de negociação (MONTEIRO, 2014, p. 719).

Imbernón (2009) afirma que é preciso fugir do pensamento único estruturante e predominante na sociedade, diz ser possível interpretar a realidade de modo a desvelar o que está oculto.

É nessa perspectiva que

A educação e a formação do professorado devem romper essa forma de pensar que eleva a analisar o progresso e a educação de um modo linear. Sem permitir a integração de outras formas de ensinar, de aprender, de organizar-se, de ver outras identidades sociais, outras manifestações

culturais e ouvir-se entre eles e ouvir outras vozes, marginalizadas ou não (IMBERNÓN, 2009, p.14).

Nesse limiar, não há espaço para mantermos a descontextualização, a formação deve induzir à transformação, ao reconhecimento do diferente, deve facilitar a reflexão teórica e prática contemplando a realidade, questionando-a e tentando compreendê-la de forma a produzir o intercâmbio entre as diferentes culturas.

Assim, Imbernón (2009) destaca que dois fatores são elementos imprescindíveis para a formação, a *diversidade* e a *contextualização*, segundo o autor esses fatores desencadeiam questionamentos quanto às práticas uniformizantes, dando potencialidade a *formação a partir de dentro*, que propiciará outros olhares, provocando reflexões diferentes. O autor alerta ainda, que precisamos de posturas diferentes para romper práticas de formação de caráter transmissor e homogêneo, com predomínio de uma teoria descontextualizada que se apresenta no cotidiano das escolas via políticas de formação, “[...] há muita formação e poucas mudanças” (IMBERNÓN, 2009, p. 34).

Sabemos que a mudança gera desconforto, sendo um processo que mexe com os sujeitos envolvidos²³. Esse tipo de postura entra em conflito com a possibilidade de uma educação mais politizada. “O compromisso da mudança passa pela análise das tradições e por denunciá-las, buscando alternativas” (IMBERNÓN, 2009, p. 39).

Ao tratarmos sobre mudanças na formação, não podemos pensar em mudanças quantitativas é preciso uma mudança qualitativa, que de fato cause reflexão, não é quantidade de cursos, seminários e outros eventos que o educador frequenta que implicará na mudança de suas práticas, as mudanças estão relacionadas à postura crítica e ideológica assumida, para tratar questões que aparecem cotidianamente na escola, portanto:

A formação não é apenas aprender mais, inovar mais, mudar mais ou o que se quiser acrescentar; pode ser um movimento crítico a práticas trabalhistas como a hierarquia, o abuso de poder, a miséria econômica de muitos professores, o sexismo, a xenofobia, a proletarização, o individualismo etc.

²³ Durante minha trajetória como educadora convivi com educadores que ainda estavam enraizados em suas crenças com medo e receio em entrar em novas experiências.

e promover uma formação mais voltada a combater práticas sociais de exclusão, segregação, racismo, intolerância (IMBERNÓN, 2009, p. 46).

Todas essas questões apontadas estão inter-relacionadas à vida pessoal e social do professor, questões que dizem respeito ao coletivo social, dessa maneira a formação precisa permear todas as possibilidades de construir mudanças com vistas a uma sociedade mais justa, sendo durante a trajetória profissional que o educador encontrará esses temas. Por isso, o viver a profissão requer ação e posição de mudança.

Freire afirma que, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1979, p.16). O autor diz que o ato daquele que “[...] optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade” (FREIRE, 1979, p.31). Dessa forma, o educador comprometido de fato com a mudança ganha condições de alcançar os tecidos mais internos da sociedade, aqueles que não estão aparentes, mas que estão lá exercendo suas funções e influências.

A mudança durante o desenvolvimento profissional é complexa e imprevisível, não é algo fácil e depende de muitos fatores.

A mudança do professor, um resultado necessário do desenvolvimento profissional eficaz, é complexa, imprevisível e depende das suas **experiências passadas (histórias de vida e de carreira), da sua disposição, das suas capacidades intelectuais, das convicções sociais e do apoio institucional** (DAY, 2001, p. 38, Grifo nosso).

Paulo Freire afirma que “[...] mudar é difícil, mas não impossível”, isso exige do profissional uma tomada de decisão, visto que o desenvolvimento profissional não ocorre por imposição, o aprendizado só acontece quando o profissional decide trabalhar coletivamente de forma a refletir sobre a sua prática e contexto em que está inserido.

A mudança, a um nível mais profundo e contínuo, envolve a modificação ou transformação de valores, atitudes, emoções e percepções que informam a prática e é improvável que estes ocorram, a não ser que haja participação e sentido de posse nos processos de tomada de decisões sobre a mudança (DAY, 2001, p.153).

O contexto em que ocorre o desenvolvimento profissional não é somente o da formação permanente, mas a formação que envolve o conhecer-se a si mesmo e as questões próprias de sua profissão. Para Imbernón (2011, p. 46) “[...] a profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda de mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas em que exercida, a carreira docente, etc. e, é claro, pela formação permanente”. Mostrando que o conjunto de fatores que contribuem para esse processo pode ajudar ou atrapalhar o desenvolvimento profissional.

Ao citarmos essas questões, no contexto da educação, o sindicato mostra-se como um lócus de debate e de formação que contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, fazendo desse espaço um lugar diferente dos lócus de formação da promovida pela rede ou sistema a que pertence o profissional da educação. Afinal, os temas referentes à carreira, valorização, estrutura física, gestão democrática, precarização da profissão, currículo, avaliação, entre outros, dizem respeito ao profissional da educação, estando sempre em pauta nesses organismos que representam a classe.

Tendo em vista tais aspectos, seriam esses temas o diferencial da formação proporcionada pelo sindicato? Nas entrevistas desta pesquisa esses temas estão entre os que ajudam o profissional a ser mais crítico e participativo em suas escolas.

O desenvolvimento profissional e a formação estão de mãos dadas, quando verificamos que todas as questões da formação estão intrínsecas às da valorização, considerando que o mecanismo de ascensão das carreiras requer em especial os “[...] incentivos e recompensas apropriadas, que contribuam para os professores a seguirem, buscando incentivos econômicos, pessoais e profissionais. É preciso buscar a possível integração desses objetivos” (GARCIA, 1994, p.36).

Em análise, sobre o papel dos sindicatos, no desenvolvimento profissional, Almeida (1999) afirma que:

Muitos desses sindicatos têm se preocupado em trazer para seus espaços de reflexão e ações questões relativas à dimensão pedagógica e os objetivos e fins da educação, articulando-as com as que tratam das condições de trabalho, de vida funcional e salariais, e oferecendo aos professores a possibilidade de realizar suas ações profissionais de maneira mais orgânica e compromissada (ALMEIDA, 1999, p. 48).

Esse entrelaçamento de temas debatidos nos sindicatos perpassam as questões inseparáveis ao desenvolvimento dos profissionais da educação. Eles podem ser considerados forte possibilitares de recontextualização e ressignificações por parte dos profissionais que participam dessas atividades de modo a contribuir para o seu desenvolvimento profissional.

Ao tratarmos de um tema complexo e multidimensional, o desenvolvimento profissional passa a consistir um dos elementos basilares na constituição do profissional da educação, recebendo contribuições de diversos parceiros. Nesse sentido destacamos o sindicato por ser esse o objeto de nossa pesquisa.

O sindicato tem tecido com a categoria um conjunto de relações, mobilizando e articulando não só a formação como também o desenvolvimento profissional, por meio de formação sindical, assembleias, greves, audiências, seminários, congressos e encontros. Tais ações de mobilização e organização se fazem pelo modo orgânico com que o sindicato tem desenvolvido suas atividades, com participação coletiva.

2.3 - A Formação dos profissionais da educação em uma perspectiva crítica

A formação dos profissionais da educação é um tema que está em constante debate e não se esgota, pois possui amplitude e complexidade. Além disso, o ser humano é um ser inacabado que está em constante mudanças. Por se tratar de um tema de vasta produção e com epistemologias diversas, o referencial, ora destacado se alinha à perspectiva da pedagogia crítica, a qual tem no seu âmago o conceito de formação humana integral, emancipadora, libertadora e transformadora, que possibilita práticas autônomas e o desenvolvimento pleno dos sujeitos para a vida.

Essa escolha se deu em face às leituras do contexto da pesquisa e do contexto político em que vivemos no Brasil,

No atual momento que vivemos no país, no qual a luta em defesa da democracia se torna mais necessária para garantir a legalidade institucional e conquistas sociais, a pedagogia crítica se mostra cada vez mais relevante porque, ao incidir sobre a realidade concreta, contribui para o seu

desvelamento e nos desafia para transformar a ordem social injusta (SHOR, SAUL, SAUL, 2016, p. 294).

A reflexão ora proposta sobre formação dos profissionais da educação assume o recorte epistemológico da pedagogia crítica, considerando a contribuição de Paulo Freire para a formação de educadores como referencial forte no Brasil e em diversos países. Nesse sentido, salientamos que, “[...] talvez a figura mais central internacionalmente para o desenvolvimento da educação crítica seja Paulo Freire. Sua influência permanece um elemento fundamental no mundo” (APPLE, AU, GANDIN, 2011, p. 26).

Para refletirmos sobre a pedagogia crítica usamos como suporte as obras Pedagogia da Autonomia (1996), Educação e Mudança (1979), Política e Educação (2001), Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos (2000), Pedagogia do Oprimido (1987), Educação na cidade (1991) Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor de autoria de Paulo Freire e Ira Shor (1986).

Além dessas obras que elencamos, destacamos duas fontes de pesquisa, que foram utilizadas em nosso levantamento bibliográfico, a primeira é a obra Educação Crítica: uma análise internacional, a qual diferentes autores dedicam uma seção inteira ao que eles chamam de “Legado freireano”, com produções de várias partes do mundo. Outro suporte teórico sobre a pedagogia crítica em Paulo Freire e a formação de educadores, é constituído pelas produções da Cátedra Paulo Freire, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, com contribuições de pesquisadores e autores de várias partes do Brasil e com um avolumado número de artigos em revistas e livros.

Além desses destaques, este trabalho considera a contribuição de outros autores que defendem a formação do educador na perspectiva da pedagogia/educação crítica. A decisão por escolher tais autores se pauta na importante contribuição que eles deram para a transformação da educação e na luta da qual fizeram parte para a democratização do ensino para as classes populares. Além das produções dessa linha de pensamento, este trabalho dialoga com o modelo de educação defendido pelo movimento sindical dos profissionais da educação pública brasileira, que é espaço em que esta pesquisa ocorre.

Para iniciarmos a reflexão sobre formação dos profissionais da educação, ancorado no viés crítico, o primeiro apontamento é o de que a formação não termina

nunca, ela é permanente, dura a vida inteira. O pensamento Freireano, vê o ser humano como ser inacabado, e para ele “[...] o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.” (FREIRE, 1996, p. 50). Portanto, sua formação é duradoura.

Coadunando com esse conceito, de que a formação é um processo que não finda, Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) afirmam que:

Formar-se é um processo de toda a vida; enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações (ALVARADO-PRADA, FREITAS, FREITAS, 2010, p. 368).

Os autores citados advogam que formar-se está relacionado ao aprender, sendo este um processo que ocorre permanentemente, o ser humano se formará durante a sua vivência, e esse será a perspectiva a partir da qual trataremos a formação dos profissionais da educação como processo permanente e contínuo, podendo ocorrer cotidianamente com ou sem intencionalidade, individual e coletivamente.

[...] aprender é mais do que receber ou obter informações e conhecê-las ou compreendê-las é tornar o aprendizado parte do ser, implicando desenvolver-se com ele. Formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza desenvolvendo-se individual e coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a (ALVARADO-PRADA, FREITAS, FREITAS, 2010, p. 368).

Portanto, é imprescindível reafirmar que o processo de “*formar* é muito mais que puramente *treinar*” (FREIRE, 1996, p.14), uma formação centrada no pensamento crítico tem sua centralidade na singularidade humana e não é puramente técnica, em razão disso, não suporta diretrizes centralista, transmissora e individualista. Assim, reafirmamos que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22).

A criticidade tem por proposta o questionamento e o desvelamento da realidade, além disso, uma formação crítica, emancipadora e libertadora traz no seu bojo a possibilidade de resistência e do enfrentamento político nos espaços de poder, “[...] é uma forma de intervenção no mundo [...]” (FREIRE, 1996, p.98). Por

isso, sua principal tarefa é criar educadores com possibilidades de fortalecimento individual e coletivo por meio do conhecimento, o que os fortalecerá para os embates políticos e ideológicos, marcando assim sua emancipação. “Os educadores precisam compreender a necessidade de lutar individual e coletivamente por uma sociedade mais justa” (GIROUX, 1997, p. 41).

Olhando para o ser humano dessa maneira e, agora, tratando em específico da formação do educador, que atua na educação básica, passaremos a dialogar como essa perspectiva de educação e/ou formação crítica foi pensada e tem sido instrumento para os educadores que sonham com um mundo melhor e mais justo, permitindo o combate contra as formas de opressão e desigualdades, provocadas pelo neoliberalismo que tem seu suporte no capital.

Ao ponderarmos sobre uma formação crítica do educador, com o entendimento que essa formação será processo permanente e contínuo, apontamos, do mesmo modo, que essa formação precisa abarcar todo o espaço escolar e transcender os muros da escola, com uma compreensão ampla da sociedade que vivemos.

Para Imbernón (2011) são muitas as mudanças ocorridas na passagem desse último século, contudo, a escola ainda enfrenta dificuldade de mudar, de avançar para o novo, visto que há um tradicionalismo que a prende as formas já ultrapassadas, com centralidade nos conteúdos, sendo urgente a necessidade de educar para a vida, de forma crítica, levando em consideração a humanização. O autor afirma ainda que,

[...] Para educar realmente na vida e para a vida, para essa vida diferente, e para superar desigualdades sociais, a instituição educativa deve superar definitivamente os enfoques tecnológicos, funcionalistas e burocratizantes, aproximando-se, ao contrário, de seu caráter mais relacional, mais dialógico, mais cultural-contextual e comunitário, em cujo âmbito adquire importância a relação que se estabelece entre todas as pessoas que trabalham dentro e fora da instituição (IMBERNÓN, 2011, p. 8).

Esse autor chama a atenção para uma necessidade importante no contexto da escola pública, “educar *na* vida e *para* a vida”, para que isso ocorra os pilares da formação devem ter como fundamento, o ideal de uma sociedade democrática, plural, participativa, solidária e integradora.

Olhando em tal direção e pensando o que é ser um profissional da educação, é preciso que todos os sujeitos que estão envolvidos no ato de educar no ambiente escolar estejam comprometidos com a tarefa de transformar a sociedade, empenhados em viabilizar a autonomia compartilhada horizontalmente, pautada em princípios democráticos, no conhecimento específico, no respeito humano e no compromisso com a emancipação das pessoas. Conforme assegura Imbernón:

Ser um profissional da educação significará participar da emancipação das pessoas. O objetivo da educação é ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social (IMBERNÓN, 2011, p. 28).

Pensar na configuração atual da sociedade e o compromisso do educador em ajudar as pessoas a tornarem-se livres, remete-nos novamente a questionar sobre quais bases ideológicas, filosóficas e estruturais são construídas as políticas de formação. A literatura tem mostrado que a perspectiva tecnicista tem avançado no que tange aos aspectos da formação.

[...] a formação do professor é construída hoje como habilidade, e qualquer complexidade política é removida da agenda. Simplesmente falando o professor é reconstruído como um técnico do estado, treinado para transmitir um currículo nacional, nas escolas da nação (APPLE, BALL, GANDIN, 2013, p.81).

Assim, os aspectos que privilegiam o viés econômico têm sido potencializados. Isso se configura como “colonização da política educacional pelos imperativos da economia” (BALL, 2014 p.126) por isso, uma política de formação precisa considerar as demandas do ponto de vista econômico, ela não pode ser o cerne das diretrizes formativas para os profissionais da educação. As questões sociais, políticas e culturais e especificidades dentro da atual configuração da sociedade brasileira precisam, também, ser objeto de reflexão. A formação deve buscar uma compreensão teórica, política e crítica das relações sociais, culturais e econômicas.

Segundo os organizadores da obra Educação Crítica: uma análise internacional, “Uma compreensão mais robusta da pedagogia crítica e da educação crítica baseia-se cada vez mais na percepção da importância das múltiplas

dinâmicas que sustentam as relações de exploração e dominação de nossas sociedades” (APPLE, AU, GANDIN, 2011, p.14).

Seguindo esse caminho, a concepção Freireana é uma proposta de educação que pergunta, questiona os motivos muitas vezes não revelados. A problematização possibilita ao sujeito (educador/educando) o rompimento com a corrente de alienação, dando a ele um olhar crítico da realidade e possibilitando a sua mobilidade no sentido de não se conformar, mas resistir às relações de exploração e dominação. Em Pedagogia da Autonomia, aparece a necessidade da convicção de que a mudança é possível,

O mundo não é. O mundo está sendo [...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 1996, p.77).

Nesse mesmo sentido de intervenção e convicção para a mudança, Henry Giroux (1997), ao tratar da pedagogia crítica e dos professores como intelectuais transformadores, afirma que esses precisam combinar,

[...] reflexão e ação no interesse de fortalecerem os estudantes com habilidades e conhecimento necessários para abordarem as injustiças e de serem atuantes críticos comprometidos com o desenvolvimento de um mundo livre da opressão e exploração (GIROUX, 1997, p. 29).

O educador ao fazer esse movimento de ação-reflexão, o fará quando estiver pautado pelo diálogo e pela amorosidade, é nesse processo de escutar o outro e questionar as aparências que ele mostrará comprometido com a mudança da realidade por meio da educação. Ao exercitarem essa ação-reflexão, os educadores estarão, do mesmo modo, se educando contra as chamadas múltiplas dinâmicas de sustentação das relações de exploração e dominação. Dessa forma, fará o movimento contrário de não aceitar as imposições. O ato educativo não pode ser isolado, solitário e mecânico. Por isso, é na ação-reflexão que se encontrará sentido ao processo para a libertação e emancipação dos sujeitos.

A ação – reflexão está ligada a práxis (ação consciente) que Paulo Freire trata como compromisso, nesse sentido, ele faz a reflexão de que “[...] o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a

realidade –, inserção nela, implicando, indubitavelmente, um conhecimento da realidade (FREIRE, 1979, p.10). Por meio do diálogo e do compromisso com uma educação libertadora, o educador possibilita a conexão entre teoria e prática.

Freire (1979) afirma, também, que ao conhecer a realidade, o profissional da educação “[...] deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos” (FREIRE, 1979, p.10). Logo,

Há uma potencialidade de intervenção no pensamento crítico. Ao se refletir sobre uma situação, a análise não se esgota na adaptação a ela, mas coloca em evidência outros elementos desconhecidos, até então, que podem conduzir para além da violência presente na situação, mostrando relações e possibilidades que uma primeira abordagem não captava (PUCCI, 2001, p. 11).

Ao fazer essa transformação de visão ingênua para a crítica o educador nunca a fará em uma ação isolada, visto que ao conhecer a realidade a partir da visão crítica, sobressairá a necessidade desses educadores terem compromisso com as questões coletivas e “[...] engajados em ações políticas contra o racismo, contra o sexismo, contra o capitalismo e contra as estruturas desumanas de produção (SHOR, FREIRE, 1986, p. 102). Desse modo, “Quando o homem compreende sua realidade, reconhece as diferenças, pode levantar hipóteses e reconhecer o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1979, p. 16). Tornando-se cada vez mais consciente.

Para Wayne Au, a “epistemologia freireana [...] faz uso predominante de duas diferentes abordagens para desenvolver a práxis: a problematização e o diálogo” (AU, 2011, p. 251). A problematização ocorre quando educando e educador ao investigar uma temática perguntam de forma crítica, em especial, os motivos porque dada realidade está como está, será que ela sempre foi assim? De quem são os interesses nessa realidade? Para problematizar, o diálogo entra em ação, sendo capaz de levar o ser humano à reflexão ativa. Na ação-reflexão a práxis da pedagogia dialógica e do compromisso para uma educação libertadora, a teoria e a prática devem estar conectadas.

Em investigação realizada pelo grupo de pesquisadores, Santos *et. al.* (2006, p. 4) define “[...] as categorias centrais do pensamento freireano, *práxis*,

diálogo e politicidade na educação, pois se constituem como elementos fundantes na formação de educadores sintonizados com o tempo presente”.

Já tratamos sobre a práxis e o diálogo como elementos de uma educação crítica e libertadora. A seguir discorreremos sobre a politicidade na formação dos educadores, ponto que consideramos importante e que na atual conjuntura política brasileira tem sido tema de debate e enfrentamento. Desse modo, se torna oportuno lembrar que já há algum tempo temos um projeto conservador denominado “escola sem partido”, que confunde o que de fato é político dentro da educação, tornando necessário entender o que de fato é “[...] a natureza política, não necessariamente partidária da educação” (FREIRE, 2000, p. 40).

Em seus escritos, Paulo Freire deixa claro que o ser humano é um ser de relações sociais e que na sua essência precisa buscar “ser mais”, esse ser mais é no sentido de conhecer mais a si e a sua realidade, para não se tornar objeto dela e, sim, sujeito que se move e busca compreender a sua existência. Por isso, o ato educar é um ato político, nas palavras do autor, “[...] não é possível separar política de educação, o ato político é pedagógico e o pedagógico é político” (FREIRE, 2000, p. 58).

Nessa perspectiva é que, “Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É, por isso, que não há pedagogia neutra” (SHOR, FREIRE, 1986, p. 17). Logo, toda decisão que o educador toma, seja qual for sua posição ideológica, ela é um ato político. A decisão do que vai ensinar, como vai ensinar e por que vai ensinar, exige criticidade por parte do educador, para saber onde ele quer chegar. Mesmo afirmando uma neutralidade ela está carregada de sentidos, tendo em vista a sua historicidade como ser humano e das opções que ele decide adotar.

Nesse bojo, é oportuno recordar que, conforme afirmava Freire, a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, por isso quando o educador faz “A leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que fazer político-pedagógico, isto é, da ação política [...]” (FREIRE, 2000, p. 21), nessa relação intrínseca entre o político e o pedagógico, a tarefa educativa no espaço escolar não pode se furtar de fazer que sua ação, além de pedagógica, seja política.

Os educadores que atuam na educação pública precisam possibilitar a seus educandos desenvolvimento da consciência para a liberdade, no sentido de

reconhecer as tendências autoritárias, capacitar a imaginação, conectar conhecimento e verdade ao poder e aprender a ler tanto a palavra quanto o mundo como parte de uma luta mais ampla por justiça social e democracia.

Como já abordamos anteriormente, a formação crítica do educador tem suas raízes firmadas no terreno da luta contra toda forma de discriminação e opressão. “Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta” (FREIRE, 2000, p. 22), mostrando que existem tendências autoritárias, que precisam ser enfrentadas, tarefa que só se faz possível com a “leitura de mundo, que precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9).

A escola pública, que tem como público as camadas populares, que em sua maioria vivem, “[...] questões de opressão e injustiça que estão relacionadas à classe social, gênero e outros marcadores de diferença presentes nas instituições e nas estruturas da sociedade, e também nas mentes dos indivíduos” (ZEICHNER, FLESSNER, 2011, p. 33), necessita pensar sua função social, uma vez que mesmo vivendo em condições de opressão, a mente da maioria dos oprimidos carrega consigo a contradição de sua liberdade em uma sociedade meritocrática.

Nessa perspectiva, “A ideologia dos indivíduos livres e iguais e que competem entre si (meritocracia) está em contradição direta a quantidade significativa de desigualdade de grupo que existe em nossas escolas e na sociedade” (APPLE, AU, GANDIM, 2011, p. 20).

Tendo em vista o exposto, salientamos que o sindicato é espaço dialógico, de formação humana em uma perspectiva integral e integradora, que, conforme revelado nas falas dos entrevistados, contribuem para sua leitura de mundo de forma crítica, problematizando seu cotidiano.

Figura – 05



Ato público em frente a Assembleia Legislativa – Cuiabá 2016

CAPÍTULO 03

Figura – 06



Ato público na praça Ipiranga em Cuiabá - 2017

3 - INTER-RELACIONANDO CONTEXTOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO DO SINTEP/MT

Neste capítulo tratamos da concepção de formação do SINTEP/MT, possibilitando compreender os sentidos e os significados da formação no lócus estudado e a partir do material coletado, nosso referencial é o dialógico, o qual permite essa aproximação entre os contextos e os dados.

Inicialmente, destacamos breve reflexão sobre a concepção de formação e educação do movimento sindical no Brasil e no SINTEP/MT. Na sequência, descrevemos a separação e classificação dos dados coletados durante a pesquisa de campo.

A análise apresentada a seguir foi iniciada com a emergência dos eixos que se destacaram em nossas observações e os quais elegemos como pontos principais de nossa compreensão. Em seguida, lançamos olhar sobre as inter-relações que ocorrem entre os dados à luz dos contextos do *Ciclo de Políticas* e registramos nossa compreensão acerca do tema pesquisado.

3.1 - Concepção de formação e educação do movimento sindical

O movimento sindical da educação forjou-se na capacidade de reinventar-se e de educar-se a partir de referenciais de esperança, indignação, problematização e conscientização. Por isso, a pedagogia de Paulo Freire é um dos referenciais encontrado nos textos da Central única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT).

A CUT possui uma política de formação articulada em rede por meio da Secretaria Nacional de Formação (SNF) com escolas em sete regiões do Brasil. O princípio da formação está assentado em “[...] práticas formativas orientadas pela perspectiva da dialogicidade apontada por Paulo Freire, ou seja, na nossa formação, educadores/as e educandos/as não sabem tudo, eles/elas aprendem e ensinam mutuamente” (FORMA & CONTEÚDO, 2016, p. 85).

Outro princípio freireano é a “[...] valorização dos saberes e experiências

dos/as trabalhadores/as integrados às diversas temáticas viabilizam a construção coletiva de novos conhecimentos e estímulo à intervenção/participação social” (FORMA e CONTEÚDO, 2016, p. 104). Nesse sentido, o movimento sindical é compreendido como espaço referencial para a vivência das relações humanizadoras, por meio da qual, acontece o diálogo entre os diferentes saberes. É espaço de diálogo, escuta, aprendizagem e produção de saberes.

O caderno de resoluções do último Congresso Nacional da CUT, o 12º Concut, realizado na cidade de São Paulo em outubro de 2015, ao tratar da concepção de escola e de educação registra a seguinte defesa:

Defendemos um modelo de educação e de escola que abranja os processos formais e informais, ao longo de toda a vida, que tenha o trabalho como princípio educativo, de **concepção integral** contemplando as **dimensões sociais, política, cultural e técnica da formação/educação** e que promova o reconhecimento social e institucional do saber acumulado pelos trabalhadores e trabalhadoras. A CUT entende e defende que a escola deve ser um espaço privilegiado da vivência de relações democráticas. Dialogar, ouvir o que o outro tem a dizer, desde a sua tenra idade, é condição fundante do aprender. Somente uma escola com profissionais bem formados, com salários valorizados e com expectativas de crescimento na carreira, poderão se dedicar à tarefa do aprender e ensinar com base dialógica entre os indivíduos (CUT/BRASIL, 2015, p.70, *grifo nosso*).

Mesmo sendo uma entidade que representa diversos ramos de trabalho, a Central não deixou de, em seu congresso nacional, posicionar-se em um texto específico sobre a concepção que possui sobre educação e escola, nesse caso, estamos falando da educação pública. A educação está no conjunto de defesas, sendo uma das suas bandeiras de luta.

A CUT sempre buscou romper com as amarras do neotecnicismo, da concepção hegemônica de educação que se apresenta por meio da pedagogia das competências. A CUT possui suas referências de formação e de educação fundamentada na concepção de educação integral. O quadro a seguir está na Revista Forma & Conteúdo – Secretaria Nacional de Formação da CUT e mostra a diferença que há entre o neotecnicismo e a formação integral.

O quadro a seguir mostra a visão de educação da CUT, sobre o princípio da educação integral.

NEOTECNICISMO	EDUCAÇÃO INTEGRAL
<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia por competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho como princípio educativo
<ul style="list-style-type: none"> • Adaptativa dos imperativos do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção no mundo do trabalho, das tecnologias e da cultura
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso da empregabilidade e da meritocracia 	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica às relações capital/trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Lógica produtivista 	<ul style="list-style-type: none"> • Ética emancipatória e libertadora
<ul style="list-style-type: none"> • Competências e Habilidades para o trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Indissociabilidade das dimensões da formação técnica, social, cultural e política
<ul style="list-style-type: none"> • Visão unilateral, dual (formação geral versus técnica). Indivíduo dividido entre a ação de pensar e executar 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão integral, omnilateral e politécnica. Compreensão das dinâmicas socioprodutivas para o exercício profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Formação operacional/simplificada com ênfase no saber-agir; saber-fazer; saber ser; saber-saber; saber conviver 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação humana: conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social, leitura de mundo e atuação cidadã

Fonte: Forma & Conteúdo – edição 18, 2016, p. 124

Com a leitura de que uma outra sociedade é possível por meio da formação e da organização de classe, a Central tem investido na formação no Brasil inteiro por meio de redes de formação, Mato Grosso faz parte da escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho (ECO/CUT), com sede em Goiânia (GO), uma das sete escolas de formação da CUT que atua em nível regional.

Outra organização sindical, nacionalmente conhecida, que encaminha as políticas de formação do movimento sindical, é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por meio da Secretaria de Formação e da Escola de Formação da CNTE (ESFORCE). Em seu último congresso, o 32º Congresso da CNTE, o caderno de resoluções traz em sua introdução a concepção de formação,

Nossa concepção de educação não se limita à qualificação profissional (embora esta seja importante), mas mantém consonância com o art. 205 da Constituição Federal (CF-1988), que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu **preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**”. Dessa forma, a educação escolar, sobretudo de nível básico, deve priorizar a formação de sujeitos históricos, estimulando a crítica, o discernimento e a capacidade transformadora de crianças, jovens e adultos (Caderno de Resoluções – 32º Congresso Nacional da CNTE, 2014, p. 37. grifo nosso).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) é uma entidade que representa os profissionais da educação e que defende a escola pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Como é uma entidade específica da educação, buscamos compreender como o tema formação é tratado pela confederação.

A CNTE investe em formação da militância, em busca de capacitar os dirigentes dos sindicatos afiliados e procura com essa formação novos quadros de dirigentes. Ela adotou o modelo de formação sindical de Mato Grosso ofertado pelo SINTEP/MT, os módulos foram adaptados, sendo ofertado o programa no território nacional para suas entidades filiadas. Em estudo sobre a formação político sindical do professor, realizado por Diniz (2014), o mesmo afirma que:

O programa baseia-se numa **concepção de Educação Integral** e tem uma proposta político-metodológica que busca abranger os profissionais da educação em sua “totalidade histórica” e possibilita, aos trabalhadores/as da educação, uma óptica crítica da realidade e das relações sociais que engendram o mundo no qual estão inseridos e se reconheçam como agentes históricos e transformadores sociais (DINIZ, 2014, p. 43).

Pautada nos princípios da cidadania, a CNTE tem buscado alcançar seus filiados por meio do Programa de Formação Sindical, de forma aberta em rede de computadores, a CNTE mantém o periódico RETRATOS DA ESCOLA²⁴ e publicações de livros com artigos e pesquisas de temas específicos da educação.

O Programa de Formação da CNTE conta com o apoio financeiro do Sindicato de Educadores da Suécia (Lararforbundeth), a proposta é baseada em quatro eixos considerados fundamentais ao processo de formação: EIXO 1 - Concepção Política e Sindical, EIXO 2 - Formação de Dirigentes Sindicais, EIXO 3 - Planejamento e Administração Sindical e EIXO 4 - Temas Transversais. Destacamos que esse programa de Formação nasceu em Mato Grosso, no SINTEP/MT, e foi

²⁴ A Revista RETRATOS DA ESCOLA (publicação semestral da Escola de Formação da CNTE – ESFORCE) propõe-se a examinar a educação básica e o protagonismo da ação pedagógica no âmbito da construção da profissionalização dos trabalhadores em educação, divulgando e disseminando o conhecimento produzido e estimulando inovações na educação básica. Periódico semestral. Qualificação - B1 no QUALIS CAPES. (<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/index>)

adaptado para que todos os sindicatos do Brasil filiados à CNTE pudessem fazer as formações. Nesse sentido, o SINTEP/MT é protagonista, nacionalmente, por meio do programa de formação de dirigentes sindicais da CNTE.

A CUT e a CNTE têm estado presentes nas diversas mobilizações em defesa da classe trabalhadora, combativos e classistas, tanto a Central quanto a confederação, têm feito o enfrentamento aos setores conservadores da sociedade Brasileira, buscando e exigindo espaços de representação na construção de políticas educacionais de modo a assegurar a participação de todos os trabalhadores em educação (professores e funcionários administrativos). Nesse viés de organização e mobilização, é que tem feito sua formação também forjada pelas marchas, paralisações, audiências públicas e outros espaços de mobilização pública.

O conceito de educação libertadora está presente nos textos de resoluções, do movimento sindical, com isso podemos indicar que a concepção de educação do sindicato coaduna com o conceito Freireano de educação. Voltada para a cidadania, pautada na emancipação, no respeito mútuo, na autonomia, no senso de solidariedade, de justiça social e nas múltiplas possibilidades de viver e na capacidade humana de transformar a realidade.

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. **É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo.** A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (FREIRE, 1992, p. 52).

Seguindo essa linha da Central e da Confederação, o SINTEP/MT defende que tanto a formação da educação básica como a formação dos profissionais da educação sejam na concepção de formação integral, contemplando as dimensões sociais, política, cultural e técnica da formação/educação, seguindo os princípios cutistas. Integrar escola e comunidade é um processo que precisa ser discutido a exaustão, visto que essa é também uma prerrogativa dos programas de governo por meio da gestão democrática, por isso, levar em consideração todas essas dimensões nas atividades organizadas pelo sindicato é uma tarefa que fortalece a busca.

Quando realizamos nossa pesquisa de campo junto à organização, fizemos a leitura do estatuto para saber como a formação de seus filiados estava registrada nesse documento, o qual serve como referência para as ações da organização. O Artigo 5º do Estatuto do SINTEP/MT descreve na alínea “I” **que uma das suas finalidades é: “[...] concorrer subsidiariamente para o desenvolvimento profissional, formação política, cultural e social de seus sindicalizados** (SINTEP/MT, 2017, *grifo nosso*). O estatuto trata ainda da formação quando regimenta como será a distribuição das receitas ordinárias, indicando que parte delas deve ser para a formação de seus filiados.

Art. 73 - As receitas ordinárias constarão do Plano Financeiro Anual da Sede Central e terão, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- a) [...]
- b) 10% (dez por cento) serão destinados para o **Fundo Unificado de Formação** e Comunicação do SINTEP/MT;
- c) [...]

Parágrafo Único – Os recursos do **Fundo de Formação** e Comunicação Unificado do SINTEP/MT serão aplicados, prioritariamente, em ações de **formação sindical, política e educacional**, priorizando os Diretores Regionais, os Dirigentes das Subsedes e os Representantes de Unidades Escolares e na comunicação própria do sindicato, na sua Assessoria de Comunicação, publicações e inserções na mídia (SINTEP/MT, 2017, *grifo nosso*).

Ao verificar que, estatutariamente, o sindicato reserva parte de suas receitas ordinárias para a formação sindical, política e educacional, passamos a ter dimensão que a organização busca garantir em suas normas a formação de seus filiados. Sabendo que a formação tem fontes específicas, buscamos saber como essas ações eram desenvolvidas.

No campo da formação sindical, o SINTEP/MT criou e consolidou o “Programa de Formação Sindical”, que atualmente é referência nacional, como já apontamos anteriormente no presente texto. O objetivo principal do programa é a formação para a atuação político-sindical de novos dirigentes e a atuação dos sindicalizados junto as suas bases.

O Programa de Formação Sindical é um dos espaços formativos proporcionados pelo SINTEP/MT e que tem avançado no tocante à formação de novas lideranças e sindicalizados do Mato Grosso inteiro. Com turmas matriculadas

nas quinze regionais de atuação do SINTEP/MT, o programa tem se mostrado forte e seu crescimento é visível nos últimos anos. Enquanto dirigente da Secretaria de Formação do SINTEP/MT, no mandato passado e eleito para o próximo triênio, temos o Professor João Eudes da Anunciação. O mesmo nos concedeu entrevista e falou sobre o programa de formação. Em suas colocações, reafirmou sobre a importância do programa de formação para o movimento sindical e sobre as mudanças que ele tem testemunhado em relatos dos participantes.

[...] o objeto principal da formação é fazer com que os trabalhadores da educação consigam... se sintam como classe trabalhadora, eu acho que primeiro aspecto da formação é esse. Segundo: possibilitar formação teórica, política dos trabalhadores, trabalhadores da educação. [...] E por último, exatamente possibilitar a formação de dirigentes [...] Então a experiência é muito produtiva sim, a gente tem encontrado então nas turmas pessoas que têm se destacado, pessoas que se tornaram dirigentes em função da formação, pessoas que acabam melhorando a sua concepção de vida enquanto pessoa, enquanto cidadão, enquanto profissional porque participou desses espaços de discussão, isso também é outro aspecto importante [...] Se a gente fosse observar como que a formação sindical melhorou, [...] a atuação profissional de todos aqueles que compõem esses grupos, por exemplo, a pessoa consegue refletir mais sobre sua condição, ser menos machista, ser menos homofóbico, ser menos racista, ser menos preconceituoso porque conseguiu desenvolver elementos que levaram uma prática reflexiva então acho que isso que é importante (JOÃO EUDES, 2018).

Como vimos nesse excerto da entrevista do secretário de formação do SINTEP/MT, a formação sindical, para além da atuação como dirigente sindical, é uma formação que gera conhecimento teórico e reflexão por parte dos participantes, os quais testemunham mudanças na sua vida cotidiana enquanto cidadão e cidadã, além de fazer-se um profissional reflexivo no sentido de buscar por um mundo melhor. Esse depoimento sobre mudança de postura como profissional, mostra que ao participar das atividades formativas do SINTEP/MT, o profissional da educação melhorou a sua atuação. Nas entrevistas ficou claro que há uma visão do que eram antes e do que se tornaram depois, como profissionais.

Para muitos profissionais essa formação oportunizada pelo SINTEP/MT é uma das principais fontes de formação continuada, visto que as formações oferecidas pelos órgãos institucionais da educação são insuficientes, outro ponto que aparece na fala dos entrevistados.

O quadro a seguir mostra as diretrizes políticas do curso de formação sindical, sendo que as mesmas são compostas de quatro eixos com objetivos específicos:

Quadro 07 - Organização do curso de Formação Sindical SINTEP/MT

Eixo	Objetivo	Conteúdo
CONCEPÇÃO POLÍTICA E SINDICAL	Proporcionar aos dirigentes uma fundamentação teórica e metodológica das concepções e teorias políticas da história do movimento sindical e popular com recorte na organização dos/as trabalhadores/as da educação no Brasil	1º Fascículo – Introdução à Sociologia 2º Fascículo – Teoria Política 3º Fascículo – Economia Política 4º Fascículo – Movimento Sindical e Popular Histórico 5º Fascículo – Movimento Sindical na Educação no Brasil
FORMAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS	Possibilitar a formação política e prática na preparação dos dirigentes, oferecendo uma formação metodológica	1.º Fascículo – Fundamentos da Filosofia. 2.º Fascículo - Teoria da Comunicação. 3.º Fascículo - Análise de Conjuntura 4.º Fascículo - Estruturação e Organização Sindical 5.º Fascículo - Negociação Coletiva
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO SINDICAL	Levantar elementos que ajudem a tornar o sindicato uma entidade democrática, bem administrada, participativa e coletiva para uma maior eficácia na ação sindical	1.º Fascículo - Planejamento Estratégico – o método 2.º Fascículo - Gestão Sindical e Planejamento Sindical 3.º Fascículo - Planejamento Estratégico da Ação Sindical 4.º Fascículo - Sistema Democrático de Relações de Trabalho
TEMAS TRANSVERSAIS	Instrumentalizar dirigentes e militantes dos sindicatos filiados à CNTE nos debates das questões enfrentadas pela categoria em atividades permanentes com temas específicos, sendo os mesmos publicados de acordo com as necessidades prementes ou conjunturais e de curto prazo da mobilização da categoria.	TEMAS PROPOSTOS 1. GAT – Grupo de Assessoramento Técnico. 2. Financiamento da Educação - Fundeb 3. Planos de Carreira 4. Fundos de Pensão/ Previdência 5. Currículo 6. Profissionalização de funcionários 7. Formação Continuada 8. Orçamento Público e a Educação 9. Reforma Sindical, Trabalhista e os Trabalhadores em Educação

		10. Alca, Mercosul a Acordos Gerais de Livre Comércio 11. Reestruturação Produtiva 12. Neoliberalismo, Estado Mínimo e Serviço Público 13. GAT's e a Mercantilização da Educação;
--	--	--

Fonte: organizada pela autora

Os fascículos de apoio foram elaborados a partir de parcerias com entidades educacionais, sociais e sindicais, professores das áreas afins e com o acervo da própria CNTE. A secretaria de formação do SINTEP/MT é responsável direta pela dinâmica do curso, elaborando todas as orientações para o desenvolvimento dos fascículos, esse trabalho é mediado pelos diretores regionais e pela secretaria de finanças do sindicato. A organização dos encontros segue as seguintes orientações:

Os eixos serão aplicados nas formas presenciais e não-presencial, por dirigentes das entidades filiadas à CNTE, denominados “aplicadores” ou coordenadores, com o uso de fascículos e vídeos específicos sugeridos para cada tema. Os aplicadores/coordenadores serão capacitados a partir da realização de um Seminário Nacional de Capacitação. As regionais formarão turmas de 50 participantes. O calendário de realização dos seminários será de responsabilidade de cada regional, sempre com o acompanhamento da Secretaria de formação, obedecendo alguns critérios básicos, tais como:

Cada fascículo será aplicado em seminários, que acontecerão nos finais de semanas ou conforme programação, com intervalos de no mínimo 30 (trinta) dias entre um seminário e outro;

O período compreendido entre um seminário e outro serão considerados de estudos dos fascículos, em casa;

Os fascículos serão enviados as regionais para entrega aos participantes, que farão leituras prévias dos textos;

A programação mínima de cada seminário será:

- ✓ Recepção dos Participantes
- ✓ Apresentação dos mesmos
- ✓ Apresentação do Programa de Formação da CNTE
- ✓ Formação dos grupos para discussão do fascículo previamente lido
- ✓ Apresentação do vídeo para auxiliar nas discussões
- ✓ Plenária para debate. (SINTEP/MT, Projeto do Programa de Formação Sindical, sem ano, p. 8)

Toda a estrutura e organização dá ao curso autonomia, fator que diferencia a política de formação do sindicato das políticas públicas de formação, desenvolvidas por meio de portaria e instruções editadas pelo Estado, tendo nisso grande possibilidade de avanços, por ser diferente e não ser atrelada às decisões tomadas fora das defesas do sindicato.

Ao nascer independente das políticas governamentais, o projeto sindical de formação não precisa se submeter às normas e concepções oficiais. Isso dá

maior autonomia aos debates e discussões, podendo ousar nas propostas e avançar em outras discussões que a política de formação do Estado não consegue ou impede (DINIZ, 2014, p. 41).

Essa forma independente de caminhar está expressa na bandeira da organização, que traz escrito o seguinte lema: “livre, democrático e de luta”, possibilitando a expansão das atividades de formação sindical, oferecidas pelo Programa de Formação Sindical, não somente nas ações do programa, mas nas demais atividades coletivas desenvolvidas como: encontros, congressos, seminários, conselhos de representantes, assembleias, greves, caminhadas, atos públicos, audiências públicas. As diretrizes para essas atividades seguem apenas o estatuto da entidade e os regimentos que são aprovados pelo coletivo.

Algo muito presente nos cadernos de texto dos congressos e encontros realizados pelo SINTEP/MT, é a defesa e a luta por políticas sociais que focalizem as minorias: o negro, o homossexual, o estrangeiro, as mulheres, os indígenas, os portadores de deficiência, os sem-terra e outros. Essa diversidade aparece também recorrentemente nas falas durante as atividades do sindicato, por isso não há uma especificidade, os temas são tratados de acordo com a conjuntura política, econômica e social.

Essa diversidade de temas tratados pelo SINTEP/MT, mostra como o movimento sindical não tem foco apenas nas questões do mundo do trabalho, preocupando-se com os trabalhadores/as de forma integral, afinal são homens e mulheres inseridos em uma sociedade excludente que gera desigualdades. Por isso, a luta por um mundo mais justo para todos é uma tarefa que está intrínseca ao modo como as pessoas se formam e se educam, sendo a formação sindical aquela que fomenta essa necessidade de conhecer e transformar a realidade.

A perspectiva da formação política dos profissionais da educação está muito presente nos momentos de reuniões do SINTEP/MT e textos produzidos. Os temas abordados nas atividades coletivas são sempre atuais e dizem respeito à conjuntura vivenciada pelo segmento educacional. Ao tratar de questões inerentes ao contexto econômico, político e social, o sindicato chama seus filiados e a sociedade para questionar a forma como as políticas educacionais são direcionadas e também quais os interesses estão em jogo.

Isso torna-se um convite para que o profissional da educação faça o exercício do desvelamento da realidade que, muitas vezes, se apresenta como pronta e acabada. Nesse sentido, o educador torna-se sujeito no processo político educacional, e, como tal, ganha a possibilidade de transformar sua realidade por meio da luta coletiva sindical.

3.2 - Labirintos da pesquisa: em busca de elementos textuais para análise

A busca por elementos para análise, nesta investigação, nos levou a andar por caminhos que aqui chamamos de labirintos da pesquisa. Essa etapa nos permitiu um movimento de busca para coletar, observar e catalogar tudo que consideramos material de pesquisa.

Somente após esse ir e vir no labirinto é que definimos qual caminho iríamos seguir, afinal, passamos por diversos outros que nos fizeram construir novas leituras, mas que não nos mostravam o ponto de chegada. Esse foi o momento de exploração do objeto de estudo e da classificação do material encontrado durante as visitas à sede central do SINTEP/MT.

O trabalho de campo teve início com a busca pelas listas de presença, algo que permitiu encontrarmos os sujeitos que seriam entrevistados, nos propusemos a selecionar 15 sujeitos que participavam ativamente das atividades do SINTEP/MT, nos últimos cinco anos, e que estivessem atuando na educação básica nos últimos cinco anos, conforme critérios apontados no capítulo um dessa dissertação. Tal recorte foi importante para que pudéssemos contatar pessoas que atuam no chão da escola e participam dos processos formativos promovidos pelo sindicato.

Nesse caminho, procuramos também por textos escritos, fotos e outros, fomos em busca do que julgávamos ser importante para a análise dos dados, sem esquecer o nosso objetivo principal, pois “Dado que tudo é interessante e o universo que quer se estudar parece não ter limites, as escolhas mostram-se difíceis. É preciso disciplina para não querer estudar tudo[...].” (BOGDAN, BIBKLEN. 1994, p. 207). Portanto, procuramos olhar tudo e somente depois tomamos a decisão do que seria possível incluir como material de análise.

Em relação às fotos, tivemos acesso somente às antigas que estão impressas, elas estão sem organização, guardadas em uma caixa arquivo e sem catalogação, por isso tornou-se impossível trabalhar com esse material, o sindicato possui também um acervo de fotos digitais, contudo, a esse material, não obtivemos acesso.

Em seguida, partimos em busca do material escrito (textos), encontramos um arquivo recente com jornais, panfletos, cartazes, revistas e livros produzidos pelo SINTEP/MT, pela CNTE, pela CUT e outras entidades dos movimentos sociais. O jornal “Educação em Alerta” tem a tiragem impressa mensal ou quando se faz necessário tratar de um tema em evidência são publicadas edições extras. Os temas estão ligados às notícias da entidade, às questões de valorização da carreira, campanhas salariais e outros. Os panfletos e cartazes são de campanhas estaduais e nacional, os temas encontrados foram: gestão democrática, mulheres e relações étnico raciais.

A revista “Novos Rumos” é um periódico do sindicato para tratar de temas específicos, encontramos alguns exemplares referentes aos últimos congressos, com as transcrições das falas ocorridas nos eventos. O sindicato possui também uma coleção da revista “Retratos da Escola”, da CNTE, que em cada número semestral trata de temas específicos.

Nessa busca encontramos também livros sobre financiamento, valorização, formação de funcionários, dentre outros temas, que, em sua maioria, foram produzidos pela CNTE ou pelo SINTEP/MT.

Como nosso objetivo principal é compreender as atividades formativas, nos debruçamos sobre a possibilidade de encontrar os cadernos de textos referentes aos últimos congressos e encontros estaduais, por isso, foi necessário outro momento, para esquadrihar e procurar por tal material.

Em conversas com dirigentes da entidade, a única possibilidade de encontrar esses textos dos congressos e encontros era na biblioteca do SINTEP/MT, ou procurando direto com os filiados. O SINTEP/MT possui uma biblioteca montada na sede central, com um grande acervo de livros revistas e outros materiais impressos, a biblioteca tem o nome do “Professor Eudson de Castro²⁵”.

²⁵ Eudson de Castro Ferreira, foi professor de sociologia, membro fundador do GERA-UFMT e assessor em Educação da Unesco/Seduc-MT. Participava da linha de pesquisa A luta pela terra na

Ocorre que, devido a uma reforma, realizada no prédio, a biblioteca foi mudada de lugar e o acervo não está organizado. Estivemos por três dias olhando o material, criteriosamente, em busca de exemplares dos cadernos de textos dos últimos congressos e encontros, não encontramos o que imaginávamos em função da dificuldade de levantar esse material entre os milhares de livros, panfletos e revistas.

O que conseguimos foram os cadernos de texto de sete Congressos Estadual e três Encontros Estadual, sendo eles:

CONGRESSOS ESTADUAL:

✓ X Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – **Tema: Educação Pública Básica no Caminho do Sistema único.** Caderno de Tese-Base. Jaciara: ano 1998. 30 p.

✓ XI Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **A Reestruturação Produtiva do Processo Educativo: o olhar da cidadania e da ação sindical.** Caderno de Tese. Sinop/MT: anos 2000. 26 p.

✓ XII Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Direito à Educação; Direito à carreira; Organização, Estrutura e Inclusão Tecnológica do Sintep/MT.** Caderno de Teses. Cuiabá: ano 2004. 26 p.

✓ XIII Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Regime de colaboração na perspectiva do sistema único de ensino.** Caderno de Texto-Base. Cuiabá: ano 2008. 49 p.

✓ XIV Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Qualidade na aprendizagem com promoção profissional.** Caderno de Texto. Cuiabá: ano 2010. 87 p.

✓ XV Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Articular os Planos municipais e estadual de educação para a implantação do sistema único de educação básica em MT.** Caderno de Texto-Base. Cuiabá: ano 2013. 86 p.

✓ XVI Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Função social da educação no contexto das relações democráticas.** Caderno de Texto-Base. Cuiabá: ano 2016. 104 p.

ENCONTROS ESTADUAL:

década de 70, O resgate do ensino noturno – a educação que interessa ao trabalhador entre outras investigações. Participante ativo dos movimentos sociais, contribuiu para o Programa de Formação do SINTEP/MT, escrevendo o fascículo Introdução a Sociologia.

- ✓ III Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **Demanda da educação e organização curricular: a escola de fases não é a que queremos**. Caderno de Texto. Cuiabá: ano 2011. 23 p.
- ✓ IX Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **(Re) significando os planos de educação para a garantia da gestão democrática e de currículo inclusivo no contexto escolar**. Caderno de Referência. Cuiabá: ano 2014. 79 p.
- ✓ X Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso – Tema: **O Desafio da Construção de uma Escola Unitária no Contexto das Relações de Trabalho**. Caderno. Cuiabá: ano 2017. 22 p.

Após esse trabalho de busca nos arquivos da entidade, decidimos trabalhar com a análise dos cadernos de texto. Sendo que eles estão entre o material de análise, e enfatizamos que o diálogo com esse material será para compreendermos como as atividades do SINTEP/MT têm contribuído para a formação dos profissionais da educação que frequentam essas atividades, em especial os congressos e os encontros estaduais realizados pelo SINTEP/MT.

Além dos cadernos de texto, outra decisão foi possível nesse caminhar pelo labirinto de coleta de material para análise, sendo ela a realização das entrevistas, material que também compõe nosso acervo de análise de pesquisa.

Nos dois próximos tópicos apresentamos os conteúdos dos cadernos e entrevistas, nosso olhar está direcionado à análise dos conteúdos escritos nos cadernos e nas falas dos entrevistados. Buscamos promover a reflexão à luz do nosso método de análise crítica dos dados por meio do *Ciclo de Políticas*, sobre o qual já discorremos anteriormente, no Capítulo 1.

3.3 - Cadernos de textos: que temas e que contextos estão presentes?

Os cadernos que foram selecionados para a investigação e que serviram de base para a análise desta pesquisa totalizam dez unidades. O primeiro olhar sobre esse material foi com vistas a verificar como os textos foram estruturados.

Podemos dizer que a estrutura dos cadernos não mudou durante o período de anos em que foram produzidos (1998 - 2016). Esse olhar nos permitiu ver quais temas foram debatidos em cada congresso. A esse respeito, notamos que ao longo

dos anos, as seções foram ganhando mais subtemas. Os cadernos estão organizados da seguinte maneira:

Quadro 08 – Estrutura dos cadernos de textos dos congressos (1998-2014)

Seção	Subtemas	Resumo
Conjuntura	Internacional; Nacional; Estadual.	Os textos conjunturais são análises ligadas às ações políticas e econômicas do Brasil e do mundo e suas implicações para a classe trabalhadora. Apresenta os contextos internacional, nacional e estadual.
Balanco sindical	Pagamento de juros; Ações jurídicas; Profissionalização funcionários; Gestão democrática; Campanha salarial; Conselhos deliberativos; Sistema único; Financiamento educação; Eleições SINTEP/MT.	Apresenta como estão o andamento das atividades referentes a temas específicos, mostrando se houve avanço ou não e faz proposições para o enfrentamento da categoria nas mobilizações.
Política Educacional	Reforma educacional; Financiamento; PNE; Política estadual; Direito a educação; Organização escolar e curricular; Formação e valorização; Direitos da Carreira; Piso salarial; Diretrizes de carreira; Política salarial; Aposentadoria; Regime de colaboração; Qualidade na educação; Modalidades de ensino; Desafios da rede municipal; Saúde do trabalhador; PNE, PEE e PME; Qualidade na aprendizagem.	Debate dos diversos temas que estão entrelaçados com as políticas educacionais. Ao longo dos anos os temas foram ganhando agenda sindical. Esse é um tema que também transversaliza as políticas permanentes pelas suas pertinências ou pela sua hibridização.
Políticas permanentes	Igualdade de gênero; Diversidade sexual; Combate ao racismo e toda forma de discriminação; Meio ambiente; Educação inclusiva; Alimentação escolar; Juventude e movimento sindical;	As políticas permanentes estão ligadas às políticas educacionais, são temas que estão sempre em efervescência, por tratarem de questões das minorias que estão excluídas e que lutam pela universalização de direitos.

Plano de lutas	Lutas gerais; Lutas específicas;	O plano de lutas pontua as lutas gerais dos movimentos sociais e sindical e a lutas específicas da organização, tanto para rede estadual como para as redes municipais.
Estatuto	Estatuto;	Reforma/atualização estatutária.

Fonte: organizado pela autora

A forma como o SINTEP/MT vem organizando os cadernos de texto para seus congressos mostra quais temas são debatidos durante essas atividades formativas. Observamos que há uma linearidade nos cadernos, em relação às seções. Contudo, durante os anos, novos subtemas foram se agregando aos debates.

Primeiro notamos em relação às políticas sindicais, temas como: diretrizes de carreira, regime de colaboração, qualidade na educação, desafios da rede municipal, saúde do trabalhador, PNE, PEE e PME vão aparecendo paulatinamente nessas sessões e passam a integrar debates nos últimos congressos.

Os cadernos ganharam uma seção chamada políticas permanentes a partir de 2010 e os subtemas específicos foram aparecendo aos poucos, no ano de 2010 os seguintes subtemas são abordados: igualdade de gênero, diversidade sexual, combate ao racismo e toda forma de discriminação. No congresso seguinte, em 2013, essa seção ganhou mais quatro subtemas, sendo eles: meio ambiente, educação inclusiva, alimentação escolar e juventude.

As seções, plano de lutas e estatuto, mantêm uma linearidade em todos os cadernos analisados. No plano de lutas podemos verificar que as ações do sindicato foram se intensificando a cada ano, é possível perceber que há um volume maior de demandas dos sindicalizados. As questões inerentes às mudanças estatutárias ocorreram em todos os congressos e não analisamos os conteúdos, visto que se trata de questão de cunho administrativo.

Os cadernos de texto dos Encontros Estaduais do SINTEP/MT que conseguimos foram três, um de 2011, um de 2014 e outro de 2017; verificamos que esses cadernos não possuem a mesma estrutura dos cadernos de congressos. Os

textos dos encontros focam em debater um tema em específico, relacionados às políticas educacionais e conforme o mote adotado, especialmente para o encontro. Os temas foram: “Demanda da educação e organização curricular: a escola de fases não é a que queremos” (2011), “ (Re) significando os planos de educação para a garantia da gestão democrática e de currículo inclusivo no contexto escolar” (2014) e “O Desafio da Construção de uma Escola Unitária no Contexto das Relações de Trabalho” (2017).

O escopo dos textos dos congressos e dos encontros estaduais tem sido uma maneira de provocar a reflexão dos filiados acerca dos temas debatidos. Ao trazer à esteira da reflexão temas como: currículo, planos de educação, gestão democrática e escola unitária, o sindicato demarca suas intenções e suas concepções, por meio do texto e, conseqüentemente, atua no contexto da influência e da prática.

Para as mesas de interesse são convidados palestrantes especializados e estudiosos do assunto, que tenham concepções que coadunem com as defesas da organização, visto que os temas devem ser os escolhidos pela organização de eventos. Essas mesas encarregam-se da análise da conjuntura da realidade política e econômica-social do Brasil e do mundo e toma como perspectiva teórica às formulações do Materialismo histórico-dialético que se torna instrumento revelador das contradições do sistema capitalista, na busca por retirar desses conteúdos elementos para a luta no plano ético-político.

Nos últimos anos, as falas das mesas de interesses são transcritas e publicadas na revista do SINTEP/MT, “Novos Rumos”. Com essa ação é possível ver o contexto da influência da produção de textos, pois o material serve de suporte teórico para pesquisas e debates dos filiados e do público geral da educação.

Em nosso entendimento, esse movimento de trazer o filiado para as atividades e desencadear os debates de forma reflexiva, produzir textos escritos e criar pautas de debate é uma forma de repercutir nas práticas pedagógicas de quem está passando por essa experiência. Ao analisar os cadernos constatamos que há uma organização no processo de política de formação, passando do plano conjuntural a questões da luta cotidiana da categoria que interfere na práxis do profissional da educação.

As falas dos entrevistados mostram como suas atividades como profissional mudaram a partir da participação nas atividades do SINTEP/MT, o que nos permite visualizar os contextos da influência e da prática imbricados nas ações da organização. A mudança de postura ocorre não só como profissional, mas também como pessoa.

Exposto o que encontramos referente à estrutura e conteúdo dos cadernos de textos que serviram de base para os debates, durante os congressos e encontros, ficamos diante de uma ampliada tarefa, compreender como esses textos foram construídos e como no contexto da prática e da influência eles foram se desenhando.

Nossa intenção em destacar esses pontos é ampliar a capacidade de compreender como se dão esses contextos formativos, que são os conselhos de representantes, os seminários, os congressos e os encontros realizados pelo SINTEP/MT, nos últimos anos, além de perceber como os contextos do *Ciclo de Políticas* estão presentes nessas atividades do sindicato.

Diante dessa magnitude de temas, que levantamos nos cadernos de texto dos congressos e encontros, o desafio foi ouvir os sujeitos da pesquisa, e depois juntar o material para análise, como forma de compreender como ocorre o movimento dos *contextos* do *Ciclo de Políticas* no material levantado durante a pesquisa.

3.4 - Entrevistas: conhecendo e explorando o conteúdo e os contextos das entrevistas

As entrevistas foram realizadas, estrategicamente, durante as atividades do SINTEP/MT, em Cuiabá, em 2018, com isso ampliamos o nosso campo de pesquisa e não tivemos custos de deslocamento nem da pesquisadora nem dos entrevistados. Os eventos foram: Conselho de Representante realizado em junho de 2018, na sede da organização, em que foram efetuadas seis entrevistas, sendo os participantes: dois professores, dois Técnicos Administrativo Educacional e dois Apoios Administrativo Educacional.

No Conselho de Representantes, realizado em agosto de 2018, na sede da organização, realizamos cinco entrevistas, sendo os participantes: três Professores, um Técnico Administrativo Educacional e um Apoio Administrativo Educacional. Por fim, no Encontro Estadual Extraordinário realizado em setembro de 2018, nas dependências do Hotel Fazenda Mato Grosso, realizamos quatro entrevistas com Professores.

Realizar todas as entrevistas em eventos realizados em Cuiabá, fator determinante para ouvirmos filiados de diferentes partes do estado, obedecendo aos critérios de seleção dos entrevistados, descritos anteriormente. Ressaltamos que não houve nenhuma negativa aos convites para contribuir com a pesquisa, todos se dispuseram imediatamente à solicitação. Apenas, tivemos que marcar os momentos e escolher um lugar apropriado, no qual fosse possível gravar as falas sem interferência de ruídos externos.

Todos os áudios das entrevistas foram transcritos para que pudéssemos analisar as falas, conforme nossa proposta metodológica. Como utilizamos a entrevista semiestrutura, todas as transcrições foram separadas em blocos de perguntas, dessa forma pudemos observar e destacar que pontos emergentes foram confluentes entre as falas e quais assuntos foram destaque na fala dos entrevistados, o fato de destacar quais pontos se repetiram, buscou valorizar a informação como um dado que merece reflexão, e perguntarmos, por que esses assuntos se destacaram? Por que outro ponto somente alguns entrevistados mencionaram? As falas estão relacionadas aos dados documentais?

Passaremos, agora, a expor como cada entrevistado respondeu às perguntas do roteiro em anexo neste trabalho (apêndice 04), os entrevistados tiveram a liberdade de tratar a pergunta de forma aberta, dentro do conhecimento sobre o tema. Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não faremos a identificação dos entrevistados, as falas serão identificadas por números 01 a 15.

Nosso trabalho de tratamento dos dados ocorreu em dois momentos, o primeiro olhar buscou, nos cadernos de textos, quais temas foram tratados, recorrentemente, no sindicato, como já expusemos no tópico anterior. Em seguida, lançamos nosso olhar para o conteúdo das falas dos entrevistados, destacamos o que sobressaiu em cada pergunta. O referido trabalho foi realizado para possibilitar

a compreensão por meio de indicativos que aparecem nos temas tratados nos encontros, destacamos nas falas dos entrevistados.

Produzimos uma tabela com todas as transcrições das falas para cada pergunta de nosso roteiro de entrevistas. Assim, todas as respostas de cada entrevistado a cada pergunta ficaram juntas, na coluna do lado direito fizemos os destaques nas falas, que foram resumidos, em no máximo duas palavras. Após catalogá-los nesse quadro, buscamos aglutiná-los por afinidade, assim elencamos as categorias por meio de destaque que serviram para a eleição dos eixos de análise.

Após esse trabalho com as entrevistas, buscamos relacionar os temas que sobressaíam nas falas com os temas que foram tratados nos cadernos, de textos dos sete congressos e dos três encontros e que já aparecem aglutinados. Essa foi uma estratégia que criamos para visualizá-los,

[...] a abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais. [...] os pesquisadores que tomam tal abordagem como referencial teórico-analítico precisam refletir sobre as questões que poderiam ser incluídas na análise (MAINARDES, 2006, p. 58).

A partir de significados e sentidos que encontramos nas falas dos entrevistados e nos textos observados, apontamos e incluímos os eixos que elegemos como centrais, que serão nossas categorias para a análise crítica dos dados, sobre as quais nos debruçamos para compreensão de seus contextos e que surgiram a partir da leitura dos cadernos de textos e dos destaques que fizemos nas falas dos entrevistados, os temas que emergiram dessa análise foram:

- ✓ Carreira, direitos e valorização profissional;
- ✓ Formação crítica e desenvolvimento profissional;
- ✓ Legislação educacional;
- ✓ Conjuntura política;
- ✓ Diversidades nas políticas educacionais.

Após nomear os cinco eixos em destaque, sentimos a necessidade de verificar se as falas se inter-relacionavam com os temas dos cadernos de textos, verificamos que algumas falas repetiam temas dos cadernos, a partir dessa descoberta, a decisão foi avançar para saber se as questões tratadas nos cadernos

dos congressos e encontros apareciam nas falas de nossos entrevistados, sendo possível fazer uma inter-relação entre os dados e, posteriormente, uma análise com base nos contextos do *Ciclo de Políticas*.

Ao fazermos essa catalogação e separação, constatamos que os conteúdos dos cadernos estavam presentes nas falas, esse é um indicativo que os temas trabalhados em congressos, encontros, seminários e outras atividades são de conhecimento dos entrevistados que participam dessas atividades, dando-nos o entendimento de que as atividades formativas proporcionadas contribuem para formação, outro ponto que consideramos importante é o que os entrevistados afirmam ter mudado a forma de relacionar-se com as pessoas tanto de seu ambiente de trabalho como de sua vida social.

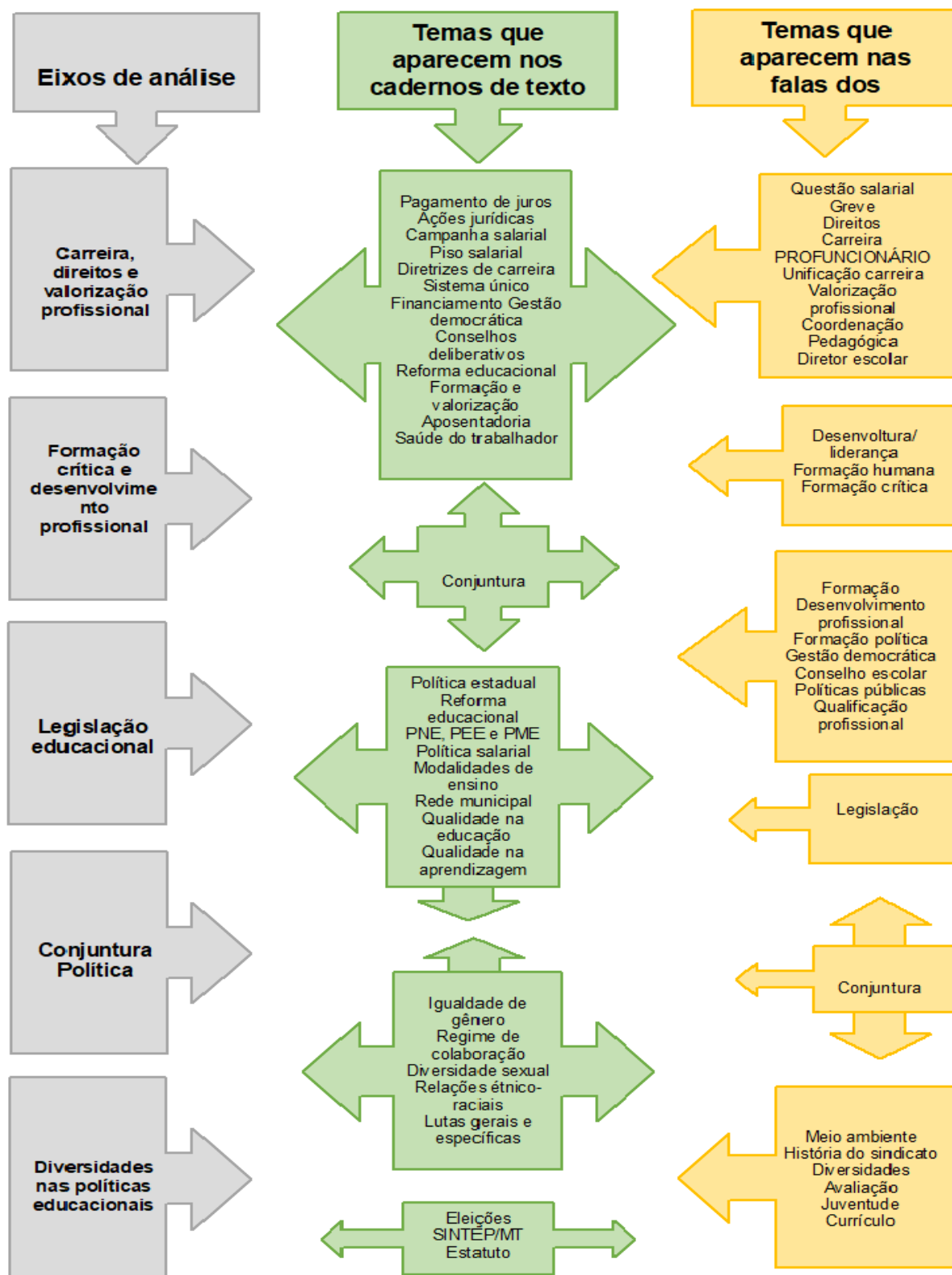
Para termos um olhar panorâmico sobre os assuntos tratados nos cadernos e o conteúdo das entrevistas, fizemos um exercício para saber quais eixos se destacam e quais temas eram pertinentes aos eixos eleitos para nossa análise. Como já falamos os eixos foram destacados a partir do conteúdo das entrevistas e dos conteúdos dos cadernos dos encontros e congressos, ficou perceptível que as falas tinham inter-relação com os conteúdos abordados nos cadernos de texto, diante disso começamos a rascunhar um gráfico que após diversos momentos de análise para sua construção, mostrou aquilo que estávamos buscando em nossa pesquisa, saber se os conteúdos abordados nos encontros formativos eram absorvidos pelos participantes nesses encontros.

A seguir, organizamos um gráfico para mostrar as ligações entre os eixos que elegemos como principais de nossa análise, os conteúdos encontrados nos cadernos de textos e nas falas transcritas das entrevistas.

O objetivo é fazer esse paralelo entre as três colunas, para visualizarmos esse emaranhado que se entrecruza em um movimento comutativo, pois, temos assuntos que se inter-relacionam com mais de um eixo de análise, mostrando que esse movimento não é linear e sim um movimento comutativo e que aparece em diversos momentos e em diversos contextos.

Essa inter-relação que aparece nesse gráfico mostra como há uma ligação entre os temas abordados nos encontros e congressos e a falas dos entrevistados.

Gráfico 01 – Inter-relações dos dados levantados nas falas e nos cadernos de texto



Fonte: organizada pela autora

Olhando para este gráfico é possível verificar que os temas que o SINTEP/MT tem trabalhado em suas atividades coletivas, aparecem nas falas dos entrevistados, mostrando que os conteúdos abordados contribuem para as práticas pedagógicas desses profissionais, visto que há por parte dos entrevistados relatos de mudanças em suas atividades no contexto escolar.

Temas como conjuntura e diversidades aparecem nas falas como indutor de suas práticas, que passaram a ser reflexivas devido ao conteúdo formativo, podemos observar uma práxis, qual seja, o relato de viver o que acredita e o que aprendeu nas atividades do sindicato.

Os entrevistados falam de uma aproximação maior entre o que se acredita e o que se faz, buscando relações mais humanizadas como forma de transformação da realidade por meio de ações e práticas que sejam coletivas, baseadas no respeito e na tolerância em face do diferente com vistas a um mundo melhor.

Continuamos a nossa análise, agora focada no conteúdo das entrevistas a partir dos cinco eixos apresentados. No que tange ao eixo “Carreira, direitos e valorização profissional”, as entrevistas mostram que o tema está entre os mais recordados. Tal aspecto aparece, por exemplo, entre os motivos pelos quais o ato de sindicalizar-se ocorreu, os excertos apontam para isso:

[...] em 2009 com a rede municipal muito desgastada, **questão de salário, questão de PCCS** que não tinha, né? E aí a gente (re...) eu resolvi encampar a luta lá. (Entrevistad@ - 02, 2018, *grifo nosso*)

[...] nós estávamos tendo na época, da questão toda que tava acontecendo no Estado... a **luta por melhorias na carreira**, me levou a estar filiando também, a participar. (Entrevistad@ - 05, 2018, *grifo nosso*)

Foi... na época, eles... o Sintep estava organizando no meu município o **plano de carreira** e aí eu gostei, analisei, gostei e percebi que precisava de mim na luta, que eu era importante na luta como eu pra fazer o coletivo, então eu me filiei. (Entrevistad@ - 07, 2018, *grifo nosso*)

E aí teve essa **greve** e daí a gente veio pra Cuiabá, falaram “ó, tem que ir alguém e tal, então você pode ir?” “Posso”. E aí que eu me deparei com toda aquela situação que não tinha noção nenhuma de nada e de repente falaram assim “olha, quem veio não vai voltar” nós levamos um susto, “mas como?” “Não, tem que se virar, mandar alguém trazer roupa e tal” nós enfrentávamos, né, no primeiro momento já enfrentamos esse embate. (Entrevistad@ - 15, 2018, *grifo nosso*)

As respostas sobre os motivos para a filiação convergem para um dos temas que elegemos como eixo de análise, que é “Carreira, direitos e valorização

profissional”, mostrando que a carreira, os direitos e a valorização profissional são questões importantes para levar um profissional da educação a filiar-se ao sindicato. Sendo essa uma das razões não somente de filiação, mas também de engajamento na luta e na participação das atividades promovidas pelo sindicato.

Sobre a “formação crítica e desenvolvimento profissional”, observamos que esse eixo aparece em diversos momentos nas falas, apontando que o sindicato os fez mudar a visão em relação as mais diversas situações, dando-lhe a possibilidade de questionar aquilo que chega como verdade pronta. Tendo em vista nosso enfoque teórico, a pedagogia crítica aponta que essa é uma das capacidades dos sujeitos que se emancipam por meio da problematização.

Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel (FREIRE, 1987, p. 8).

O despertar criticamente para o papel de educador é uma possibilidade de sair da ignorância e libertar-se, construindo uma visão de mundo diferente da que se tinha antes, na qual o seu olhar, que era ingênuo, vai sendo substituído por um olhar capaz de questionar para além das aparências.

Inqueridos sobre como o sindicato tem contribuído para sua formação, as respostas foram de que o sindicato de alguma forma contribui para a formação, seja ela pessoal ou profissional. Destacamos as seguintes repostas:

Muito... Porque através do Sintep, das formações, eu fui tendo **mais conhecimento**, mais... sabendo da minha... **meus direitos, os meus deveres**. (Entrevistad@ - 01, 2018, *grifo nosso*)

É uma... é uma faculdade, **eu tenho assim, o Sintep como uma faculdade**, porque é formação dia a dia, informação das políticas públicas, você expandir o seu conhecimento sobre a política, o conhecimento de como lidar lá com os companheiros, de como orientar os companheiros. Então assim, é imenso o conhecimento que a gente adquiri aqui no Sintep. (Entrevistad@ - 02, 2018 *grifo nosso*)

Então, **me abriu os olhos também** pra muitas leis que às vezes a gente deixava de tá lendo e **hoje em dia a gente tem o conhecimento mais embasado e podendo tá contribuindo também com os outros profissionais**. (Entrevistad@ - 03, 2018, *grifo nosso*)

Eu tinha uma noção assim, um pouco que dispersa da ideia de luta de classe, principalmente, **não tinha essa noção da luta de classe relacionada com a política, não era muito de fazer política** e isso... esses períodos **de formação** (sindical), de encontros que tínhamos, de encontro de representante de formação lá na base, isso me ajudou bastante. (Entrevistad@ - 04, 2018, *grifo nosso*)

Porque **eu acredito que tudo** que nós vemos aqui, tanto aqui quando você vem aqui, você participa, **não só das formações, mas até mesmo dos conselhos, das análises de conjuntura que são feitas** da... toda questão que é colocada aqui, ela te acrescenta, não só pra luta, mas pessoalmente também, que eu acredito que isso me fez crescer muito, nos dois sentidos. (Entrevistad@ - 05, 2018, *grifo nosso*)

Na minha **formação** o Sintep, ele tem contribuído porque ele me fez **perceber a importância do funcionário dentro da unidade escolar**, ele... ele me fez perceber que eu preciso ter qualidade no meu serviço, no meu trabalho, ter responsabilidade que eu lido com pessoas, que **eu também educo dentro do ambiente escolar**. (Entrevistad@ - 07, 2018, *Grifo nosso*)

[...] ele deu um **novo olhar, um novo** horizonte para aquilo que eu almejava pra minha vida. (Entrevistad@ - 08, 2018, *grifo nosso*)

[...] **a gente vê que a educação, ela é muito mais que a gente imagina, né?**(Entrevistad@ - 09, 2018, *grifo nosso*)

[...] **com as formações do sindicato você aprende a observar e separar, né? O que realmente é enganação**. (Entrevistad@ - 10, 2018, *grifo nosso*)

Me **trouxe um novo significado**. Como eu te falei, eu vim pro sindicato completamente crua, vamos dizer assim, **sem noção do que que era um sindicato**, quais que eram as funções, o que que era o militar de verdade. Com **o sindicato eu aprendi, tudo o que eu sei hoje eu devo ao meu sindicato**. (Entrevistad@ - 11, 2018, *grifo nosso*)

E foi num congresso do Sintep que **eu percebi que a gente tem que pensar** que a gente é **além daquilo que a gente faz**. (Entrevistad@ - 12, 2018, *grifo nosso*)

Ter uma visão de mundo que eu não tinha, a questão política que eu não tinha muita relação assim, pra mim política não tinha nada a ver com a minha vida, era algo separado, era só política partidária, né? (Entrevistad@ - 13, 2018, *grifo nosso*)

[...] **formação enquanto pessoa, enquanto cidadã, enquanto profissional, enquanto conteúdos**, né? Pra você trabalhar, pra não ficar atrelado em livro didático[...] (Entrevistad@ - 14, 2018, *grifo nosso*)

As falas nos remetem às questões da formação e do desenvolvimento profissional, com um viés crítico reflexivo, capaz de fazê-los questionadores, enquanto pessoa e enquanto profissional, os significados das questões inerentes aos atos de ensinar e aprender, indagando o que está posto como verdade absoluta.

A maioria respondeu que o sindicato contribui para sua formação pessoal, profissional e política, direcionando um olhar crítico para sua realidade. Ao participar dos momentos coletivos do sindicato passaram a fazer uma leitura crítica da realidade, possibilitando o trabalho coletivo no espaço escolar.

Ainda, no eixo “formação crítica e desenvolvimento profissional”, ao indagarmos sobre quais temas, discutidos pelo SINTEP, os entrevistados consideraram relevantes para sua formação profissional e insistirmos para que pelo menos um fosse citado, obtivemos respostas diversas:

O **Profucionário**, né? A formação é do **Profucionário** que é uma coisa que o Sintep sempre tá correndo atrás. (Entrevistad@ - 01, 2018, *grifo nosso*)

Essa questão mesmo da... da **história do sindicato**, né? De... da militância. Só tendo conhecimento mesmo do que que... de como que foi conquistado os nossos direitos e como nós temos que lutar pra manter eles que a gente percebe quão importante o sindicato hoje em dia. (Entrevistad@ - 03, 2018, *grifo nosso*)

A **consciência de classe**. Eu trabalho com sociologia no ensino médio e a tecla é sempre essa, consciência, consciência, o **conhecimento da sociedade, as suas instituições**, saber quais as instituições, o problema de cada uma delas, o problema de uma delas que faz com que as outras não caminhe. (Entrevistad@ - 04, 2018, *grifo nosso*)

Eu acho que, principalmente, todo esse trabalho que é feito em todo o início de encontro, em todo início de formação, de congressos, seminários que nós temos, a **análise geral (análise de conjuntura)** do que tá acontecendo a nível internacional, a nível nacional, a nível estadual. (Entrevistad@ - 05, 2018, *grifo nosso*)

Um tema que garante eu enquanto servidor, que chama a permanência da **gestão democrática** nos espaços escolares. (Entrevistad@ - 06, 2018, *grifo nosso*)

É... quando a gente trata de profissionalização, **formação do profissional**, esses temas, eles... eles são muito importantes porque com a **qualificação e formação** é que a gente percebe... que a gente melhora a nossa prática. Então depois da formação que eu penso que vem a **valorização**, porque a valorização pra mim, ela é consequência de um bom trabalho. (Entrevistad@ - 07, 2018, *grifo nosso*)

O de **funcionários**. ((risos)) Os de funcionários sem dúvida, mas também da **juventude**, ele... também, ele é bem significativo, né? Uma vez que nós temos que formar legados. (Entrevistad@ - 08, *grifo nosso*)

Então, o que eu acho importante é que às vezes a gente não debate só coisas relacionado a nós professores, né? A gente... como a gente tem a **inclusão dos profissionais dentro dos debates**, a gente pode ir mais além do que só falar de educação dentro de sala de aula, **a gente fala em educação em outras perspectivas**, né? [..]A gente fala de **diversidade**, a gente fala de... diversos aspectos. **Eu acho que nem a própria Seduc tem um espaço de formação igual a gente tem no Sintep Mato Grosso, né? Não se fala tanto em educação como se fala no Sintep Mato Grosso, né? E a gente fala da educação pra vida, né? Pra tudo.** (Entrevistad@ - 09, 2018, *grifo nosso*)

Uma vez eu participei de um congresso no hotel fazenda e lá teve as mesas, e a minha mesa, eu não lembro o número da mesa, mas falou sobre a **formação de profissionais no chão da escola**. É um tema que eu... tem

parte que eu adotei como lema pra mim. (Entrevistad@ - 11, 2018, *grifo nosso*)

Tema? Tema como assim... Dos temas, tipo **currículo...avaliação... gestão democrática?** (Entrevistad@ - 12, 2018, *grifo nosso*)

Olha, em relação à minha base lá... eu gosto muito de quando trabalha a questão da educação, né? Vinda pra minha área, quando trabalha sobre a **questão de saúde**, quando trabalha a questão de... do início do encontro, eles têm essa... **Análise de conjuntura**. (Entrevistad@ - 13, 2018, *grifo nosso*)

Eu gosto muito **das conjunturas**, né? Gosto também de quando... quando... porque não é só um palco que me traz conhecimento [...] (Entrevistad@ - 14, 2018, *grifo nosso*)

Eu acho que os temas são bastante relevantes, são temas importantes, a gente sentir a ausência dessa **questão étnico/racional**, né? E o sintep trouxe. (Entrevistad@ - 15, 2018, *grifo nosso*)

A diversidade de temas que aparece nas repostas mostra como os temas trabalhados são variados, porém há destaque para a análise de conjuntura, mostrando o quanto é necessário ao educador conhecer o contexto político, econômico e social em que ele está inserido e como a sociedade está envolvida em interesses de grupos hegemônicos.

Continuando nossa análise das falas que emergiram no eixo “formação e desenvolvimento profissional”, principalmente relacionando ao questionamento: O que de sua prática pedagógica o entrevistado acha que aprendeu no sindicato. As respostas foram:

Nossa, **questão humana é fundamental**, questão humana pra quem leva... porque você não vê o companheiro de forma diferente dentro da educação, e isso é imprescindível porque todos nós dentro da educação [...] de se **relacionar e respeitar com as pessoas**. (Entrevistad@ - 02, 2018, *grifo nosso*)

Muita coisa hein? Respeito. Principalmente **o respeito, a minha relação interpessoal com os meus colegas**. Eu fui um profissional no início de carreira muito controverso, muito abrupto. (Entrevistad@ - 03, 2018, *grifo nosso*)

A **desenvoltura pra poder trabalhar**, bastante discernimento pra colocar na boca, nas palavras, né? Aquilo que deve ser dito em determinado momento pra determinadas pessoas, para os alunos, pra que realmente essa aprendizagem de reconhecimento **como pessoa, como cidadão** venha acontecer, pra ter aquela tomada de ação pra agir, né? Dentro da sociedade. (Entrevistad@ - 04, 2018, *grifo nosso*)

Eu acho que muitas vezes até **mais desenvoltura pra falar** dentro das próprias reuniões que acontecem na escola isso traz pra gente, aquela... aquela questão assim, às vezes até mais segurança no debate, principalmente quando você participa bastante e você tem um

entendimento, então **você fala com mais segurança**. (Entrevista@ - 05, 2018, *grifo nosso*)

O sindicato, ele abre os horizontes nosso, entendeu? E esse **enxergar** que você começa lá no chão da escola a ver os espaços que você tem que também participar, tem que fazer debate, isso é promovido por... pelo sindicato, pelas participações nossas aqui no sindicato. (Entrevistad@ - 06, 2018, *grifo nosso*)

Eu aprendi no sindicato que a forma com que eu recebo o pai no portão vai dizer se ele vai voltar ou não na escola. [...] eu... eu sou capaz de... de visualizar ali aquela criança que sofre abuso, por que que ela chegou atrasada, quem vem deixar ela hoje, quem tá buscando ela na escola amanhã, a criança que não se alimenta, eu sou capaz de saber isso, né? Através da formação no sindicato. (Entrevistad@ - 07, 2018, *grifo nosso*)

[...] você aprende no sindicato a **questão do coletivo**, né? Você aprende muito essa **questão de respeitar as diversidades**, você aprende muito a questão de... de **trabalhar pelo coletivo e não por uma questão individual**, né? (Entrevistad@ - 10, 2018, *grifo nosso*)

É... o Sintep é sim, fundamental na minha formação. **Eu costumo dizer que a minha... as minhas graduações não foram tão importantes, tão fortes como ser do Sintep.** (Entrevistad@ - 12, 2018, *grifo nosso*)

Principalmente questionar.... Porque assim, eu era uma pessoa muito quieta, né? Tudo que falava, “temos que fazer isso” vinha um documento da Seduc, “é isso, vamos fazer”. Hoje não, né? E eu tento colocar isso nos nossos colegas lá na sala onde eu estou, na escola onde eu estou. “Não, mas por quê?” A gente pergunta, “por quê? Realmente tem que ser feito desse jeito?”. “Não”. (Entrevistad@ - 13, 2018, *grifo nosso*)

[...] eu venho trazendo pros alunos às vezes dentro do conteúdo o próprio **conteúdo da história das guerras, das organizações sociais**, ele me dá essa abertura pra eu trazer junto nesse bojo a questão da minha formação no sindicato. (Entrevistad@ - 14, 2018, *grifo nosso*)

A questão da relação com os demais colegas, né? A questão de você firmar uma postura daquilo que você defende, firmar uma postura daquilo que você defende e você conseguir passar pros outros e de você respeitar a posição dos outros, né? [...] **De trabalhar a contradição, de conviver e de manutenção do respeito às diferenças, né, e seguir, né?** (Entrevistad@ - 15, 2018, *grifo nosso*)

Quanto às respostas referentes à prática pedagógica, acerca do que contribuiu para o crescimento pessoal e profissional no sindicato, os destaques foram à formação humana, no que se refere ao respeito às diferenças, respeito ao próximo, ao diálogo, fio condutor para debater as contradições. A maior parte dos entrevistados disse que após frequentar o sindicato sua capacidade em compreender o mundo e o outro ganhou outra dimensão, passando a vivenciar isso como práxis.

[...] os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1987, p. 11).

Humanizar-se é também mudar as práticas como educador, buscando um novo modo de agir no mundo, seja como profissional ou como pessoa. Segundo Paulo Freire, a Pedagogia Humanista e Liberadora tem dois momentos distintos,

[...] o primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se nas práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 23).

Esse comprometimento com a práxis da transformação é muito presente nas falas dos entrevistados, o modo de viver, o respeito, o reconhecimento que há nas diferenças e nas relações ou nas diferentes relações tanto no espaço escolar como na vida cotidiana. Entendemos que, nesse sentido, os educadores mudaram a práxis em face do contexto social. Algo que, como afirmam, aconteceu após intensa participação nas atividades do sindicato.

Sobre o que o entrevistado acha mais importante entre o que o sindicato tem discutido, aparece o eixo “legislação educacional”, “conjuntura política e econômica” e “diversidades e políticas educacionais”. As respostas a essa questão, em específico, transitaram por esses três eixos que estão entre os cinco²⁶ que elegemos como centrais para nossa análise. Destacamos a seguir partes das falas mais importantes:

Nossos **direitos como classe trabalhadora**, que o sindicato sempre tá fazendo essa [...] (Entrevistad@ - 01, 2018, *grifo nosso*)

Análise de conjuntura, entendeu? Então, a análise de conjuntura, ela é muito importante e ela é uma formação [...] (Entrevistad@ - 02, 2018, *grifo nosso*)

A questão das nossas perdas dos **nossos direitos** que já foram conquistados [...] (Entrevistad@ - 03, 2018, *grifo nosso*)

²⁶ Os eixos de análise desta pesquisa são: Carreira, direitos e valorização profissional; Formação crítica e desenvolvimento profissional; Legislação educacional; Conjuntura política; Diversidades e políticas educacionais.

A **luta de classe**, a **formação do profissional** pra entender o seu lugar, onde você deve ser o protagonista [...] (Entrevistad@ - 04, 2018, *grifo nosso*)

[...] a questão da **valorização, da questão de direitos**. Então eu vejo assim, isso é muito importante porque, infelizmente, nós temos muitos colegas que não estão informados disso [...] (Entrevistad@ - 05, 2018, *grifo nosso*)

Agora eu relevo a questão da **valorização profissional**. Não é o principal do sindicato agora, mas é um dos temas que tem bastante relevância [...] (Entrevistad@ - 06, 2018, *grifo nosso*)

[...] é a **formação e a valorização profissional**, porque a valoro... a formação vai garantir todas as outras... os outros quesitos, né? (Entrevistad@ - 07, 2018 *grifo nosso*)

Ambiental, diversi... **diversidade** conforme já citamos, né? **Cultural, Mulheres**. Entrevistad@ - 08, 2018, *grifo nosso*)

Conjuntura, é, do que que tá acontecendo a nível nacional, o que que tá interferindo na nossa educação [...] (Entrevistad@ - 09, 2018, *grifo nosso*)

O debate do **currículo**. Da **avaliação**... tudo que faz parte da **política** [...] (Entrevistad@ - 10, 2018, *grifo nosso*)

O embasamento maior que eu tive foi da **formação sindical**. (Entrevistad@ - 12, 2018, *grifo nosso*)

[...] é como se fazer uma **análise de conjuntura**, né? É muito difícil você falar o que que é mais importante porque tudo depende do momento que você tá vivendo, né? (Entrevistad@ - 13, 2018, *grifo nosso*)

Questão de **gênero, negro, a questão do indígena**. (Entrevistad@ - 14, 2018, *grifo nosso*)

Olha, **a questão do currículo** eu acho assim de extrema importância [...] **A questão das legislações** que o Sintep ele faz muito bem. (Entrevistad@ - 15, 2018, *grifo nosso*)

Ao tentarmos saber o que de mais importante o sindicato tem discutido, as respostas foram múltiplas, aparecendo os seguintes temas: Direitos, Conjuntura, Formação Política, Valorização, Meio ambiente, Diversidades, Currículo, Avaliação, Formação Sindical e Legislação. Os temas que aparecem são diversificados e se relacionam com mais de um eixo dos que selecionamos para nossa análise.

Essa variedade de temas na fala dos entrevistados mostra como o sindicato tem ampliado seus debates para além das questões de carreira e valorização profissional. O sindicato mostra não ter uma visão unilateral, mas uma visão das diversidades sociais e culturais.

Ao indagar os entrevistados sobre o porquê de sindicalizarem-se, as respostas apresentaram diversos motivos, conforme destacamos anteriormente, entre eles estão as questões salariais, busca por mudanças, necessidades da carreira, formação política, ideal por educação, greve e amigos. Algo que nos chamou a atenção foi que sete entrevistados disseram que o motivo pela filiação foi a amizade, mostrando que as relações de confiança e amizade que os profissionais adquirem no espaço escolar são importantes para a adesão ao sindicato. Cabe destacar que a práxis desses que são engajados na luta sindical torna-se o diferencial para que aconteça a adesão da filiação.

Ao considerar o apoio de amigos no desenvolvimento das aprendizagens dos profissionais da educação, notamos essa importância, visto que “as amizades críticas se baseiam em parcerias práticas, as quais aparecem voluntariamente, pressupõem uma relação entre iguais e têm origem numa mesma tarefa comum resultante de uma preocupação partilhada” (DAY, 2001, p. 79). A relação de confiança entre os pares torna-se fundamental para o desenvolvimento da formação permanente no interior das escolas. A práxis educativa dos sindicalistas está expressa nas vivências, na sua maneira de conviver, tornando-se um dos fatores que possibilita a confiança entre os pares.

O apoio entre os pares – professor iniciante, experiente, gestores, alunos, funcionários e outros – possibilita a construção de sentimentos como: confiança, segurança, comunhão. Esse é um importante elemento da dimensão da constituição profissional, já que a formação continuada se faz também a partir da colaboração, das aprendizagens trocadas entre os sujeitos aprendizes em horários de encontros fora da sala de aula, em momentos de atividades complementares, planejamento, horário de trabalho pedagógico coletivo etc. (FERREIRA, 2017, p. 87).

O diálogo no espaço da escola constitui uma prática formativa dos profissionais da educação, as relações de trabalho transformam-se em relações de confiança e amizade, propiciando melhorias nas relações coletivas da categoria e contribuindo para sua formação desenvolvimento profissional. Além disso, o diálogo no ambiente descontraído da confiança implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e a palavra vivida por aquele que influenciou no ambiente de trabalho.

Perguntamos aos entrevistados se desenvolviam algum projeto na escola, sete responderam que não, porém, oito entrevistados desenvolvem atividades

pedagógicas, além de suas funções, por meio de projetos de leitura, esportes, prevenção ao uso de drogas, alimentação escolar, meio ambiente, relações étnico-raciais e mulheres. Ainda nessas respostas, apareceu que a participação nas atividades do sindicato os incentivou a ter essa iniciativa.

Sobre participação na gestão da escola, apenas um foi só conselheiro por um tempo, mas disse que já está motivado a concorrer nas próximas eleições ao cargo de diretor. Os demais entrevistados já participaram de funções da carreira como coordenador pedagógico, diretor, secretário ou presidente do conselheiro escolar. Apontamos isso como um indicativo de que as mudanças provocadas pelo sindicato em suas vidas fizeram compreender que a participação é uma maneira de intervir na realidade como pessoa e como profissional.

Finalizamos as entrevistas, tentando compreender como os participantes definiam sua participação no sindicato. As respostas foram consideradas pertinentes, nenhum achou que sua participação deixasse a desejar.

A entrevista nos permitiu ver que, no contexto do sindicato, os filiados compreendem que a formação é fruto do encontro coletivo, em que um ajuda o outro, em que todos são formados [educados] simultaneamente, remetendo-nos ao que a pedagogia dialógica de Freire traz como concepção de educação, para a qual “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

3.5 - A formação dos profissionais da educação e o sindicato nos contextos do *Ciclo de Políticas*: inter-relações entre dados e seus contextos

O trabalho de pesquisa nos possibilitou novas experiências e descobertas, foi um trabalho que exigiu rigorosidade metódica, dadas as diversas dificuldades que encontramos. Contudo, isso o tornou instigante. Nesse momento, nos propusemos a caminhar para finalização desta exposição com foco no objetivo de pesquisa, que foi compreender os espaços formativos oportunizados pelo SINTEP/MT, por meio dos dados levantados.

Trabalhamos com a possibilidade de entrelaçar o *Ciclo de Políticas* com a formação dos profissionais da educação no espaço do sindicato, visto que esse é nosso referencial de análise crítica dos dados coletados na pesquisa de campo. Nesta seção é apresentada, portanto, a compreensão daquilo que emergiu da apreciação de tudo que levantamos durante nossa investigação.

Nessa procura nos ancoramos na compreensão no termo “movimento comutativo” usado por (OLIVEIRA, 2008). A autora analisou a proposta curricular da escola Sarã e seus movimentos entre os contextos do *Ciclo de Políticas*. A leitura dessa análise nos fez entender que os *contextos de influência, de produção de texto ou da prática* das políticas se confluem de maneira inter-relacional, concomitantemente ou não, sendo que: “Esses contextos [...] inter-relacionados, não tem uma dimensão temporal ou sequencial e não etapas lineares” (MAINARDES, 2018, p. 3), carregam consigo a possibilidade de se movimentar entre todos os contextos, dentro dos significados encontrados em cada um deles, que envolvem disputa e embates.

O *Ciclo de Políticas* como referencial teórico de análise é “complexo” e “plural” (MINARDES, 2006), o olhar que lançamos sobre os dados levantados é um olhar particular constituído no processo de pesquisa, claro que sem perder de vista seu rigor, o que significa dizer que outros olhares são possíveis. Nosso intuito, nesse sentido, é abrir caminhos para novas descobertas e reflexões pertinentes para o tema pesquisado.

Diante do exposto, nos propusemos a construir nossa trajetória a partir das possibilidades de análise crítica dos dados e, também, de nossas percepções, que são sustentadas pelo método de análise, “[...] a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil [...] permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos” (MAINARDES, 2006, p.58).

A formação dos profissionais da educação conta com orientação por meio de legislação e/ou também por diversos referenciais epistemológicos que podem contribuir para oferecer uma estrutura conceitual para a formação deles. Essa fundamentação legal e teórica está imbricada no movimento dos contextos. Ou seja, o texto legal é constituído e mudado a partir de tensões e acordos que ocorrem dentro dos contextos. Portanto, ao tratarmos das políticas de formação dos

profissionais da educação, percebemos como esse tema está intrínseco aos contextos do *Ciclo de Políticas* e que esse movimentar, “[...] apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e envolve disputas e embates” (MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011, p.157).

Sendo o SINTEP/MT o lócus de pesquisa e a formação dos profissionais da educação proporcionada pelo sindicato o nosso foco, buscamos compreender como os contextos do *Ciclo de Políticas* aparecem nos dados da pesquisa de campo. Esse exercício nos possibilitou ver que o sindicato se apresenta como uma arena e, ao mesmo tempo, é ator entre os “grupos de interesses que disputam os contextos das políticas” de formação.

Delimitamos como fontes de pesquisa os cadernos dos congressos e encontros do SINTEP/MT e as entrevistas com quinze sujeitos. Estas fontes se revelaram extremamente fecundas, exigindo uma complexa tarefa de análise, posto que a formação emerge como tema transversal em contextos múltiplos.

Frente ao exposto, é possível ver a atuação do sindicato em diversos contextos. Porém, existe uma ênfase no *contexto da influência* e no *contexto da prática*. O contexto da influência por ser o lugar de disputa, no qual o SINTEP/MT tem marcado a história, sempre participando dessas arenas que resultam em decisões normativas para a educação. Já o contexto da prática mostra-se sempre presente pelo enfrentamento que os filiados realizam no momento que as normativas e leis chegam na escola, de modo orientado e coletivo há uma interpretação e uma resignificação daquilo que o estado encaminha como normatização da educação, dando sempre movimento ao *Ciclo de Políticas*.

Lembrando que por extensão aparecem também os contextos dos *resultados/efeitos* e o contexto da *estratégia/ação*. Apontamos esses dois últimos, sustentados na afirmação feita por Mainardes (2006), acerca do que Stephen Ball, trouxe recentemente sobre o *Ciclo de Políticas*:

[...] o contexto dos resultados/efeitos é uma extensão do contexto da prática, e o contexto da estratégia/ação política pertence ao contexto de influência, pois é “parte do ciclo do processo através do qual as políticas são mudadas, ou podem ser mudadas ou, pelo menos, o pensamento sobre as políticas muda ou pode ser mudado” (MAINARDES, MARCONDES, 2009, apud MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011, p.158).

Ao analisar as falas, alguns contextos sobressaem. O contexto da influência emerge em dimensões como “direitos”, a “greve” e a “gestão democrática”. A fala dos entrevistados nos remete a legislação, se constituindo como texto, regendo as normas para a execução das políticas de educação básica em vigência, conforme referência no capítulo que tange à legislação que trata da formação do profissional da educação.

Olhando para o contexto histórico é possível ver que há, entre diversos atores, uma disputa quando o tema é a formação, fato que provoca mudanças ao longo do tempo, nesta trama de interesses, forma pela qual também se modificam os textos. Ressaltando que essa é uma arena de disputas onde a reinterpretação e a ressignificação aparecem.

Destacamos agora a forma como os entrevistados “questionam as normas e as legislações” que chegam até a escola. A fala da entrevistada 13 deixa claro que a forma de interpretar os textos como normas escritas nas escolas é uma forma de disputa nessa arena.

Hoje não, né? E eu tento colocar isso nos nossos colegas lá na sala onde eu estou, na escola onde eu estou. “Não, mas **por quê?**” A gente pergunta, “por quê? **Realmente tem que ser feito desse jeito?**”. “Não”. Então eu falo, “então não vamos fazer até que esclareça, não dá pra fazer as coisas assim sem saber as consequências disso ao final.” E principalmente qual que é o interesse disso, né? (entrevistada@ - 13, 2018, *grifo nosso*)

Com esse dado temos o *contexto da prática*, sendo esse o momento em que as políticas são “reinterpretadas” e “recriadas” e que “produzem efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53), mostrando que a resistência por meio de questionamento crítico é uma forma de ressignificar e recriar o texto que chega como pacote pronto.

[...] os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] **não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...)**. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos (BOWE et al., 1992, apud MAINARDES, 2006, p. 53, *grifo nosso*)

A forma como os profissionais realizam suas leituras a partir da vivência de forma crítica e engajada mostra como esses sujeitos interferem nesse processo e implicações:

[...] os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, **o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação políticas** (MAINARDES, 2006, p. 53, *grifo nosso*).

Os profissionais da educação afirmam em suas falas que sua intervenção foi motivada pela participação nos espaços de formação, ofertados pelo sindicato, pois mudaram sua postura após participarem dos debates promovidos pelo SINTEP/MT.

Ligado ao *contexto da prática*, o *contexto dos resultados e efeitos*, “preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual” (MAINARDES, 2006, 54). Nas falas dos entrevistados estão presentes essas questões, quando falam em “democracia”, “respeito”, “direitos coletivos”, “conhecimento”, “diversidades”, pois mostram a necessidade da defesa intransigente das questões de justiça, que são materializadas na escola por meio de projetos específicos e em atividades extras com ênfase nesses temas.

Outro ponto que nos chama a atenção, quando passamos a analisar o que está escrito em um dos cadernos de texto do congresso, é a forma como o sindicato registra os avanços nas políticas educacionais da rede estadual de Mato Grosso, nos últimos anos, afirmando que elas foram provocadas pela luta organizada do SINTEP/MT. Desse modo, do tema balanço sindical tiramos o seguinte excerto:

- A luta dos Trabalhadores da Educação e a organização autônoma e democrática do SINTEP/MT acumularam uma série de avanços que hoje estão em debate no cenário nacional:
- A gestão democrática, com eleição direta para diretores e conselhos deliberativos;
- A inclusão dos funcionários no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica, com a jornada e o piso unificados;
- A garantia de 1/3 da jornada de trabalho do professor para hora de trabalho pedagógico (HTP) destinado à preparação e avaliação pessoal e coletiva do processo ensino aprendizagem, bem como a formação continuada dos profissionais;
- O programa de profissionalização dos funcionários de Escola, com oferta de cursos técnicos em nível médio que os transformem em profissionais da educação;
- Ampliação do financiamento da educação pública na Constituição Estadual com a garantia da aplicação de 35% dos recursos constitucionais (SINTEP/MT, 2013, p. 44).

Esse trecho do caderno mostra que esses avanços foram provocados pela disputa nos contextos da influência e da prática, os registros históricos desvelam que o sindicato fez pressão, dentro dessa arena, para a construção da legislação de Mato Grosso, por meio de greves, caminhadas, audiências e outras atividades organizadas.

O enfrentamento nessa arena de lutas não esteve presente somente nos sindicatos, mas outros atores contribuíram fazendo a disputa, materializou-se nesse conjunto de legislação educacional, entre os quais citamos: Gestão Democrática do Ensino – Lei 7.040/98; Inclusão de Funcionários na Carreira com piso e jornada unificado – Lei Complementar 50/98; Hora de Trabalho Pedagógico (HTP) – Lei Complementar 50/98 Lei 11.738/08; Profissionalização de Funcionários - Lei Complementar 50/98 e Decreto Presidencial 7.415/10 e 8.752/16 e Ampliação do financiamento da educação estadual para 35% - Constituição Estadual de Mato Grosso.

Todo esse arcabouço legal tem participação com disputa e resistência do SINTEP/MT, algo que os entrevistados fazem menção, dizendo que ainda precisam ficar vigilantes para não perderem os direitos alcançados. Esse “movimento comutativo” mostra como ocorre a produção desses textos legais, conseqüentemente, podemos visualizar como aparecem o *contexto da influência* (sindicato como grupo na disputa em espaços institucionais) e da *prática* (resistência e luta pelos direitos e para a garantia dos mesmos). Ainda, aparecem os contextos dos *resultados/efeitos* (resistência quanto aos impactos das políticas) e o *contexto da estratégia/ação* (como o sindicato organiza suas estratégias de luta). Nesse *Ciclo* que é movimentado pelos interesses e pela disputa pelo poder, os *contextos* se inter-relacionam.

Consideramos isso, pela forma com que os cadernos de textos dão ênfase à necessidade de luta para contrapor as políticas que vão contra a defesa dos direitos da classe trabalhadora, algo que permite avançar em direção da agenda de direitos, materializada na forma de lei.

Ao provocar esse debate sobre as políticas gerais, em momentos de congressos e outras atividades, a formação dos profissionais da educação, faz as disputas e os embates na arena dos direitos da carreira e da valorização e formação dos profissionais da educação.

A forma crítica como as falas aparecem é uma forma de resistência nos espaços de produção de sentido das políticas. Outra maneira é a participação como gestores no cotidiano da escola, ao disputar cargos eletivos para diretores, coordenadores e presidentes de conselho deliberativo da comunidade escolar, esses profissionais se tornam “vozes”, nos mais diversos contextos, saindo em defesa ou disputa das pautas coletivas da categoria.

A inter-relação entre os contextos, os temas abordados nos cadernos de texto e as falas dos entrevistados, é uma tarefa de esgarçar e tecer, um movimento que nos permite refletir. Esse processo nos fez perceber que as atividades de formação do sindicato contribuíram para a mudança de paradigma em relação ao desenvolvimento da profissão dos entrevistados, provocando neles, capacidade de fazer a resistência em seus espaços de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos profissionais da educação no SINTEP/MT foi a força motivadora para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. Nesse caminhar buscamos compreender como esse processo ocorre nas atividades da organização. Nossa trajetória foi tranquila e para compreendermos o objeto problematizado, percorremos as veredas teóricas da formação e do movimento sindical, nesse trajeto propusemos apreciar atentamente os detalhes da investigação. Esse exercício mostrou como a formação é um campo amplo de discussão e como o sindicato é rico em detalhes ainda não pesquisados.

Olhar as atividades do sindicato como espaço de formação, permitiu-nos conhecer diversas particularidades da organização, Já na primeira busca sobre como as pesquisas tratavam o tema, obtivemos a certeza que o mesmo ainda é pouco explorado e com poucas publicações na área. Por isso, nossa inquietação ganhou força, instigando-nos a compreender de que forma essa formação chega até seus filiados participantes.

Conhecer o processo histórico da organização, permitiu-nos ver que essa entidade possui biografia sólida como organização sindical em Mato Grosso, o processo histórico nos mostrou, também, que a unificação da carreira dos

profissionais da educação foi um fator que contribuiu para o fortalecimento da entidade. Sendo o SINTEP/MT um protagonista nessa defesa, algo que nos apresentou como diferencial nas políticas de formação e defesa da organização.

Ao iniciar nossas leituras, começamos a perceber que o contexto de investigação se aproximava do referencial teórico da pedagogia crítica na concepção Freireana do que é educação. Nossa perspectiva de compreender a formação a partir dessa vertente levou-nos a problematizar a concepção de humano e de mundo dos profissionais da educação, pois essas flertam com as concepções de sociedade debatidas nas atividades do sindicato.

Constatamos que a formação, ocorrida por meio do desenvolvimento profissional, de certo modo tem contribuições do sindicato e que isso é um fator preponderante da vida dos profissionais da educação durante suas atividades profissionais. Além disso, a formação está intrínseca às atividades da organização por meio dos temas e das contribuições de diversos estudiosos dos assuntos abordados, o sindicato aparece como espaço fundamental para a formação política e ética dos profissionais da educação.

Os encontros constituem-se enquanto espaços formativos, dado que os entrevistados, por unanimidade, alegam ter mudado de postura após participar das atividades de formação oportunizadas pelo sindicato, posturas essas mais humanizadas e tolerantes. Foi visível em nossos dados algumas questões que consideramos importante destacar como: a formação crítica, a participação nas atividades político pedagógicas das escolas, a formação humana e o reconhecimento de que as mudanças pessoais foram provocadas pelas participações no coletivo do sindicato.

Ao analisar os contextos da formação no sindicato, por meio do *Ciclo de Políticas*, percebemos como o movimento sindical se mobiliza enquanto grupo de interesse nas arenas de disputa das políticas públicas da educação básica. Conforme nosso entendimento durante a análise dos dados, o SINTEP/MT trabalha com uma diversidade de temas e isso o leva a transitar pelos quatro contextos: o da *influência*, o da *prática*, o dos *resultados/efeitos* e a *estratégia/ação*. Essa movimentação entre os contextos o faz protagonista nas arenas de disputa das políticas públicas de educação e, também, de formação dos seus filiados.

Importante frisar que em nosso estudo deparamo-nos com uma diversidade de temas abordados pelos encontros formativos do SINTEP/MT, mostrando que o sindicato não está preso somente às questões de carreira e salário. Para falarmos mais sobre todos os temas que aparecem, indicamos a necessidade de novos estudos e este é um caminho que outros pesquisadores podem seguir.

Por fim, destacamos a criticidade como fator preponderante nesse universo da formação oportunizada pelo SINTEP/MT, os entrevistados afirmam que ganharam capacidade analítica para questionar e indagar a realidade. Um elemento de destaque para os profissionais da educação está ligado ao ato de enxergar-se para fazer a resistência no sentido da mudança. Assim, o seu “papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências, não se portando apenas como objeto da *História*, mas como seu sujeito igualmente” (FREIRE, 1996, p. 85).

A pesquisa mostrou que o SINTEP/MT tem contribuído significativamente para a formação dos profissionais da educação das redes estadual e municipal, visto que após participar das atividades promovidas pelo sindicato, a vida pessoal e profissional de seus filiados ganha outra dimensão. Destarte, esse caminhar rumo à emancipação e a libertação indica que sempre haverá esperanças no ato de educar, colocando o sindicato como protagonista nessa tarefa de educar o educador.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Políticas de currículo e formação dos profissionais da educação básica no Brasil: desafios para a gestão educacional.** In: Espaço do Currículo, v.10, n.1, p. 49-61, janeiro a abril de 2017.

ALENCAR, Jaqueline da Silva. **A Atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT): Uma Análise Sócio- histórica (1988-2012).** Dissertação Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. UFMT. Cuiabá-MT. 2013.

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo, FREITAS, Thaís Campos, FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método.** Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf> acesso em 20 agosto de 2018.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

APPLE, Michel W., AU, Wayne, GANDIN, Luis Armando. **Educação Crítica uma análise Internacional.** Tradução Vinicius Figueira. Artmed. 2011.

AU, Wayne. **Lutando com o texto: contextualizar e recontextualizar a pedagogia crítica de Freire.** In: APPLE, Michel W., AU, Wayne, GANDIN, Luís Armando. **Educação Crítica uma análise Internacional.** Tradução Vinicius Figueira. Artmed. 2011

BALL, Stephen J. **Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.** In: Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em:<<http://bdtb.ibict.br/vufind/>> Acesso em: julho de 2017

BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora. DEZ/1999 ISBN 972-0-34112-2

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em setembro de 2018

_____, Decreto Executivo nº 8.752 de 09 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de maio de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm> Acesso em: setembro de 2018.

_____, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Dispõe sobre o Plano nacional de Educação – PNE**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: setembro 2018.

_____, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

_____, Lei nº 12.014 de 06 de agosto de 2009. **Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 07 de ago. de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

_____, Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. **Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 19 de dez. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

_____, MEC. Resolução CEB/CNE nº02/09. **Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29 de maio de 2009. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf >. Acesso em: setembro de 2018

_____, MEC. Resolução CEB/CNE nº05/10. **Fica as diretrizes nacionais para os planos de carreira e remuneração para os funcionários da educação básica pública.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4 de agosto de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6322-rceb005-10&Itemid=30192>. Acesso em: setembro de 2018

_____, MEC. **Projeto do Curso de Profissionalização dos Funcionários da Educação – PROFUNIONÁRIO.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/valtrabedu_cur.pdf> acesso em: outubro de 2018

_____, MEC. **Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores.** 2º ed. Atualizada/revisada 2008. Elaboração: João Antônio Cabral de Monlevade. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/584-funcionarios-de-escolas>> Acesso em outubro de 2018.

BRZEZINSKI, Iria. **Formação de profissionais da educação (2003-2010)** / Iria Brzezinski – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/493484> acesso em junho de 2018.

CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de teses e dissertações.** Disponível em: <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: julho de 2017.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especialidades e desafios de uma área do saber. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.31, jan. /abr.2006.

CUT/BRASIL. **12º CONCURTO- Caderno de Resoluções.** 2015. São Paulo/SP.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente.** Porto: Editora Porto, 2001.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso. **Sindicalismo, Docência e Formação Política do Professor Da Educação Básica Pública**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFMT. Rondonópolis-MT. 2014

FERREIRA, Lúcia Gracia. **Desenvolvimento profissional e carreira docente: diálogos sobre professores iniciantes**. Acta Scientiarum. Education, vol. 39, núm. 1, 2017, pp. 79-89. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3033/303349752009.pdf>> acesso em: outubro de 2018.

FORMA & CONTEÚDO. **A formação na retomada da esperança**. Revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT. Ed. 18, Bangraf, São Paulo, 2016. 126p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 39ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos** / Paulo Freire. Editora UNESP, São Paulo 2000.

_____, Paulo. **Política e educação**. 5ª ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

_____, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____, **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. Série Pesquisa em Educação, v. 1.

_____. **Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais**. Eccos Revista Científica. São Paulo, p. 63-79, 1999. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71511277007>. Acesso em: 18 Set 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo. Atlas. 2002.

GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Editora UFPR

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Artes Médicas, Porto Alegre. 1997.

HERGESEL, Salatiel dos Santos. **A participação do Sindicato dos professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP na formação político pedagógica do professor**. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do professorado: novas tendências**; tradução de Sandra Tabucco Valenzuela. 1ed. São Paulo: Cortez, 2009

_____, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução de Silvana Cobucci. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. **Ciclo de Políticas: focando o contexto da prática na análise de políticas educacionais**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/ciclo-de-politicas-focando-o-contexto-da-pratica-na-analise-de-politicas>> acesso em: outubro de 2018

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>> Acesso em: julho 2018

_____, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264044968_Analise_de_politicas_fundamentos_e_principais_debates_teorico-metodologicos>. Acesso em: outubro de 2018.

MALHA municipal digital do Brasil: situação em 2000 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm> . Acesso em: out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2009.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e Mato Grosso**. Cadernos do Programa de Formação Sindical. 2007.

MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda. **Desenvolvimento profissional da docência: sentidos e significados compartilhados em pesquisa narrativa**. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/index.php/2015-02-26-14-09-14/search?author=1841>> acesso em: outubro de 2018

NETO, João Cabral de Melo. **Poema Tecendo a manhã** disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/joao02.html>>. Acesso em: junho de 2018.

OLIVEIRA, Ozerina Victor. **Movimento comutativo da política de currículo: o caso da Escola Sarã**. In: Revista de Educação Pública - v. 17 n. 33 p 13-24 – (jan.-abr. 2008) – Cuiabá. EdUFMT, 2008.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

PEREIRA, Marli Amélia Lucas; ANDRÉ, Marli. **Formação inicial do professor e o desenvolvimento profissional docente**. Devir Educação, v.1, n.2, p. 5-18, 2017- ISSN 2526-849X. Disponível em:<<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/39>> acesso em: outubro de 2018

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti, LIMA, Taissa Santos de. **O legado de Paulo Freire para a formação permanente: uma leitura crítica das dissertações e teses sobre a formação de professores**. In:Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.01, p. 186 – 210 jan./mar.2016 disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/26351/19392> acesso em outubro de 2018

PUCCI, Bruno. **Teoria Crítica e Educação: contribuições da Teoria Crítica para a formação do professor**. In:Espaço Pedagógico, v. 8, p. 13-30, 2001. Disponível

em: <<http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf>>. Acessado em: 02 de setembro de 2018.

REZENDE, Mônica de; BAPTISTA Tatiana Wargas de Faria **A análise da política proposta por Ball**. In: Ruben Araujo de Mattos, Tatiana Wargas de Faria Baptista. Caminhos para análise das políticas de saúde. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora **As Pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. In: Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus *et al.* **Referências freireanas para a formação de educadores**. In: V Encontro Internacional Fórum Paulo Freire, em Valência, Espanha, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4029/1/FPF_PTPF_01_0688.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SANTOS, Maria Oliveira dos. **Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SHOR, Ira, FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. –Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção educação e Comunicação, v. 18)

SHOR, I.; SAUL, A.; SAUL, A. M. **O poder que ainda não está no poder: Paulo Freire, pedagogia crítica e a guerra na educação pública**. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 293-308, jul./set. 2016.

SINTEP/MT. **Estatuto do Sindicato dos trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso**, Certidão do Tabelionato e Registro de Títulos Documentos e Pessoas Jurídicas - Serviço Notarial e Registral de Cuiabá-MT, Registro n. 24627, datado de 29/04/2015.

_____. **X Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Tese-Base. Jaciara/MT: 1998. 30 p.

_____. **XI Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Tese. Cuiabá: Imago Publicidade e Propaganda, 2000. 26 p.

_____. **XII Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Teses. Cuiabá: 2004. 26 p.

_____. **XIII Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto-Base. Cuiabá: 2008. 49 p.

_____. **XIV Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto. Cuiabá: 2010. 87 p.

_____. **XV Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto-Base. Cuiabá: SINTEP/MT, 2013. 86 p.

_____. **XVI Congresso Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto-Base... Cuiabá: 2016. 104 p.

_____. **VIII Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto. Cuiabá:2011. 23 p.

_____. **IX Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso**. Caderno de Texto. Cuiabá: 2014. 79 p.

_____. **X Encontro Estadual do SINTEP Mato Grosso** Caderno de texto. Cuiabá: ano 2017. 22 p.

_____. **Novos Rumos. 50 anos SINTEP/MT**. V. Especial. Cuiabá: 2018.

_____. **Novos Rumos. 30 anos na construção de sindicato unificado**. V. 09. Cuiabá: 2018.

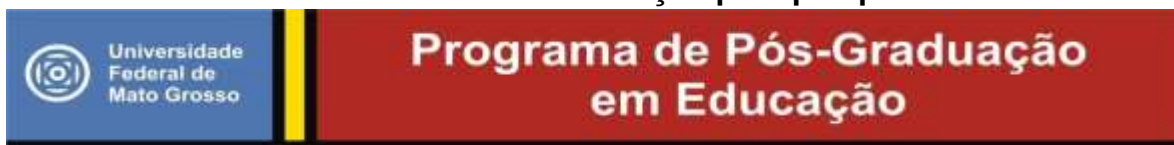
SILVA, Reni Gomes da. **Educação: campo de luta – um estudo sobre os congressos do Sindicato dos professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP – (1997-2006)**. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VAILLAND, Denise, MARCELO, Carlos. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. Tradução: Marcia dos Santos Lopes. 1.ed. Curitiba: Ed.UTFPR, 2012.

VIEIRA, Josenilton Nunes. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente**. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

ZEICHENER, Ken, FLESSNER, Ryan. **Educando os professores para uma educação crítica**. In: APPLE, Michel W., AU, Wayne, GANDIN, Luís Armando. **Educação Crítica uma análise Internacional**. Tradução Vinicius Figueira. Artmed. 2011.

APÊNDICE 01 – Ofício solicitando autorização para pesquisa



Cuiabá-MT, 22 de novembro de 2017

UFMT/PPGE/IE Nº 326

Senhor Presidente,

O Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, vem por meio deste solicitar autorização desta instituição para que a mestranda **Edna Bernardo da Silva** (matrícula nº 820178) orientanda da **Prof^ª. Dr^ª Ozerina Victor de Oliveira**, área de concentração em “**Educação**”, Linha de Pesquisa: **Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas**, possa realizar sua pesquisa junto ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público – SINTEP/MT. Nosso objetivo é compreender se os espaços de congressos, encontros, seminários e outros debates organizados pelo SINTEP/MT têm contribuído para a formação dos profissionais da educação pública de Mato Grosso. O projeto de pesquisa intitula-se: **O SINTEP/MT COMO LÓCUS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE MATO GROSSO.**

A pesquisa será realizada nos anos de 2017 a 2018, durante esse período a mestranda irá a sede do sindicato, coletar registros e informações produzidas por esta entidade entre elas: revistas, jornais, cadernos de texto, livros ata, livros de presença, fotografias, áudio e outros registros que pertencem ao acervo do SINTEP/MT. Serão realizadas também entrevista com diretores deste sindicato, que abordarão o tema da pesquisa.

Certos de Vossa compreensão e autorização, enviamos nossas saudações cordiais.

Atenciosamente

ILMO. SR.
HENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO SINTEP/MT

APÊNDICE 02 – Ofício autorizando a pesquisa

- SUBSEDES
- 001 - Acruá
 - 002 - Água Boa
 - 003 - Água Fria
 - 004 - Água Verde
 - 005 - Alto Boa Vista
 - 006 - Alto Bonfim
 - 007 - Alto Farol
 - 008 - Alto Itaipava
 - 009 - Anápolis
 - 010 - Anápolis
 - 011 - Anápolis
 - 012 - Anápolis
 - 013 - Anápolis
 - 014 - Anápolis
 - 015 - Anápolis
 - 016 - Anápolis
 - 017 - Anápolis
 - 018 - Anápolis
 - 019 - Anápolis
 - 020 - Anápolis
 - 021 - Anápolis
 - 022 - Anápolis
 - 023 - Anápolis
 - 024 - Anápolis
 - 025 - Anápolis
 - 026 - Anápolis
 - 027 - Anápolis
 - 028 - Anápolis
 - 029 - Anápolis
 - 030 - Anápolis
 - 031 - Anápolis
 - 032 - Anápolis
 - 033 - Anápolis
 - 034 - Anápolis
 - 035 - Anápolis
 - 036 - Anápolis
 - 037 - Anápolis
 - 038 - Anápolis
 - 039 - Anápolis
 - 040 - Anápolis
 - 041 - Anápolis
 - 042 - Anápolis
 - 043 - Anápolis
 - 044 - Anápolis
 - 045 - Anápolis
 - 046 - Anápolis
 - 047 - Anápolis
 - 048 - Anápolis
 - 049 - Anápolis
 - 050 - Anápolis
 - 051 - Anápolis
 - 052 - Anápolis
 - 053 - Anápolis
 - 054 - Anápolis
 - 055 - Anápolis
 - 056 - Anápolis
 - 057 - Anápolis
 - 058 - Anápolis
 - 059 - Anápolis
 - 060 - Anápolis
 - 061 - Anápolis
 - 062 - Anápolis
 - 063 - Anápolis
 - 064 - Anápolis
 - 065 - Anápolis
 - 066 - Anápolis
 - 067 - Anápolis
 - 068 - Anápolis
 - 069 - Anápolis
 - 070 - Anápolis
 - 071 - Anápolis
 - 072 - Anápolis
 - 073 - Anápolis
 - 074 - Anápolis
 - 075 - Anápolis
 - 076 - Anápolis
 - 077 - Anápolis
 - 078 - Anápolis
 - 079 - Anápolis
 - 080 - Anápolis
 - 081 - Anápolis
 - 082 - Anápolis
 - 083 - Anápolis
 - 084 - Anápolis
 - 085 - Anápolis
 - 086 - Anápolis
 - 087 - Anápolis
 - 088 - Anápolis
 - 089 - Anápolis
 - 090 - Anápolis
 - 091 - Anápolis
 - 092 - Anápolis
 - 093 - Anápolis
 - 094 - Anápolis
 - 095 - Anápolis
 - 096 - Anápolis
 - 097 - Anápolis
 - 098 - Anápolis
 - 099 - Anápolis
 - 100 - Anápolis
 - 101 - Anápolis
 - 102 - Anápolis
 - 103 - Anápolis
 - 104 - Anápolis
 - 105 - Anápolis
 - 106 - Anápolis
 - 107 - Anápolis
 - 108 - Anápolis
 - 109 - Anápolis
 - 110 - Anápolis
 - 111 - Anápolis
 - 112 - Anápolis
 - 113 - Anápolis
 - 114 - Anápolis
 - 115 - Anápolis
 - 116 - Anápolis
 - 117 - Anápolis
 - 118 - Anápolis
 - 119 - Anápolis
 - 120 - Anápolis
 - 121 - Anápolis
 - 122 - Anápolis
 - 123 - Anápolis
 - 124 - Anápolis
 - 125 - Anápolis
 - 126 - Anápolis
 - 127 - Anápolis
 - 128 - Anápolis
 - 129 - Anápolis
 - 130 - Anápolis
 - 131 - Anápolis
 - 132 - Anápolis
 - 133 - Anápolis
 - 134 - Anápolis
 - 135 - Anápolis
 - 136 - Anápolis
 - 137 - Anápolis
 - 138 - Anápolis
 - 139 - Anápolis
 - 140 - Anápolis
 - 141 - Anápolis



INTEP-MT
LIGADO A CUTE E À CNE

Sindicato dos trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
UTILIDADE PÚBLICA Nº 2.646 DE 04/08/66 - CNPJ 15.007.842/0001-42 - Filiação à **CUTE** e à **CNE**

OF 322/2017/SGER/SINTEP-MT

Cuiabá MT, 27 de novembro de 2017.

À Ilma. Sra.
Rute Cristina Domingos de Palma
Coordenadora do PPGE/IE/UFMT

Ilustríssima Senhora,

Em atenção ao ofício UFMT/PPGE/IE nº 326, informamos ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, que autorizamos a mestranda Edna Bernardo da Silva, sob orientação da Profa. Dra. Ozerina Victor de Oliveira, a realizar sua pesquisa junto a este sindicato. Desde já, nos colocamos a disposição em atender as necessidades da pesquisadora em obter acesso aos arquivos ou realizar entrevistas nesta instituição para fins da pesquisa.

Certos que estarmos atendendo à solicitação, nos colocamos a disposição

Atenciosamente,


JUCILENE BARBOSA DOS SANTOS
Vice-Presidente SINTEP/MT

Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - CEP 78010-170 - Cuiabá - MT
www.sintep.org.br • e-mail: sintep@terra.com.br • financas@sintep.org.br • presidencia@sintep.org.br
Fones: (65) 3317-4300 / 0800 654343 - Fax: (65) 3317-4327

APÊNDICE 03 – Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TLCE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: O SINTEP/MT COMO LÓCUS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE MATO GROSSO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender se os espaços de debates do sindicato têm contribuído para a formação dos profissionais da educação de Mato Grosso. Para a essa investigação há necessidade de coleta e interpretação de dados, a metodologia dessa pesquisa terá abordagem qualitativa, isso nos permitirá a interpretação da realidade empírica. Como referencial teórico de análise, usaremos como aporte teórico o ciclo de políticas de Stephen J. Ball. Nosso foco será coletar registros e realizar visitas a filiados em busca de material documental como fotos, cadernos de textos ou outros documentos, que possam vir a contribuir para registrar a história do SINTEP-MT.

Para compreender se ocorre e *como* ocorre os processos formativos, faremos entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, pois compreendemos que esta forma potencializa ao entrevistado expor sua percepção sobre os assuntos abordados. Os sujeitos das entrevistas serão profissionais da educação que frequentam os espaços de debate do sindicato.

Para o processo de seleção dos entrevistados, será feita uma pesquisa no livro de registro de presença nos encontros e congressos, aos que estiverem presentes de forma recorrente, será acrescentado o segundo critério: saber se está exercendo ou exerceu sua atividade profissional na escola durante pelo menos 5 anos nos quais tenha participado também dos encontros e congressos. Esse levantamento será nos registros a partir do ano de 1988, marco histórico que transformou a AMPE

– Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação, em SINTEP/MT –
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu,

_____,
RG: _____, CPF: _____, declaro ser convidado/a
como voluntário/a para participar da pesquisa: **O SINTEP/MT COMO LÓCUS DE
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE
MATO GROSSO**, a ser desenvolvido pela mestrand **Edna Bernardo da Silva**, RG:
858072-3 SESP/MT, CPF: 559.502.301-59, cursista do Programa de Pós Graduação
em Educação – PPGE, *stricto sensu*, Mestrado em Educação pela UFMT, *campus*
Cuiabá, linha de pesquisa: **ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, FORMAÇÃO E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**. A minha participação como voluntário/a se dará por meio de
entrevistas semiestruturadas e colaboração em ceder material, como fotografia,
cadernos e outros documentos de posse pessoal com informações sobre o
sindicato.

Estou ciente que:

- a) **No que se refere aos benefícios dessa pesquisa, a mesma será um marco científico para a organização, tendo em vista que não há nenhuma pesquisa nesse viés sobre a instituição, além, disso contribuirá também como um estudo direcionador para as políticas de formação da organização para seus sindicalizados;**
- b) **Essa pesquisa apresenta riscos mínimos que referem-se a meu fazer intelectual e cultural enquanto profissional da educação, uma vez que posso sentir-me afetado/constrangido durante a entrevista semiestruturada. E caso isso ocorra, em hipótese alguma serei obrigado a permanecer na pesquisa;**
- c) **A mestrand está autorizada a realizar entrevista com gravação de voz e ter acesso a registros fotográfico e outros documentos sob minha custódia que possam contribuir ou que venham ser necessários à pesquisa;**
- d) **Tenho a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;**
- e) **A desistência não causará nenhum prejuízo a mim;**
- f) **Essa pesquisa não acarretará nenhuma despesa aos participantes da pesquisa;**
- g) **Será mantido o sigilo e a privacidade dos participantes dessa pesquisa durante todas as fases da mesma;**

h) Os resultados obtidos durante este trabalho serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meu nome não seja mencionado, a não ser que eu queira;

i) Caso sejam tiradas fotografias de alguma atividade escolar, ou mesmo minha – desde que eu não seja identificado, a não ser que eu queira – concordo que sejam incluídas em publicações científicas, se necessário;

j) Os dados da pesquisa serão armazenados sob a responsabilidade da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, sob a guarda da pesquisadora Edna Bernardo da Silva, até o final da pesquisa.

k) Caso eu desejar, poderei tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

l) Esta pesquisa segue todas as orientações do Comitê de Ética/Humanidades (CEP/Humanidades) da UFMT, campus Cuiabá e só será realizada depois de aprovada por esse Comitê. CEP é um Comitê de Ética em Pesquisa organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. O CEP revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas pesquisas. Tem papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração. Por isso a importância da aprovação desta pesquisa pelo CEP/Humanidades. Sendo seus dados para contato CEP/Humanidades/UFMT - Coordenadora: Profa. Dra. Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro, Instituto de Educação, 1º. Andar, sala 31, telefone: (65) 3615-8935, e-mail: cephumanas@ufmt.br Endereço: Av. Fernando Correa da Costa nº 2367, Bairro Boa Esperança, Instituto de Educação (IE).

m) Para qualquer outra informação, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (65) 99238-0616 ou (65) 99963-1944 (whatsapp). E-mail: ednabernardo14@hotmail.com;

n) Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE será emitido em 2 vias (vias, não cópias) e que todas as páginas serão numeradas e rubricadas pelo pesquisador e por mim participante da pesquisa;

Cuiabá, _____ de _____ de _____.

Entrevistado/a

Pesquisadora

APÊNDICE 04 – Roteiro para Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Entrevistado/a:
- Idade:
- Nível de formação:
- Tempo de exercício da profissão:
- Qual rede de ensino está vinculado:
() Estadual () Municipal
- Qual cargo exerce como profissional da educação?
- Há quanto tempo faz parte do SINTEP/MT?
- O que o/a levou à sindicalizar-se?
- Em que o SINTEP tem contribuído com sua formação?
- Considera relevante a quantidade de encontros e debates promovidos pelo sindicato?
- Quais temas discutidos no SINTEP que você considera relevantes para sua formação profissional?
- O quê da sua prática pedagógica que você aprendeu no sindicato?
- Além do trabalho de ensino em sala de aula, quais outras ações desenvolve ou já desenvolveu na escola?
- Você já assumiu funções de gestão na escola?
- O quê de mais importante o sindicato tem discutido?
- Como você define sua participação no SINTEP/MT?